

CADERNOS DA PANDEMIA

DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



VOL. 3

GERAÇÃO À RASCA:
CRISE(S), PRECARIEDADE E FUTURO

CADERNOS DA PANDEMIA

DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



VOL. 3

GERAÇÃO À RASCA:
CRISE(S), PRECARIIDADE E FUTURO

2020

CADERNOS DA PANDEMIA

Esta publicação responde à exigência da relevância do conhecimento sociológico neste contexto de pandemia. É urgente analisar e debater a urgência, respeitando as formas, linguagens, métodos e protocolos do campo científico.

De repente, algo que os/as sociólogos/as há muito escreveram sobre as dimensões do risco e da incerteza à escala global, toma conta das nossas vidas sob a forma de uma pandemia. Contudo, este fenómeno pouco tem de catástrofe «natural». Na verdade, na multiplicidade de causas que a potenciam e na plêiade de consequências que se experimentam, sobressaem ativamente processos sociais. A relação predadora homem/Natureza; a fragilidade de serviços públicos, nomeadamente de saúde, ameaçados por políticas austeritárias; o aprofundamento e a ampliação de desigualdades sociais entre países e dentro de cada Nação, aumentaram, em muito, a intensidade do flagelo e as vulnerabilidades humanas e sociais.

Sociólogos/as e cientistas sociais têm sido rápidos a construir conhecimento e a instaurar observatórios sobre a emergência. Estabelecem-se redes, lançam-se projetos, ativam-se cumplicidades.

O IS-UP faz a sua parte, abrindo caminhos de debate com estes cadernos.

O coordenador e a comissão executiva do IS-UP:

João Teixeira Lopes

Lígia Ferro

Idalina Machado

ÍNDICE

Geração à rasca: crise(s), precariedade e futuro

Introdução: de novo (ou ainda) em crise

Sara, 27 anos, operadora de call center

Célia, 33 anos, médica e investigadora

Laura, 34 anos, produtora cultural

Luís, 35 anos, antropólogo e escritor

Sofia, 36 anos, explicadora

Daniel, 36 anos, músico e tradutor

Diana, 38 anos, designer e rececionista

Ricardo, 39 anos, analista de qualidade

**Experiências, práticas e discursos de uma
“geração à rasca”**

**Juventude, precariedade e ação coletiva:
novos possíveis?**

GERAÇÃO À RASCA: CRISE(S), PRECARIEDADE E FUTURO

Introdução: de novo (ou ainda) em crise

Geração Perdida (Allen & Ainley, 2010; ILO, 2010), Geração à Rasca (Soeiro, 2012; Fonseca, 2012), Geração Austeridade (Cairns et al, 2016) ou Geração Precária (Bessant et al, 2017) são apenas alguns dos epítetos utilizados para se referirem aos indivíduos nascidos entre 1980 e 1995. As balizas etárias não são consensuais mas o seu sentido é similar. Falamos de uma geração particularmente atingida pelas transformações que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas décadas: desregulamentação dos mercados, liberalização financeira, flexibilização e mercantilização das relações laborais (Estanque & Ferreira, 2002; Bessant et al, 2017). Por consequência, é também uma das faixas etárias mais afetada pelas trajetórias instáveis, pelos vínculos precários e pela ausência de proteção social (OCDE, 2016; ILO, 2020). Trata-se da primeira geração a “ter de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal” (Ferreira, 2017: 20).

O conceito de geração é, por si só, problemático, na medida em que simplifica e universaliza realidades muito diversas. O rótulo geracional, aliás, tem servido frequentemente para estudar e traçar perfis de consumidores. Basta observar as campanhas publicitárias – desde créditos bancários a equipamentos tecnológicos – e o modo como as várias gerações são retratadas e “vendidas” para perceber o potencial de manipulação e fabricação de senso comum. Ainda assim, utilizamos o termo geração porque entendemos que este pode ser útil para compreender e analisar as experiências e subjetividades de um determinado grupo social num determinado contexto histórico, geográfico e político (Ferreira, 2017). Ainda que os fenómenos da precariedade laboral sejam vividos à escala global, optamos por nos cingir à realidade portuguesa, razão pela qual adotamos o título “Geração à Rasca”. Fazemo-lo com a reserva necessária, não olvidando as diferenças e desigualdades inerentes, mas procurando perceber e salientar algumas características comuns.

Antes de mais, escrever sobre esta geração implica reportamo-nos ao período imediatamente anterior.

Em 1974, saíamos da mais longa ditadura da Europa Ocidental, rompida com um golpe de Estado militar a que se seguiu uma revolução política e cultural relativamente tardia. Nessa altura, Portugal era um país em ruína, com um generalizado problema de habitação e de insalubridade; números confrangedores de mortalidade infantil e de analfabetismo (a rondar os 25%); e uma economia débil e desestruturada (Barreto, 2010; INE, 2004). O aumento exponencial do desemprego e da dívida externa originou, nessa altura, duas intervenções do Fundo Monetário Internacional, primeiro em 1977, depois em 1983. Apesar de nos mantermos na “cauda da Europa”, a estabilização do sistema democrático e do estado providência foi alimentando a crença nas possibilidades de segurança material e de mobilidade social ascendente. A entrada na CEE, em 1986, contribuía para essa “narrativa de modernidade”, em particular, a “expectativa de um retorno económico e social resultado do investimento na educação e formação” (Carmo & Matias, 2019: 10) “Estar com a Europa” era “ser como a Europa” (Santos, 2012: 24). O final dos anos 80 e os anos noventa são, pois, de algum crescimento na qualidade de vida e no poder de consumo dos/as portugueses: facilidade de acesso aos créditos bancários; democratização do lazer e da cultura; generalização do planeamento familiar (com as taxas de natalidade a cair visivelmente); maior mobilidade dentro e fora do país; e uma presença cada vez mais assídua das novas tecnologias de informação. A par desse desenvolvimento, assiste-se à progressiva desregulamentação laboral e, entre 2002 e 2011, consolida-se, em Portugal, uma sociedade precária (Soeiro, 2015).

A Grande Recessão de 2008 haveria de intensificar esse processo conduzindo o país, novamente, a altos níveis de desemprego e precariedade e a cortes sociais decorrentes das políticas de austeridade impostas pela Troika (2011-2014). Calcula-se que, nesses quatro anos, terão emigrado 485 mil portugueses/as¹ (Pires et al, 2018; Lopes, 2014); foram destruídos cerca de 332 mil postos

1 As estimativas variam entre 425 mil (Observatório da Emigração) e 485 mil (Instituto Nacional de Estatística).

de trabalho e o desemprego juvenil chegou a atingir os 42%². Tal como já havia acontecido nos países do Sul global (sobretudo na América Latina), os programas de ajustamento estrutural – aplicados em Portugal, Grécia e Espanha – foram usados como pretexto para a destruição do Estado Social e para a violação das liberdades individuais e sociais e a dívida foi utilizada como instrumento de chantagem e dominação. A história repetiu-se numa “mesma lógica de submissão centro-periferia”, agora no seio da Europa (Antentas & Vivas, 2012: 113-114). Foi precisamente nos países mais afetados pela crise, pelo desemprego e pela intervenção externa da Troika que se registaram as mobilizações mais intensas e de maior amplitude (Lima & Artiles, 2014: 114), surgindo como “protestos anti-austeridade e pró-democracia”. (Della Porta & Mattoni, 2014) Sugere-se assim uma relação entre as “metamorfoses do trabalho na globalização capitalista, o aprofundamento qualitativo do ritmo e do escopo da precarização do modo de vida dos trabalhadores e o início de um novo ciclo de rebeliões sociais no chamado “Sul global”, entendido como “regiões capitalistas periféricas e semiperiféricas do atual sistema internacional estratificado e hierarquizado.” (Braga, 2015: 11)

Para José Casimiro Ferreira, estabeleceu-se em Portugal uma “sociedade de austeridade” na medida em que o seu impacto não se reduziu a um nível macro de reestruturação das relações de trabalho e instauração de um estado de exceção, mas também ao nível micro das subjetividades individuais. A austeridade produziu um “*habitus* austeritário”, “um novo modo de vida que se cria a partir do medo e da insegurança subjetiva” que se combina com as “faces do medo da precariedade, de perder o emprego, da necessidade de assegurar um salário, facilitando-se a troca de direitos pela subsistência”. (2013: 60) Enquanto “emoção experimentada por quem verifica que há uma coisa ameaçadora contra a qual não tem qualquer poder”, o medo torna-se uma forma de controlo (ibidem: 55) e também uma forma de colonização das mentes, corpos

e subjetividades. Já Vítor Ferreira considera que existem “conjunturas caracterizadas por reconfigurações de tal forma intensas que, dificilmente, os seus efeitos poderão ser circunscritos ao período em que acontecem e posteriormente revertidos a curto e médio prazo”. Seria o caso do período de austeridade, funcionando este como um “marcador geracional, não no sentido de constituir um evento responsável por rupturas abruptas, mas de intensificar e acelerar processos económicos e sociais que já vinham de trás e que são geradores de um contexto estruturalmente diferenciado do passado”, “resultado das tendências que já se vinham a assinalar.” (Ferreira, 2017: 19)

O termo “Geração à Rasca” surgiu precisamente nessa conjuntura intitulando a manifestação do dia 12 de março de 2011 que haveria de dar impulso ao ciclo de protestos que se prolongou nos dois anos seguintes (Fonseca, 2012; Baumgarten, 2013). O nome surgia em reação à expressão depreciativa e amplamente difundida – “Geração Rasca³” – utilizada para designar os autores da contestação contra as propinas do ensino superior nos anos 90. Em 2011, os atores sociais apropriaram-se desse termo para dar conta das angústias e dificuldades dessa mesma geração (e da seguinte) que, mesmo tendo habilitações superiores à das suas famílias, mantinham níveis de remuneração baixos, assim como vínculos frágeis e instáveis. (Pais, 2014) Uma geração para quem os “diplomas são cada vez mais vistos como cheques carecas sem cobertura no mercado de trabalho” (idem, 2003: 59) e que vive uma “condição social paradoxal” que os “diferencia relativamente a outros países da Europa”: “nunca em Portugal houve uma condição juvenil tão qualificada e, ao mesmo tempo, tão frustrada nas aspirações e expectativas laborais socialmente nutridas pela escola e a família, e em tamanhas dificuldades de inserção profissional.” (Ferreira, 2017: 36). A rápida expansão da “escola de massas” no pós-25 de Abril originou de facto uma discrepância entre o aumento de qualificações e os empregos disponíveis, tendo-se passado

2 *Troika deixa Portugal com uma taxa de desemprego ao nível dos anos 80*, Público, 2014.

3 A expressão tem origem num editorial de Vicente Jorge Silva no jornal Público, em 1994.

de um “tempo de promessas” para um “tempo de incertezas”. (Canário, 2008)

Já depois da saída da Troika e do anunciado fim da crise, o relatório do Observatório das Desigualdades (Cantante, 2018) era claro nas suas conclusões: o período entre 2011-2014 tinha gerado “impactos fortíssimos” no mercado de trabalho reforçando algumas “tendências no mundo laboral” português, em particular “as formas atípicas de contratação”. A ligeira retoma económica dos anos seguintes “não conseguiu reverter os efeitos devastadores”, persistindo a desigualdade salarial e relações laborais ilegais ou informais. “A precariedade contratual abrange, portanto, uma bolsa muito significativa da força de trabalho do país” (idem, *ibidem*: 190). Em 2019, um estudo do INE – “Jovens no mercado de trabalho” – revelava também números preocupantes: taxas de 20% de desemprego entre os 15 e os 24 anos; uma quebra de 22% do número de jovens com vínculos permanentes, desde 2011 e, também desde esse ano, uma redução de quase um quinto da população ativa com menos de 35 anos, sendo que uma grande maioria (171 mil) emigraram para outros países. Carmo e Matias afirmam que os programas de austeridade levaram a um “retrocesso abrupto das garantias e direitos” adquiridos nas últimas décadas (2019: 12) e que “apesar da existência de algumas melhorias nos últimos dois anos, nada ainda substancialmente transformador ocorreu nas dinâmicas do mercado de trabalho e nas lógicas de contratualização.” (*ibidem*: 157-158).

Ao mesmo tempo, no segmento da habitação tem-se assistido a mudanças rápidas e significativas. Um relatório recente da OCDE (2019a), revela uma classe média sob pressão, em particular pelo peso que a habitação tem nos orçamentos familiares, sendo Portugal um dos países onde as rendas mais subiram (33,2%). Dados da Eurostat indicam também que 45,6% dos jovens portugueses entre os 25 e os 34 anos vive ainda em casa dos pais, quando a média europeia é 28,5% (Lopes et al, 2019). Para além das classes populares e da população envelhecida, a Geração à Rasca é um dos segmentos mais afetados pelas dificuldades de aceder ao mercado imobiliário (arrendamento ou compra), em grande parte devido aos frágeis

vínculos laborais (Ferreira et al, 2017). Os fenómenos da gentrificação nas cidades de Lisboa e do Porto são relativamente novos em Portugal, podendo ser associados ao período de crise e de austeridade (Queirós, 2017; Seixas et al, 2019), altura em que foram criados mecanismos baseados num modelo não intervencionista e neoliberal: Autorização de Residência para Atividade de Investimento (vulgo, Vistos Gold), Regime Legal do Arrendamento Local, Regime Excepcional de Reabilitação Urbana ou Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (Antunes, 2019). Os números no Porto são evidentes: de agosto de 2009⁴ a agosto de 2019, o número de passageiros a passar pelo aeroporto subiu 169% (dados do INE). Já as propriedades listadas no AIRBNB subiram de 10 para 100 mil, entre 2010 e 2018 (Fernandes et al., 2018). No período pós-austeritário, o turismo surgiu como “panaceia para a crise social e urbana” (Mendes, 2017; Barbosa & Lopes, 2019), uma oportunidade para expandir, radicalizar e aprofundar os processos de gentrificação (Janoschka, 2018).

A Geração à Rasca enfrenta, pois, em 2020, a segunda (ou terceira) crise económica e social das suas vidas. A primeira quando alguns eram ainda muito novos/as, num país recém-democrático marcado por um atraso estrutural e por duas intervenções do FMI (1977 e 1983). Mais tarde, a crise económica decorrente da Grande Recessão (2008) a que se seguiram as políticas de austeridade impostas pela Troika (2011-2014) e uma crise da habitação nas duas grandes cidades. A última no princípio deste ano, provocada pela pandemia do covid 19 e que, de imediato, desestabilizou um país, ainda em processo de recuperação e cujas consequências são difíceis de prever e, mais ainda, de sustentar. Para o sociólogo Pedro Adão e Silva, uma mesma geração enfrentar uma segunda crise num espaço de dez anos é algo inédito e que deixará necessariamente marcas⁵. Num estudo do que fez parte sobre os impactos do coronavírus em Portugal – “Trabalho e desigualdades no

4 Ano em que a companhia aérea *low cost*, Ryanair, se instala no Porto.

5 *Os millennials preparam-se para a segunda crise das suas vidas*, Público, 1 de Maio de 2020

grande confinamento” (Silva et al., 2020) – conclui-se que os jovens são os mais ameaçados pelo desemprego, precariedade e pobreza. Também a Organização Mundial do Trabalho (ILO, 2020) frisava os efeitos que a pandemia teria nos/as jovens, nos trabalhadores independentes, informais e da área do espetáculo, assim como nas mulheres e nos imigrantes.

Estendendo-se muito para além do trabalho, a precariedade tem vindo a provocar alterações profundas na forma como se vive a juventude, alongando e complexificando as transições para a vida adulta e produzindo uma “vulnerabilidade de massa” (Castel, 1998). Assumindo-se como “permanente modo de vida” (Alves, 2011), a precariedade afeta de forma objetiva as relações afetivas, a autonomia relativamente aos pais, a decisão de constituir família, o modo como se gere o quotidiano, o local onde se decide viver, os tempos e espaços de lazer. Afeta igualmente as subjetividades produzidas pelos indivíduos, a sensação de “risco eminente” e de “vida no limite”, a incapacidade de desenhar um futuro que a uns se demonstra fechado (em particular, aos jovens menos qualificados) e a outros abre infinitas opções sem previsão de que se possa guiar por alguma delas (Alves, 2011). A metáfora do iô-iô criada por José Machado Pais é elucidativa:

“Perante estruturas sociais cada vez mais fluídas, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem de casa dos pais para um dia qualquer voltarem, abandonam os estudos para os retomar tempos depois, encontram um emprego e em qualquer momento se vêem sem ele (...) casam-se, não é certo que seja para toda a vida... São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do iô-iô ajuda a expressar, como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios” (Pais, 2003: 58)

A mesma ambiguidade relativamente aos limites etários desta geração dá-se em torno do conceito de juventude. Para as estatísticas do desemprego juvenil contam apenas os indivíduos com

menos de 34 anos; o Porta 65 – programa estatal de apoio à habitação – estendeu a idade dos beneficiários de 30 para 35 anos, ou 37 no caso de se tratar de um casal. Já os programas de incentivo “Caixa Jovem Empreendedor” ou “Jovens Agricultores” estipulam como barreira os 40 anos. Parte-se, pois, do princípio, que até determinada idade (seja 35 ou 40 anos), os/as “jovens” precisam de um suporte particular, uma espécie de “empurrão” para poderem usufruir de uma vida plenamente autónoma. O artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa (1976/2005) realça precisamente isso ao considerar que os “jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais”, nomeadamente no acesso ao primeiro emprego e à habitação, assim como no trabalho, segurança social, cultura, ensino ou formação profissional.

Os depoimentos biográficos que aqui trazemos mostram precisamente como esses direitos são ainda uma realidade remota, dando conta dos obstáculos com que, diariamente, se debatem para construir uma vida independente e ser capaz de projetar o futuro. Para melhor compreendermos as experiências e trajetórias da Geração à Rasca e o modo como têm enfrentado e resistido às sucessivas crises, convocamos oito indivíduos residentes no Porto e em Gaia, com idades compreendidas entre os 27 e os 39 anos. São histórias escritas na 1ª pessoa, a partir de um guião, cujos tópicos incluíam aspetos como a origem social, a formação, a experiência profissional, a habitação, as sociabilidades, o lazer ou o envolvimento político e cívico. Aos seus autores foi dada liberdade para reconstruir o seu percurso da forma que entendessem, ordenando ou desordenando os acontecimentos, omitindo determinados fatos e episódios ou realçando outros. É uma narrativa biográfica, mas é também a interpretação que dela fazem. São, pois, distintos na sua linguagem e no modo de expor a sua história de vida, mas semelhantes nos temas que trazem a debate. Ainda que não sejam exatamente “retratos sociológicos” (Lahire, 2004; 2006) – que suporiam uma sequência de entrevistas aprofundadas, difíceis de concretizar em tempos de quarentena – a análise que se faz destes textos tem por preocupação

estudar o “social individualizado”. Procura perceber de que forma “as disposições individuais se formam e encarnam nos diferentes papéis sociais do ator” nos múltiplos “mundos de vida”. Para além das “grandes regularidades sociais”, exploram-se as “contratendências”, “contradições e exceções correlativas à regra sociológica”, a trajetória dos indivíduos é feita assim de forma “multifacetada”, através do trânsito pelos vários agentes de socialização e domínios de existência.” (Lopes, 2012: 83).

Apesar de uma narrativa biográfica ser sempre a história de um indivíduo que se narra a si próprio e, portanto, ser única, singular e marcada pela subjetividade, não pressupõe que seja exclusivamente individual. Parte-se de histórias pessoais para interpretar e discutir questões sociais e políticas, ou seja, do micro para o macro. E por isso os relatos traduzem também uma experiência comum, neste caso de uma geração de um determinado país. Para além das idiossincrasias de cada um/a, os depoimentos testemunham uma memória coletiva: as “ilusões” da entrada na CEE, o *boom* do crédito à habitação, os governos de Cavaco Silva e Mário Soares, a desertificação e abandono rural, a implementação do processo de Bolonha nas faculdades, o período de crise e de austeridade, a especulação imobiliária e a gentrificação ou os constrangimentos e angústias provocadas pela pandemia do covid 19.

Numa sociedade em que se “sacraliza o indivíduo” como maneira de o responsabilizar pelos “seus próprios insucessos”, “as ciências sociais possuem mais do que nunca o dever de revelar a fabricação social dos indivíduos” (Lahire, 2013: 16). Este livro, coordenado por uma investigadora, também ela em situação precária, procura dar visibilidade a estes fenómenos, não num sentido fatalista – como condição para a qual não se encontra saída – mas como impulso para uma reflexão e ação coletiva. Escutemos, pois, as vozes (necessariamente plurais) da Geração à Rasca.

SARA, 27 ANOS, OPERADORA DE CALL CENTER

O meu nome é Sara. Nasci em janeiro de 1993 no Porto e os meus pais têm agora 62 e 63 anos. A minha mãe conseguiu completar o sexto ano antes de ir trabalhar para uma fábrica em Valongo, como desenhadora têxtil onde já trabalhavam os meus tios e os meus avós. Neste momento, só é viva a minha avó materna que vive parcialmente na minha casa. Ela concluiu apenas o quarto ano. O meu pai ainda frequentou o secundário num curso profissional, mas abandonou para ir para a academia de polícia. Está agora reformado da PSP e a minha mãe continua a trabalhar no balcão de uma bomba de gasolina, trabalho que tem há 26 anos. Vivo neste momento com os meus pais. Tenho um irmão mais velho, nascido em 1982, mas que está na Alemanha. Somos o que se pode chamar uma família de classe média. Posso dizer que é uma família católica, sendo que o meu núcleo principal não é praticante. Apesar de termos passado alguns anos na catequese, tanto eu como o meu irmão consideramo-nos ateus.

O meu irmão estudou na Universidade de Berlim no curso de música, na especialidade de canto lírico. Eu estudei música (piano) entre 1999 e 2004 no Conservatório de Música do Porto, escola onde o meu irmão concluiu o oitavo grau de piano. Todo o meu percurso académico foi em escolas e faculdades públicas. Sempre fui boa aluna, talvez das melhores alunas das escolas onde andei até ao secundário. Acho que até ao nono ano a vivência era praticamente negativa, dado que sofri de bullying. Desde criança, acho que sempre convivi com algumas “bocas” homofóbicas, quando nem sequer tinha a certeza da minha própria orientação sexual. Sou homossexual assumida desde os 16 anos, sendo que muitas das áreas em que milito estão ligadas ao movimento LGBT. Quando tive a minha primeira namorada e foi assumido na escola onde andava, houve um grande “backlash”, havendo algumas agressões físicas e psicológicas por parte dos meus pares na escola. Corria o ano de 2009 e as demonstrações de afeto público eram também seguidas de alguma homofobia, tendo sido por vezes expulsa de vários espaços públicos. A minha

família sempre me apoiou. Matriculei-me numa escola no centro do Porto no décimo ano, o que fez com que a minha experiência do ensino secundário fosse bastante mais agradável, dado que as pessoas são diferentes e não existia tanto preconceito. Neste momento, tenho parceira há quase dois anos.

No que toca à minha formação, conclui o mestrado em 2018 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Estudos Anglo-Americanos (a minha licenciatura é em Línguas, Literaturas e Culturas). Penso que a experiência foi enriquecedora especialmente por ter tido a oportunidade de trabalhar a dissertação e o autor que quis. A minha escolha pela área vem de criança, aprendi a ler com 4 anos e acho que desde muito nova cultivei o gosto pela leitura. Foi a minha primeira opção e acho que nunca pensei em optar por outro caminho na escolha do curso superior. Talvez pensando numa futura estabilidade financeira e profissional, poderia repensar a minha decisão, mas acho que não me arrependo da escolha e rumo que tomei e das experiências que o curso e a faculdade proporcionaram-me. A nível académico acho que fui uma aluna mediana, o facto de ter-me envolvido em atividades políticas no campo do ensino superior, tomou-me algum tempo e energia que poderia ter dedicado mais ao curso. Estive envolvida na associação de estudantes da faculdade, tendo sido vice-presidente da mesma durante dois anos e eleita para o conselho de representantes da mesma, sendo que a maior parte da minha vivência e experiência política e ativista está ligada ao ensino superior.

Tendo ingressado na faculdade em 2012, as políticas de austeridade eram discutidas diariamente na faculdade. As propinas e a dificuldade em pagar as mesmas eram o tópico mais debatido, sendo que havia um claro posicionamento tanto da associação de estudantes em que me envolvi como do corpo de alunos da faculdade. Julgo que hoje em dia as ideias e a preocupação não são as mesmas, dado que o clima de estabilidade fez com que a luta dos estudantes, infelizmente, esmorecesse um pouco, coisa que senti mesmo nos últimos anos em que estive na faculdade. Algumas posições que tomei e que algumas pessoas tomaram no último ano em que estive na associação

de estudantes eram vistas como radicais e polémicas, coisa que não acontecia nos primeiros anos em que estudei. A crise de 2010/2011 teve algum impacto na minha vida, gerando algumas dificuldades para os meus pais, nomeadamente para conseguirem comportar tanto a minha entrada na faculdade como os custos do meu irmão na Alemanha. As nossas propinas foram pagas integralmente por eles. Como muitas famílias, acresce a isto o pagamento de vários empréstimos feitos entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000, que dificultou em muito as contas ao final do mês.

Quando acabei o mestrado decidi procurar um trabalho que me fosse dando alguma independência financeira. Como trabalhar na minha área não é um dado adquirido, estou desde 2019 a trabalhar num call center em língua estrangeira (inglês). Os meus ex-colegas de curso estão numa situação idêntica à minha, sendo que poucos trabalham na área que estudaram. Aufero pouco mais que o salário mínimo, o que me impede de sair de casa dos meus pais pelo menos para já. Apesar de me manter com contrato sem termo, existe uma enorme pressão por parte da entidade patronal em produzir resultados o que leva a um desgaste psicológico próprio deste tipo de trabalho. No momento, procuro ativamente outro emprego, especialmente algo ligado à área que estudei. O meu irmão está numa situação semelhante visto que a sua área é extremamente precária e move-se em parte em trabalho sazonal. Trabalha a tempo inteiro, neste momento, com uma associação de acolhimento de imigrantes em Berlim. Falamos frequentemente apesar de estarmos longe e partilhámos algumas preocupações sobre o futuro.

O meu tempo livre é ocupado com atividades partidárias e ativistas. Comecei a envolver-me com 14/15 anos, quando comecei a tomar alguma consciência política. Aos 16 anos entrei numa organização feminista, onde comecei a fazer ativismo. Acredito que muito do meu envolvimento teve que ver com algumas políticas identitárias que me envolviam pessoalmente (o facto de ser mulher e homossexual), mas que cedo fizeram com que me interessasse por outros tópicos. Tive uma professora que me envolveu nos movimentos, o que também facilitou os contactos que tive e que mantive

ao longo dos anos. Em 2012 aderi a um partido político, onde continuo a fazer militância até aos dias de hoje. Sou dirigente nacional e faço parte da direção distrital, vou a alguns eventos e organizo atividades partidárias. Fui durante alguns anos, membro da coordenadora de jovens do partido, tendo saído da mesma há alguns meses. Sou ainda deputada municipal e fui eleita na freguesia em que habito. As questões locais são atualmente outro grande foco do meu ativismo, reúno com algumas associações e levo propostas e moções tanto à assembleia municipal como à assembleia de freguesia. Faço ainda parte da comissão organizadora da Marcha LGBT do Porto. As reuniões são praticamente semanais tanto em movimentos de que faço parte como a nível partidário. Tenho, no entanto menos tempo agora, dado que trabalho oito horas por dia, sendo por isso difícil conciliar todas as atividades.

Gosto principalmente do ambiente de debate que se gera no contexto político e da possibilidade de ajudar à transformação, ainda que mínima da sociedade. Pode ser por vezes um pouco frustrante e consumidor de tempo e energia, principalmente no que à mediação de conflitos diz respeito, algo que sinto desde os tempos do associativismo estudantil. Tenho amigos fora e dentro destes contextos, mas acho que este nunca foi um ponto de discórdia ou tensão, sendo que as pessoas que conheço e com quem travo laços de amizade fora de contextos partidários/ativistas sabem à priori do grau de envolvimento que tenho para com as causas em que milito. O meu pai faz parte do mesmo partido que eu e vai a alguns encontros, principalmente no que toca a política local. No entanto, fui eu que o comecei a levar para o meio político, dado que ele não tinha muito interesse em participar de início. Nem o meu irmão, avó ou mãe têm qualquer tipo de atividade política ou envolvimento partidário.

No último ano tenho estado mais ligada às questões do trabalho, tendo-me sindicalizado no final do ano de 2019. Parte da minha experiência laboral tem sido também a tentar organizar trabalhadores e a tentar arranjar espaço e voz para as preocupações dos meus colegas. Suponho que sentimos as mesmas dificuldades e isso faz com

que seja fácil chegar das palavras e das conversas de café à ação. O meu envolvimento partidário gera por vezes alguma desconfiança por parte da entidade patronal, não tanto por parte dos meus colegas. Os conflitos da empresa com as pessoas mais envolvidas politicamente são quase diários e existe sem dúvida um medo generalizado de perda de posto de trabalho. Acho que o facto de termos conseguido fazer uma greve no final do ano passado fez com que mais pessoas falassem dos problemas e se mobilizassem para a luta pelos seus direitos. O facto de ser sindicalizada tem aspetos positivos e negativos, por um lado, há mais colegas a pedir conselhos e dispostos a ouvir-me; por outro, há uma pressão maior da empresa sobre mim, ainda que mascarada.

No que toca à vida em quarentena, o trabalho foi transportado para casa, sendo impossível para já, o regresso ao local de trabalho. Com a mudança para casa, é difícil estabelecer a barreira entre o direito ao descanso e as horas do expediente. Consigo marcar essa fronteira, desligando as ferramentas que utilizo para trabalhar assim que as oito horas acabam, respeitando sempre os tempos de intervalo e almoço. Tenho também passado muitas horas em reuniões por vídeo chamada, que aumentaram dada a facilidade das pessoas reunirem virtualmente. Tento, no entanto, arranjar algum tempo livre para fazer coisas que gosto, apesar desse tempo ser por vezes escasso. Leio a maior parte das vezes ou escrevo. Também gosto de jogar videojogos apesar de não ter neste momento grande tempo livre para os explorar. O meu grupo de amigos é sobretudo composto por pessoas que conheci no meio do ativismo ou no partido, assim como alguns amigos que trago da faculdade. Tenho também alguns colegas do trabalho com que me costumo encontrar, que apesar de serem um pouco diferentes do resto dos grupos onde me movo, partilham algumas opiniões políticas comigo e acho que isso é um grande ponto de convergência entre todos os meus grupos de amigos.

Considero-me precária e sem muitas aspirações de futuro no momento. Devido ao salário baixo e à especulação imobiliária, é praticamente impossível aspirar a uma habitação própria ou à

independência total. As expectativas no início da faculdade não se parecem vir a realizar, sendo que um emprego na área de estudo, apesar de fazer alguns trabalhos esporádicos no ramo da tradução, parece neste momento inviável. Penso que um salário razoável para conseguir alugar de uma casa e conseguir viver normalmente seria por volta dos 1000 euros. Neste momento em pandemia tenho gastos com comida e tabaco, além de ajudar com algumas contas em casa da minha namorada. Por norma vivo com os meus pais e também apoio nos gastos quotidianos, enquanto tento poupar algum dinheiro para futuro. Eles acham normal viver com eles ainda, dadas as circunstâncias e não me pressionam de forma alguma.

De um ponto de vista normativo, acho que me considero jovem apesar de não saber qual é a linha que separa o “ser adulto” do “ser jovem”. Acho que alguns problemas são transversais aos jovens adultos e que há lutas que são travadas em quase todas as idades, sendo estas lutas pela identidade, pelo trabalho, pela habitação, etc. Existem obviamente problemas associados a uma idade compreendida até aos 30 por exemplo, que poderão não existir mais à frente, mas não acho que esta marca temporal seja assim tão linear. Normalmente deixar de ser jovem está associada a uma certa independência e estabilidade que se tornou demasiado inatingível mesmo para quem passa a barreira dos trinta anos. Em suma, acho que desejo que o futuro seja um pouco mais estável, mas não sinto que tenha grandes aspirações imediatas.

CÉLIA, 33 ANOS, MÉDICA E INVESTIGADORA

You are already winning. Foi o que me disse a Joann. Tudo que veio depois de concluir a escola secundária foi um bónus, concluímos as duas. O que era esperado de alguém com o meu background era a conclusão do 9º ano, seguido de um emprego numa fábrica local, ganhando o salário mínimo. Ou a emigração para algures na Europa, onde a minha família já conhecesse alguém. Mas a minha história acabou por ser bem diferente. A amplitude de sociedades em que vivi acabou por ser mais vasta. Mas começou no Portugal rural. Aliás, se concordarmos que metade do meu material genético foi combinado quando se formaram as gónadas da minha mãe, a minha história ainda começa quando a minha mãe estava na barriga da minha avó. De certa forma, a minha história começa na pobreza extrema com os arrepios do frio das casas do Minho e a agonia da fome. As duas gerações antes de mim passaram pela miséria.

A minha avó servia. Isso significava que desde os 7 anos de idade trabalhava numa casa onde não lhe pagavam salário. Cozinhava para os senhores e comia o que sobrava, se sobrasse. Não há final feliz nesta vida. Não houve recuperação e ascensão social. A minha avó foi pobre e morreu como tal. A arrancar os dentes com cordel, pois não havia dinheiro para dentista. Se acreditarmos que esta experiência fica marcada epigeneticamente, a minha mãe herdou dela as marcas da pobreza. Herdou também a falta de oportunidade. A minha mãe começou a trabalhar quando começou a andar, distribuindo pão pelas casas antes do dia de trabalho começar. Quando ia para a escola, ia dormir o que não tinha dormido na noite anterior. Acabou iletrada. Capaz de ler, mas com dificuldade na interpretação. No meio onde trabalho chamar-lhe-iam: indiferenciada, ou até levantariam a suspeita de défice intelectual. A linguagem dela não é como os diferenciados, que protegem a bandeira do português correto, o português dos diferenciados, sem perceber que há mais do que um. Ninguém fala português correto do sítio onde venho. Que língua estrangeira então falamos? Foi

nessa língua estrangeira que me desenvolvi, como me desenvolvi na barriga da minha avó e na barriga da minha mãe. Aprendi o outro português na televisão e escola. Precisei dele para me anular e integrar quando sai do meio onde me desenvolvi. Nesse meio cresci com dois avós, dois pais, dois irmãos mais novos, uma casa, um quintal e animais que eram comida. A minha mãe ficava em casa, porque o meu pai assim decidiu. Ele trabalhava na alfaiataria, onde me juntava aos fins de semana para fazer limpezas e trabalhar como estafeta. Não havia muitas pessoas com 10 anos a ir a repartições de finanças, por isso era sempre olhada com um sorriso quando ia tratar de pequenas tarefas. Mas estes fins-de-semana eram também uma oportunidade para estar fora da aldeia em meados dos anos 90 e ver as pessoas da cidade. Pessoas com cabelo longo, lábios negros e tatuagens. Na aldeia chamavam a estas pessoas “os drogados que nunca vão dar nada da vida”. A mim fascinava-me a diferença. Não era como eles, nem queria ser. Mas a sua existência de gente tão diversa, pareceu-me um objeto de curiosidade. Pela mesma altura tivemos uma melhoria da situação económica na nossa zona, e vários emigrantes regressaram às origens para começar uma nova vida com o dinheiro acumulado além-fronteiras. De repente, a turma na escola estava diferente. Tínhamos colegas nascidos na Galiza que conheciam personagens do Dragon Ball de episódios ainda não passados em Portugal. Colegas vinham da Venezuela e tinham pele mais escura e feições redondas dos descendentes índios. Colegas vinham do Brasil e chamavam a casa de banho de banheiro. Traziam também religiões diferentes, que todos chamávamos de seita na aldeia. Mas indo às reuniões religiosas deles, e com a crença na inexistência de Deus já assente, pareceu que eles sabiam divertir-se mais. Em meados dos anos 90 o mundo pareceu-me mais plural e começou a curiosidade por quem é diferente. Existia um mundo para além das montanhas do vale, onde se acumulava nevoeiro e pobreza.

E tínhamos a escola. Aprender não era o que nos trazia lá. Trazia-nos a lei do ensino obrigatório e a necessidade de tirar a carta. Muitos já tinham emprego pelos 13 anos, e a escola era algo a acabar

assim que possível para ir ganhar mais num emprego a tempo completo. Depois da escola muitos iam para garagens fazer pequenas tarefas de costura pagas ao kilo por outras empresas locais, que forneciam empregos internacionais.

Anos depois, quando cheguei à universidade tentaram me dizer que esta realidade não existia. Ou existiu, mas na geração dos nossos avós. Portugal é um país desenvolvido, não pode deixar tais coisas acontecer. Se acontecessem, alguém iria fazer queixa dessas crianças a trabalhar. Não ter eletricidade em casa? Mesmo se fossem pessoas preguiçosas sem vontade de trabalhar, a segurança social iria tratar de gastar o dinheiro dos nossos impostos para essas pessoas terem o que não conseguem organizar-se para ter. Eu bem podia explicar que há pessoas com empregos em casas sem eletricidade. Mas as pessoas das casas sem eletricidade não chegam à universidade para interagirem com as pessoas que acham que elas não existem.

A escola foi se passando sem dificuldades para mim. Completei o que era obrigatório e como boa aluna, segui para o secundário para ver o que dava. O secundário também correu bem e com média acima de 19 valores, seria uma pena não fazer algo com esta nota. Mas não era certo ir para o ensino superior. O nível de educação na família era o 4º ano, e a universidade parecia algo que não era para nós. O plano que fazia sentido na altura seria emigrar para ganhar mais dinheiro. Uma vizinha precisava de uma babysitter algures na Escócia, e seria uma oportunidade de começar a ganhar dinheiro e fazer uma vida. Mas havia uma paixão. Eu queria ser investigadora. Na televisão apercebi-me que havia essa profissão e queria que fosse a minha. Queria estudar o cérebro para perceber o segredo do ser de todas as pessoas. Mas também a genética, como história escrita da nossa evolução. Mas não sabia que curso juntava estas coisas. Mais alguns da minha geração queriam desvendar os segredos do mundo concreto nunca antes descritos. Mas a inexistência de orientação profissional viu muitos seguirem cursos fora desse objetivo. Cursos em que percebêssemos que profissão teríamos no final. Fiz uma escolha semelhante. Preenchi os papéis das candidaturas, arranjei um emprego na época das vindimas do vinho verde

para pagar os primeiros meses de universidade e fui para o desconhecido do sistema universitário português.

Em 2005, o sistema universitário recebeu-me como um bicho estranho. Os responsáveis pelos serviços sociais explicaram-me que era impossível alguém ser tão pobre e pediram-me declarações de honra a explicar como a minha família garantia as despesas do dia a dia. Pediram uma lista de quantas galinhas tínhamos em casa e como garantíamos as refeições com a horta. Foram vários e vários encontros com funcionários que a cada vez me explicavam a impossibilidade de viver com tão pouco. Ao mesmo tempo ia garantindo que gastava o menos possível no dia a dia, evitando refeições na cantina e optando por comer croissants como almoço. Os colegas achavam que as restrições nas refeições eram um distúrbio alimentar. Achavam também que o uso de roupa em segunda-mão e sapatos com buracos era uma inspiração grunge. Eu achava-os a eles, os diferenciados, todos iguais. Na minha cidade perdida no Minho tínhamos pessoas com aspeto diferente, que acreditavam em deuses diferentes e a cor da pele tinha mais nuances. Aqui numa cidade universitária maior, não havia isso. Principalmente os professores universitários, maioritariamente homens, vestidos de calças beges e camisas aos quadrados com fundo branco, e com últimos nomes de outros médicos.

Dei o prazo de dezembro desse ano para ver se a coisa funcionava ou ia mesmo trabalhar como babysitter na Escócia. Muita coisa correu mal, com o início de uma doença crónica, a dúvida se iria ter bolsa de estudo, mas cheguei a dezembro e continuei. Continuei a formação como estudante de medicina.

Depois apareceram as oportunidades para seguir para o caminho que realmente queria, que era investigação. Comecei a ocupar parte das minhas férias com atividades de investigação laboratorial. Ia pondo de parte algum dinheiro ao longo do ano, para chegar ao Verão e poder lidar com as despesas do mês extra no campus. As minhas primeiras experiências em investigação com estágios de verão não foram positivas. Eram me dadas indicações de quais as experiências que devia fazer

e depois fui deixada a fazê-las sozinha, sem integração no conceito global do projeto. Quem me devia orientar não me reconhecia no corredor. Anos depois vi as experiências que fiz publicadas em artigos, sem o meu nome incluído, nem nos agradecimentos. Vários antes de mim tinham passado pela mesma situação e decidiram abandonar qualquer inclinação científica. Eu usei de novo a minha persistência, e pensei que o que se passava fazia parte de uma certa cultura local e não seria a definição do que é uma mentoria.

A persistência deu frutos e poucos anos depois estava a fazer um programa doutoral português mas com as atividades da tese a decorrer na Universidade de Columbia, na cidade de Nova Iorque, na área do neurodesenvolvimento. Aqui encontrei uma abordagem diferente em relação à questão das origens socioeconómicas: falava-se delas. Era valorizado alguém pertencer a um background diferente em termos culturais, raciais, género ou orientação sexual. Havia pessoas de vários países, raças, orientações, níveis socioeconómicos... todos com o mesmo objetivo de fazer ciência. Partilhei pela primeira vez as minhas histórias de pobreza, sentindo que eram compreendidas, em vez de questionadas. Foram ouvidas, em vez de interrompidas para incluir visões pessoais. Ganhei com este ambiente, não pela oportunidade de fazer terapia gratuita, mas por poder construir a minha narrativa pessoal e contextualizá-la no meio e na minha pessoa. Além de estar num meio em que se usam apenas os primeiros nomes, e só se usam os títulos académicos com os inspetores de segurança.

Essa temporada nos Estados Unidos da América correspondeu ao período de austeridade em Portugal. Ter uma bolsa da FCT permitia-me ajudar a família com algumas contas. Sei que a minha aldeia esvaziou de pessoas jovens que foram para outras paragens procurar emprego. Nessa altura, vivia sozinha num quarto de uma residência. Tenho um certo carinho pela solidão desse período, com paralelos às descrições do Steppenwolf. Gostava (e gosto) de consumir arte contemporânea. Como estudante tive acesso a vários museus de forma gratuita. Fui exposta a coisas novas e percebi de quais gostava: gosto de coisas estranhas. Também acabei por ter

mais interesse por política. Havia mais *media* que desenvolviam os temas a fundo. Adorei seguir a campanha do democrata Andrew Yang com a ideia do universal basic income e a Elizabeth Warren no geral. Em Portugal desliguei do que se passa na política e normalmente 2-3 dias antes das eleições vou ler o que é proposto. Aborrece-me a falta de discussão de ideias na política portuguesa.

Foram quatro anos de enorme crescimento. Conheci pessoas diferentes e era cientista, ou seja, alguém capaz de formular questões científicas relevantes, desenhar as experiências para responder a essas questões e executá-las. Depois foi tempo de eu regressar a Portugal. Entretanto os meus irmãos tinham crescido. O meu irmão acabou a escola secundária e foi trabalhar para uma fábrica na aldeia, como operador de máquinas. Condenado ao salário mínimo, exceto se decidir emigrar como quase todos na geração dele. A minha irmã passou pelo mesmo drama de ser “pobre demais para ser verdade” com os serviços sociais da universidade. Outro paralelo foi querer ser investigadora em ciência. Fez um curso na área da biologia e na tese de mestrado trabalhou em vários projetos de investigação laboratorial. Fez as experiências da tese de doutoramento de um médico e outra aluna de doutoramento. Gostaram do trabalho dela e propuseram que continuasse para um dia eventualmente se candidatar a doutoramento. A visão prática da minha irmã fez com que perguntasse desde cedo como seria paga. A pergunta foi recebida com alguma surpresa. Várias pessoas na instituição estavam no limbo após mestrado e antes de um eventual doutoramento, e receber um salário não fazia parte das expectativas. Ela continuou vários meses a trabalhar horários completos, sem pagamento, e com vagas promessas de ser incluída numa bolsa. Apenas aqueles com famílias com back-up financeiro sobreviveram os anos desse limbo, e avançaram para doutoramento. Um trabalho pago ao fim de semana numa pastelaria pagava as contas da minha irmã. Esse trabalho tornou-se o emprego ao fim de alguns meses. Assim, a minha irmã deixou a ciência. A ciência perdeu alguém inteligente, motivado, trabalhador e com background social pouco frequente na ciência portuguesa.

Eu regresssei a Portugal com a ideia de combinar medicina e investigação. Em Columbia apercebi-me da existência da especialidade de genética médica, a área de especialização de médicos que lidam com doenças hereditárias, várias delas raras, e com doentes muito especiais. Decidi rumar a minha vida por aí. Mas os desafios são muitos. Ainda tenho os hábitos de alguém de um meio mais pobre, mas que trabalha no meio dos diferenciados, com as suas regras sociais que ainda me escapam. Não sei falar e ser como eles, e sinto que isso me tem dificultado a integração no sistema português. São ainda os diferenciados com a sua linguagem e regras hierárquicas que dominam a gaiola.

Agora tenho 33 anos e não ligo muito ao conceito de ser jovem. Não vejo o que ganho em passar muito tempo a pensar nesse termo. Em relação à precariedade, assusta-me a sua normalização e as consequências que vai trazer para a economia. Poderei estar em situação precária em pouco tempo, mas isso vai espelhar toda a experiência da minha geração e serei apenas mais uma. Não me identifico com a Geração Milénio pois apenas aos 18 anos tive acesso à internet e todos seus benefícios. Não sei em que geração encaixo. Não sinto que tenha de pertencer a uma.

Não estou na política, mas estou no associativismo. Fui supervisora de um miúdo de minoria racial em NYC no programa BRAINYC, e já estive em várias associações a fazer todo o tipo de tarefas (associação de estudantes, Portuguese-American Post Graduate Society, European MD PhD Association, European Society of Human Genetics - Young...). Há duas semanas organizei uma sessão sobre work-life balance na European Society of Human Genetics. Recentemente, escrevi uma carta de opinião com uns colegas sobre a ausência de carreira de médico em Portugal para partilhar numa revista médica (já o fiz antes). Tenho sido ativa em projetos que acredito, mas com uma falta de crença nos partidos políticos como via para fazer acontecer aquilo que acredito. Prefiro integrar associações com projectos em que possa directamente contribuir para o que se passa. Adoro a satisfação de ver os frutos dos projetos em que trabalhei como ver os meus antigos mentorados

serem jovens adultos confiantes em quem são. Ou ficar feliz por alguém lembrar-se das sessões que organizei na altura da faculdade sobre sexualidade no feminino (após uns problemas de machismo nas aulas de Medicina). Ou alguém dizer-me que aprendeu muito sobre a experiência de ter cancro com a sessão em que convidamos a cabeleireira/confidente das doentes com cancro da mama, junto com as mesmas.

Tenho um contrato como médica interna que culmina num ano e meio, em mais um exame de passar ou reprovar. Depois desse exame, terei de ver as oportunidades que surgem. Francamente não sei o que se vai passar a seguir. Há poucos anos o SNS abriu uma vaga para especialistas em Genética Médica e três colegas concorreram à vaga. Duas colegas ficaram num limbo de contratos a tempo parcial no SNS. Não há muitas oportunidades de atividade privada na área da Genética Médica como médica geneticista, por isso o SNS é o nosso grande empregador. Apesar da carência de médicos na minha área no SNS, a abertura de vagas para especialistas tem sido somática. E quem está com vaga dentro do SNS tem de trabalhar longas horas extra, não pagas, para garantir que o trabalho que nos é atribuído é finalizado. Oficialmente tenho um horário de 40h semanais, sou paga por esse horário, mas o horário habitual é de entre 50-60h. E depois há os sonhos, como ser médica-cientista. Em Portugal não existe contexto legal para a combinação das duas áreas: prática clínica com doentes e investigação. Claro que podia depois de 60h de trabalho dedicar-me à investigação, aparecendo num laboratório depois das 20h da noite nos dias que não levo trabalho para casa. Podia. Tempo dedicado a investigação: algo que se fala muito nos meios de jovens médicos cientistas. Vários idealistas mais persistentes desse círculo de jovens cientistas acabaram por sair do país, motivados pela oportunidade de fazer investigação integrada no seu horário de trabalho e pela existência de massa crítica para se desenvolverem na sua área. Daqui a um ano e meio tenho de perceber que oportunidades existem, enquanto vou pensando que línguas devo ir treinando.

A crise covid19 foi vivida inicialmente em Nova Iorque e despedi-me rapidamente da cidade num

ambiente estranho de preparação para o fim do mundo, sem ainda estarmos a perceber quão mau seria. Estive em NYC no último fim de semana que terá sido o normal. Cheguei a Portugal, e tive de lidar com o caos da re-organização de todo o sistema de saúde. Os próximos meses não vão ser fáceis.

Num regresso breve a Baltimore, Estados Unidos, em 2018, fui orientada pela Joann Bodurtha por um mês. No final desse mês, ela fez o exercício típico de mentora americana e perguntou-me onde me via em 5 anos. O vazio mental foi grande. Sei que quero ser investigadora em doenças genéticas do desenvolvimento, mas não sei como o fazer. O Joann também não me disse o que fazer. Depois perguntou-me o que tinha ganho até aquela data. Nesse momento, pela primeira vez apercebi-me de onde vinha e onde estava. Venho de um sítio onde não esperam muito de nós, e saí de lá. Tudo que veio depois disso foi uma vitória. *You are already winning.* Depois prometeu-me: *You will be fine. Just don't try to do it all by yourself. Get helpers.*

LAURA, 34 ANOS, PRODUTORA CULTURAL

Eu sou a Laura, tenho 34 anos, filha desejada apaixonadamente pelos meus pais, durante toda a vida fizeram questão que eu o soubesse. Tenho uma irmã, mais nova em idade, em termos de sensatez mais velha uns 20. A minha mãe é professora desde os 23 anos, fez este ano 61, ainda lhe faltam alguns anos para a reforma. O meu pai já está reformado, tem o 12º ano, é muito estudioso e sempre quis tirar um curso universitário. Ainda hoje o incentivo a fazê-lo, mas diz que o tempo dele já passou. Reformou-se mais cedo porque a sua empresa faliu, veio embora “quando ainda estava tão bom para trabalhar, mas agora já só querem a malta nova” ouvi-o dizer. Tudo isto aconteceu quando saiu a Lei que diz que bastam 40 anos de descontos ou começar a trabalhar aos 14. Começou a trabalhar aos 15 e faltava-lhe um ano para ter direito a reforma completa. Não consegui, mas rebateu o primeiro valor, diz que “assim pelo menos agora chega para o tabaco”. Tem 64 anos, e é tão ativo que é necessário marcar coisas com ele com um mínimo de duas semanas de antecedência. Continua a trabalhar apaixonadamente, talvez até mais do que antes, porque agora pode escolher. Tudo em regime voluntário, sem auferir qualquer valor além das afetuosas “pancadas nas costas”.

Até aos 3 anos estive em casa da minha avó paterna, tudo eram mimos, atenções, galinhas, boas recordações. Depois fui para um colégio que frequentei até ao final da 4ª classe. Éramos muito unidos, havia muita música à mistura. Foi muito triste quando acabou. Passei para uma escola pública, com demasiados alunos, tínhamos aulas em átrios improvisados. 5º e 6º fui descobrindo que não gostava assim tanto de estudar, ainda estava numa turma “das boas”, como nunca fui muito virada para a competição, não me atraiu em particular essa ideia de estar a batalhar por notas. No 7º ano, possivelmente por falta desse meu interesse, fui logo posta de lado pelos professores porque só dão aulas para quem quer aprender. A turma foi rotulada por professores e encarregados de educação como uma “turma de índios”. (Enquanto escrevo este texto reparo o quão xenófoba e colonial é esta expressão. Acho

terrível que ela ainda seja utilizada seja nas escolas ou em qualquer outro lugar, peço desculpa por colocá-la aqui) Este tipo de ideias e o “ser do contra” nunca me tornaram muito querida pelo corpo docente, com exceção de um ou outro professor que me “entendia”. Muitas das minhas fortes posições perante a vida, fossem ideológicas, políticas, sociais, sempre foram tidas como se fosse uma forma de eu “chamar a atenção” ou “desestabilizar”. Não me estou a desculpar, fui uma adolescente terrível, provocadora, mal-educada. Ainda hoje me censuro por atitudes e tantos dissabores que levei à minha família, hoje as pessoas mais importantes da minha vida. Graças a estas minhas desgraças, na minha família profundamente de esquerda, ainda hoje a minha inscrição aos 16 anos no PCP é vista como um ato de rebeldia para chocar, em vez de apenas um interesse por política, que acho sempre saudável que os jovens tenham, se virados para o lado certo, claro. Divagações à parte, volto ao ciclo. Adorei a turma, adorei faltar às aulas, adorei os primeiros cigarros, os primeiros beijos. E assim sem grande esforço fui fazendo ano após ano, com notas medianas, sempre com a nuvem “podias ser tão boa aluna” a pairar em cima da cabeça, mas sem permitir nunca que ela me causasse qualquer tipo de moossa.

Fora da escola ainda andei no piano, natação, inglês e catequese. Fui batizada aos seis anos porque me pedi que me explicassem o que era a catequese. Fiz até à primeira comunhão. No 3º ano comecei a não gostar nada daquilo, a catequista era uma chata e não gostava das minhas perguntas. Pedi para sair, mas a minha mãe disse que tinha de ficar até ao final do ano porque era um compromisso que eu tinha assumido. No final do ano desisti.

Desde cedo descobri que queria sair da cidade onde nasci. À luz dos anos não sei se o meu problema era com a cidade ou se só queria sair de casa. Mas cedo a cidade tratou de me esclarecer que não me queria lá. Por causa destas “manias” apenas me interessei por modalidades que não existiam na cidade. Primeiro a dança, depois a fotografia. Tudo isto acompanhado por uma adolescência chamada “complicada” que envelheceu os meus pais, e que claro, não me levou ao Porto

mais cedo. A cidade onde sonhava morar apenas se tornou “minha” quando finalmente chegou a entrada na Universidade.

Finalmente uma casa para mim, partilhada ao início com uma amiga da cidade onde cresci. Cedo os desentendimentos falaram mais alto e acabei por ficar com a casa só para mim, pagando o mesmo valor (128€ na altura) no centro do porto, com um pequeno terraço, muita luz, muitos anos de vida e sem obras. Fui muito feliz nessa pequena casa podre, onde no quarto interior era possível ouvir o sinal sonoro do semáforo da rua, onde se ouvia a tampa de saneamento solta cada vez que passava um carro, e ainda assim é até hoje uma das minhas casas preferidas. Tinha um corredor tão estreito que não era possível passar por lá um poltrona que estava a chatear noutra divisão! Fui sempre partilhando casa, mesmo essa teve uma nova inquilina imposta pela senhoria. De todas as casas por onde passei, felizmente nunca tive de partilhar com mais de duas pessoas. Gosto de morar sozinha, sempre gostei. Ainda hoje, já “casada” dou por mim a suspirar por uma casa onde só eu mande.

Fui apanhada por Bolonha no meio do meu ciclo de estudos, sempre me senti defraudada por isso. Entrei num curso que seria de 5 anos, 3 de bacharelato mais dois de especialização, de onde saíam bons técnicos audiovisuais para, de repente, antes do início do 3º ano ser informada de que se fizesse todas as cadeiras em falta, segundo o novo plano de curso, acabava o ano licenciada. A reunião de esclarecimento sobre Bolonha foi feita após as matrículas, portanto fomos indo às apalpadelas guiados pelas simpáticas funcionárias da secretaria. Na altura com 20 anos, não sendo especial amante da vida de estudos achei fantástico tudo isto, com algumas discordâncias pelo meio, pois repeti cadeiras já feitas, dividiram notas que já tinham sido lançadas em anos anteriores para encaixarem no novo plano de curso e há cadeiras no meu diploma que não sei do que se tratam. Assim foi, 14 cadeiras feitas, algumas sem saber como, aos 21 anos estava feito.

No dia em que entreguei a minha monografia da tese comecei a trabalhar num bar à noite. Ganhava 10€ pelas tardes, 15€ pelas noites. Às sextas de noite e sábados, um luxo! 15€ pela tarde de sábado

e 20€ por cada uma das noites. O horário era das 15h às 20h. Das 21h até fechar. Durante a semana até às 00h, ao fim de semana... quando calhasse, prolongando-se muitas vezes até às 3h da manhã. Recebia à semana, por baixo da mesa. Achava que ganhava bem, tinha as chaves do local eu que abria e fechava, que honra! Estava de volta a casa dos meus pais e o dinheiro era suficiente para os cigarros e para cerveja. Nesse mesmo trabalho fui acusada de roubar, água! Aparentemente tinha roubado água e uma garrafa de whisky e também algum dinheiro. Foi uma semana em que fiquei responsável pelo do espaço, o gerente tinha ido a Barcelona fazer qualquer coisa muito importante. Aconteceram várias peripécias nessa semana. Ao fim de semana de noite éramos duas. O sistema de registo de entrada e saída de produtos era super rígido (o gerente tinha uma paranoia gigante), ao ponto dos copos de plástico também serem contados, para garantir que nenhuma de nós bebia nada ou comia fosse o que fosse, (às vezes podíamos comer um pouco de bola, ou provar um cocktail, uma vez até nos foi pedido para limparmos as formigas de um bolo, para que ele fosse vendido aos clientes e também o podíamos comer claro). Na confusão de papéis e armazéns, esqueci-me de registar uma palete de águas e 4 barris de cerveja numa das folhas (eram 3 em 3 locais diferentes). Ainda hoje me lembro dessa conversa, onde expliquei exatamente o que falhava nas folhas, onde esclareci que nunca me foi pedido para apontar os barris e que tudo o que eu estava a dizer podia facilmente ser verificado pelos barris vazios e pelo dinheiro em caixa. Também na caixa havia uma falha num dos dias, registei um valor mas no valor real faltavam 50€. Tentei explicar que não era muito inteligente primeiro fechar a caixa e só depois roubar dinheiro, ainda assim, fui embora e não quis trabalhar mais lá. Passado umas semanas o gerente voltou a ligar, precisava que eu voltasse ao trabalho. Mas o meu orgulho não deixou, além disso, já estava ocupada a ser empregada de uma empresa de trabalho temporário, era agora parte do Apoio ao Cliente da Vodafone. O salário não era nada de especial, mas dava para os gastos, na verdade o part-time compensava mais que o full-time, fui saltando entre estas duas opções, ou 6 ou 8 horas por dia, a menos de 3€ por hora a ouvir

reclamações. Num dia “bom” atendia 120/130 chamadas, o tempo médio de chamada era 3 minutos, éramos constantemente ouvidos, avaliados, podíamos optar trabalhar na noite de natal ou na passagem de ano, eram inúmeras as vantagens. Já uns meses depois de estar a trabalhar, a universidade convidou-me para ir trabalhar para lá, tinha concorrido para iniciar em setembro (quando acabei o curso), mas a competição era alta (relembro que, nesse ano, três anos do curso terminaram magicamente a licenciatura), muitos colegas concorreram e por isso entrou quem tinha a nota mais alta. Acabou por sair porque arranjou um trabalho melhor e fui eu convidada por simpatia. Já sabia que eles não pagavam mensalmente, o valor da bolsa não era alto (300€) que era pago quando fosse possível. No meu caso foi pago tudo junto, 3 meses depois. Por esse motivo continuei a trabalhar no Apoio ao Cliente. Portanto, os dias eram: apanhar a camioneta das 7h para abrir os serviços às 8h, fazer seguido até às 17h para apanhar a camioneta de volta e entrar a trabalhar às 19h (o local não era perto da paragem da camioneta). Óbvio que não durei muito, nestes tempos queria era sair e divertir-me depois do trabalho e por isso alguma vezes não chegava a horas ao Porto. Não estava satisfeita com o estágio, fazia os “trabalhos de mulher” que incluíram organizar uma prateleira com catálogos de material, uma coisa exigida a todas as minhas colegas, enquanto os colegas homens podiam sair para filmar, ou participar de filmagens de curtas, algumas delas premiadas.

Não me empenhei especialmente em nada, nem via futuro em nada disto, não foi por isso nenhuma surpresa ter sido mandada embora. Mas estava contente, tinha agora algum dinheiro junto, porque como não o tinha recebido também não o tinha gasto, e por isso fui passar um mês ao Brasil, para ver no que dava, acabei por ficar um ano e meio, sempre com trabalhos incertos por falta de visto de trabalho, mas foi divertido. Voltei para Portugal quando a situação lá se tornou insuportável, tinha perdido o seguro de saúde, tinha medo de ser apanhada, tinha de pedir ajuda aos meus pais frequentemente porque o dinheiro nem sempre era certo, a ajudar tinha uma relação abusiva que me massacrava durante muitos anos.

Voltei, triste, contrariada e de coração partido. Encontrei um país em crise profunda, estávamos em 2010, amigos emigrados, amigos desempregados. Cheguei em Agosto, só consegui começar a trabalhar no final de Novembro. Entretanto enviei CVs, entreguei-os em vários locais, telefonei, tinha agora o que era considerada “demasiada experiência” para ter acesso a estágios (no Brasil estive a trabalhar com uma produtora) mas também não havia lugar para mim no mercado de trabalho. Consegui uma proposta em Lisboa, trabalho de segunda a sexta, das 9h às 18h, com alguns sábados pontuais ou menos pontuais dependendo da época. Pagavam o subsídio de alimentação: 128€ por mês. Expliquei à senhora que isso não era suficiente para pagar o quarto, mas rebateu com um: “há muitas empresas que não pagam nada”. Desesperada por uma oportunidade considerei aceitar, perguntei se podia ter um part time nocturno e ao fim de semana para conseguir fazer o estágio, mas não era possível, porque tinha de estar disponível a todas as horas, o horário era flexível e por isso exclusivo. Recusei, para surpresa da dita senhora, ainda hoje a sigo no instagram, tem dinheiro, 4 filhos, saúde, viaja imenso. Que maravilha.

Consegui um trabalho temporário a embrulhar prendas no Continente no período de Natal. Lembro de chorar bastante por ver a minha vida outra vez assim, sem rumo. Mas lá fui, encarar. Algum tempo depois de estarmos a trabalhar foram aparecendo voluntários da Cruz Vermelha que vieram para a nossa ilha de embrulhos e que faziam o mesmo trabalho que nós. Não havia muito espaço e não entendíamos bem o porquê de ter a Cruz Vermelha ali... Até que um colega, o único rapaz, foi mandado embora. O motivo: era o único rapaz, estávamos em demasia, alguém tinha de sair e já que o resto eram todas meninas... Ainda o tentei convencer de que isso era ilegal, mas ele disse que não estava para se chatear e que já estava a pensar emigrar para o Luxemburgo e já, portanto, paciência. Um dia atrasei-me, tinha passado a noite no Porto a ajudar uma amiga a finalizar o projecto de mestrado, um filme documental. Quando cheguei à paragem reparei que a camioneta que eu tinha de apanhar não existia e por isso ia chegar uma

hora atrasada ao trabalho. Liguei a avisar e a dizer que podia prolongar pela noite o horário, já que havia tanta gente a trabalhar não me pareceu problemático. Ainda tentei ir de táxi, mas pediram-me 50€ e esse dinheiro eu não tinha. Fui a seguinte a ser despedida. Consolei a senhora que desolada me deu a notícia. Nesse dia tinham saído novas escalas de horários e o meu nome não estava na lista. Fui realocada para o corredor dos brinquedos sem fazer ideia o que fazer lá, já desconfiada do desfecho desse dia, pois já tinha questionado a supervisora o porquê de o meu nome não estar na lista e se este novo posto era para manter, esquivada, ela disse que falávamos no final do dia. Chamou-me ao gabinete para, em prantos, me dar a notícia, ainda hoje recordo o abraço que lhe dei, de lhe colocar a mão no braço e dizer que não fazia mal e que eu ia arranjar melhor. Era uma brasileira que tinha gostado de mim, era a supervisora dos RH, devia ter muita pressão, chorou imenso. Consolei-a incrédula e fui embora.

E foi assim que, em 2011, emigrei pela segunda vez. Desta vez o destino não foi escolhido por mim, mas pelo meu empregador, mais uma empresa de trabalho temporário, desta vez os serviços eram prestados para a Ryanair. Linha aérea de baixo custo. Apenas recebíamos as horas de voo, ou seja, todo o trabalho feito em terra não era remunerado. No primeiro ano também descontavam parte do valor do curso e o valor da farda. No inverno voávamos menos, chegamos a não ter comida em casa. Fazíamos contas a quem ia trabalhar e que pudesse desviar umas sandes para podermos comer. Um dia encontrei uma das meninas que morava comigo a chorar, eu perguntei o que se passava e ela disse que tinha fome. Valeram-nos os amigos que nos convidavam para jantar, por saberem a situação em que estávamos (e por possivelmente terem passado pelo mesmo). Por isso decidi que no ano seguinte não ia ficar lá no inverno, juntei o máximo de dinheiro que consegui e tirei licença. Fui viajar. Passei momentos de grande agonia lá, passado um ano de já não ser novidade – nem o trabalho, nem a cultura, nem a língua – queria ir para outra base, conhecer novas pessoas (é isto que nos vendem na altura em que concorremos e durante o curso pago por nós, com o alojamento igualmente pago

e arranjado por nós). Como tinha incompatibilidades laborais com o chefe e, conseqüentemente com vários colegas (amigos do chefe), não me deixavam sair. E bem tentei, pedi transferência para todo o lado, até para bases para onde ninguém queria ir. O facto de eu querer ir embora era visto pelos meus colegas como uma falta de gratidão da minha parte, como se pessoalmente fosse uma ofensa eu querer ir morar para outro lado. Cheguei a sofrer *bullying*, uma vez tive um crise de choro em pleno voo, o capitão tinha discutido comigo. Durante o embarque, depois de ir a pé de saltos altos, meias castanhas grossas ao terminal buscar os passageiros, tive uma quebra de tensão e por isso sentei-me no cockpit. O capitão, instância máxima dentro de um avião, gritou comigo, insultou-me dizendo que era uma ingrata por não gostar do trabalho e por desdenhar dos meus colegas. O copiloto, meu amigo até aos dias de hoje, ficou chocado com esta atitude e comportamento, mas também não lhe podia fazer frente, isso seria motivo de despedimento com justa causa. Disse até que ficou assustado com a bipolaridade do piloto que surtou do nada. Na cabine as minhas três colegas, uma delas esposa do dito piloto não me falavam há semanas. Nesse dia não aguentei. Fazíamos 4 voos por dia, ao 3º fui-me abaixo e chorei durante 40 minutos seguidos. Como não me dava com muitas das colegas levava livros para ler no avião nos escassos tempos mortos que tínhamos, o trabalho era muito duro e não parávamos um segundo. Adorava quando havia turbulência e as pessoas eram obrigadas a ficar sentadas e até tínhamos hipótese de comer tranquilamente. Os supervisores não achavam bem que alguns eleitos (poucos) lessem (embora a alternativa era conversar alto, chateando colegas e passageiros), por isso logo logo saiu um *memo* proibindo a leitura de livros a bordo. Prontamente, as minhas colegas disseram, “sim, mas revistas pode-se”. E puderam. Por motivos familiares acabei por vir cá, em 2013, para um funeral e depois disso só lá voltei para pegar nas minhas coisas. Fiquei revoltada até hoje por não ter conseguido estar presente no funeral, por nesse dia não ter podido abraçar a minha mãe. Os abraços que não damos ficam para sempre vazios dentro do peito. Pela segunda vez deixei uma casa montada

para trás e voltei. Arranjei sempre trabalho muito facilmente depois disso, todos mal pagos, praticamente todos precários, mas nunca fiquei mais de uma semana sem trabalhar.

Fui despedida três vezes na minha vida, uma num trabalho que arranjei através do centro de emprego, algures entre o final da faculdade e a ida para o Brasil. Nenhuma das minhas possíveis profissões actuais existem na lista de empregos oficial. Na altura o mais parecido era “Gravador de VT” um posto que já nem existe e que havia nas televisões (corria o ano de 2007). Constatei há dias, às voltas com uma amiga a braços com a Segurança Social que a única coisa que remete vagamente para a área de produção é a “produção cinematográfica”, onde não nos enquadrámos. Na altura, por falta de opções e perspectivas inscrevi-me como “caixa” aconselhada pela funcionária que pacientemente esteve a ver comigo todas as opções possíveis. Voltando à saga dos despedimentos, depois de algumas entrevistas para lojas, gráficas e afins que não me quiseram porque eu tenho uma formação superior e por isso não iria ficar muito tempo, fui chamada para uma loja que ia abrir. A loja era de acessórios, um *franchise*, sandálias, brincos, colares, tudo mimoso e caro para os meus rotos bolsos. O jovem casal dono da loja gostou de mim e dos meus sapatos. Na altura que me perguntaram pela escolaridade, numa vertigem respondi “12º ano”. Despedimo-nos num café onde decorreu a entrevista, saí de lá contente no alto dos meus sapatos que tinham feito “o complemento perfeito à minha energia” segundo eles. Chamaram-me para trabalhar. Estava muito feliz, ajudei a montar e decorar a loja, na inauguração deixaram-me até usar um colar (com a etiqueta)! E iam forçando para que comprasse produtos a preço de custo, mas não tinha dinheiro para poder vestir a marca. Entrava de manhã, pelas 9h-9h30 para lavar e limpar a loja de uma ponta à outra, abria às 10h, no almoço era substituída pela jovem dona no negócio e voltava de tarde, prolongando até ao fecho. Tinha bastantes afinidades com esta patroa, éramos próximas de idade, tínhamos os mesmos gostos musicais. Comecei animada a propor exposições de fotografia, ilustração, sempre tive um grupo de amigos ligado à área artística

e sabia que tinha ali um lugar para eles poderem mostrar os seus trabalhos, numa cidade sedenta de espaços e de cultura. Ela ficava sempre muito admirada como eu tinha tão boas conversas e ideias tão “modernas”. No íntimo, eu censurava-me por não ter sido honesta e por isso achei que a relação aguentava a minha sinceridade, revelei que era licenciada. Nesse mesmo dia ela contou ao namorado e ele nem quis falar comigo, disse que a nossa relação tinha levado um golpe devido à minha desonestidade. Passou-me uma máquina de calcular para as mãos e disse “faz as tuas contas”. A tremer fiz obviamente mal as contas e apresentei um valor que penso ser de uns cento e poucos euros, e vim-me embora com um conselho: “nunca mais faças isto”. E assim fiz.

A segunda foi no café de que já falei, não fui bem despedida, mas não me pareceu que a conversa fosse um convite a continuar. Salto para o ano 2013, quiosque de turismo na Batalha, a recibos, 6 dias por semana, das 10h às 19h, uma hora para almoço, 2,50€ por hora. O dono vinha de Porsche fazer visitas surpresa ao local e tirar dinheiro da caixa que não era contado ou melhor dizia-me “tirei X” e as contas nunca davam certas no fim do dia. O meu colega que era meu superior dizia que ele fazia isto para ver se o pessoal roubava. Este patrão de Porsche impacientou-se comigo porque eu ousava ouvir música ou ler nos tempos mortos. Era suposto, em dias de 40º estar a tocar uma sineta e a gritar “Tickets tickets” para chamar gente, que não existia. Fui despedida.

Restaurante no chamado Bairro das Artes, os clientes gostavam de mim, diziam “uau poder falar de Parr com a empregada de mesa, estamos mesmo no bairro certo”. Como sempre sindicalista, falava aos meus colegas das injustiças, queria que lutássemos por melhores condições e salário, um elemento a eliminar portanto. Apenas duas pessoas tinham contrato, salários mínimos claro, tudo o resto recebia por baixo da mesa, eram cerca de 2,85€ por hora, menos a meia hora para jantar caso a escolhêssemos fazer. Só podíamos comer certos elementos da carta, embora fôssemos instruídos para vender os mais caros, mesmo sem nunca os ter provado. Podíamos comer salmão. Estava a ficar caro, foi-nos vetado o salmão,

reduziu para apenas uma vez por semana. Dos pratos caros, só no último dia de trabalho estávamos autorizados a comer, escolhíamos um e era a prenda final. Um dia fomos apanhados a comer à mesa. Nós comíamos perto dos caixotes do lixo, num canto escondido da cozinha que não tinha cobertura. Como só estava um cliente na esplanada e de costas para dentro, e havia uma mesa fora do campo de visão da esplanada resolvemos comer lá. Fomos apanhados pelos patrões, fomos mega censurados, sermão esse digo aos gritos pelo indignado patrão. Como era possível “os empregados estarem a comer à mesa”, mesmo já passado a hora de fecho do almoço não podíamos convidar ninguém a sair, tínhamos de esperar que os clientes fossem embora. Lembro perfeitamente das palavras da patroa, jovem: “dos outros ainda vá, mas uma miúda inteligente como tu, nunca esperei isso de ti, nem sei como os deixaste comer aqui” Imaginem a afronta, comer à mesa! Como pessoas. Pouco depois de começar a trabalhar neste local ele fechou para férias 15 dias, portanto 15 dias sem receber nada. O patrão dizia que estava muito difícil, que não conseguia aumentar ninguém. Apareceu na reabertura moreníssimo, vindo de Punta Cana (ou algum destino do género) “mas só 10 dias, não dava para mais” e com um carro novo. Durante o expediente não podíamos nunca sentar ou beber água, só às escondidas na cozinha. Também não podíamos parar. Se não havia clientes políamos copos, talheres, limpávamos os espelhos. “Mas já fizemos isso”, a resposta era sempre “fazes outra vez”. O que importava era aqueles 2,85€ não serem desperdiçados em alguém parado. Um episódio que me ficou marcado: numas das inaugurações da Bombarda fizemos horário especial e servimos tapas durante a tarde. Havia imenso fiambre, não se utilizou todo, nem havia nada na carta onde se pudesse usar, por isso foi ficando no frigorífico. Uma colega, das que escolhia não comer para não perder aquela meia hora de pagamento, pediu para levar o fiambre para casa, para não se estragar. A resposta foi um redondo “nem pensar”. Quando o prazo passou um dia, ela foi autorizada a levar o fiambre, já cheirava mal. Deitamos fora. Não era uma funcionária brilhante, estava desmotivada, raivosa

mesmo. Cheguei a ter incompatibilidades com clientes amigos do patrão. Não durei muito, fui despedida com a frase: “nota-se fisicamente que não estás feliz aqui.” Era tudo verdade. Enquanto acabo este relato percebo que afinal foram 5 as vezes em que fui despedida.

O meu ano de isenção de pagamento de impostos e Segurança Social foi gasto quando regresssei, em 2013. Primeiro no quiosque maldito, depois 4 meses no restaurante (fui ver os recibos, já não me lembrava). No primeiro mês ganhei 70€, porque “fui de férias”. Nos seguintes cerca de 350€, no último mês apenas 246,80€, suponho que fui despedida antes de acabar o mês. Trabalhei no Bingo, pagavam bem, era a contrato, mas fiquei com um horário muito reduzido, não me chegava para renda. Depois “frente de casa” numa tenda de circo no gelo num parque de estacionamento. 800€ por um mês e meio de trabalho de enorme carga horária. Por fim fui para uma loja online. Tinha ido à entrevista meses antes, não tinha ficado, fiquei triste, perguntei porquê, o CEO achou piada ao meu email e quando teve oportunidade chamou-me. O salário do CEO era elevado, elevado como na casa dos 4 mil. Eu, a recibos, tirava por mês cerca de 800€, não ganhava nada mal para o que se encontrava por aí, além de que trabalhava de 2f a 6f, 8 horas sensivelmente. Ganhava à hora. Se terminasse as tarefas mais cedo não podia sair, mas se não as tivesse terminado até ao horário marcado para ir embora, tinha de ficar. Para umas coisas era um horário fixo, para outras era um trabalho por objectivos. A minha cabeça precisava de estímulo, depois de anos com trabalhos insatisfatórios e frustrantes, por isso decidi tirar o Mestrado em Ciências da Comunicação. Falei com o meu supervisor, era impreterível conseguir sair sempre a horas, às 18h, para ainda ir aos correios e conseguir chegar às aulas às 18h30. Nunca me vou esquecer, um dia tinha um exame, tinha avisado, tinha ido cedo para fazer tudo atempadamente e, mesmo assim, fui obrigada a ficar até às 18h20. Acabei por não concluir o curso. Relembro que estava a recibos, sendo “a minha própria patroa” como nos querem fazer crer. Apenas tirava férias para poder fazer outros trabalhos, dias que não trabalhava eram

dias sem receber. No início cheguei a ir trabalhar com uma amigdalite gigante e mais de 38º graus de febre, após levar uma injeção de penicilina, tal era o medo de ser dispensada. Tinha faltado uma manhã e estava em pânico de ser mais uma vez despedida e ficar sem aquele trabalho que no fundo era um oásis depois do que tinha passado nos anos e meses anteriores. Pelo menos não era de noite, nem aos fins de semana. A minha renda eram 350€ com contas incluídas, morava sozinha num TO maravilhoso na baixa. Estava feliz. Embora fosse fisicamente exigente expedir encomendas, estar de pé 8 horas, responder no apoio ao cliente, ainda assim, era o melhor que tinha encontrado. Uma guesthouse precisava de mim e mergulhei sem hesitar. O ambiente no trabalho que era bom no início foi-se deteriorando. O CEO saiu, a minha superiora gritava muito comigo e não fazia nada, mesmo que me visse aflita, nas horas de trabalho tirava cursos online às escondidas. Estava farta, já me custava fisicamente arrastar-me até lá todos os dias. Por isso de um dia para o outro, acabada de receber o ordenado, comuniquei a minha saída, não tinha qualquer vínculo contratual e já há muito me prometiam um contrato que nunca chegou, soube-me bem. Esta guesthouse deu-me um contrato, um salário bom, e vida! Uma família que guardo até hoje.

Saí três anos e meio depois porque a minha cabeça queria mais, estava a fazer já muitos trabalhos extra de produção e arrisquei. Foi sempre correndo bem, tinha um contrato com uma companhia e trabalhava frequentemente a recibos com duas casas culturais, mais um *freelance* aqui e ali que iam aparecendo. Entretanto, uma destas casas informou-me que eu poderia integrar de forma definitiva a equipa, tendo até tarefas mais interessantes para fazer do que até então. Mantinha o trabalho nas duas estruturas, fazia também os projectos especiais. Numa fase inicial iria continuar a recibos, foi alocado um valor extra para o projecto em questão. Foi-me também dito que teria de desistir do contrato que tinha com a outra companhia, pois seria incomportável gerir estes três, isto segundo a chefia, que sempre tem um tom paternalista de saber o que é melhor para nós. Como me foi dada a certeza de que esta situação de recibos

apenas se manteria até ao final do ano e o valor para o projecto especial pôde ser renegociado de forma a cobrir as despesas com a SS (no final paguei bem mais de SS do que era suposto, mas isso são outras estórias). Corta para final do ano, reunião com as duas administrações, proposta na mesa. Apenas me seria feito um contrato de salário mínimo a tempo parcial com uma das estruturas. A outra manteria os recibos, mas baixando substancialmente o valor dos mesmos, pois agora tinha um contrato. Bati pé, disse não foi isso que me foi prometido, que não foi para isso que desisti de outro trabalho, que tinha de me deslocar com frequência, que não estava em pé de igualdade com os meus colegas. De nada serviu, consegui apenas subir ligeiramente o valor dos recibos, ficando ainda com menos 200€ ao final do mês para fazer as mesmas tarefas, o mesmo número de horas. Mas claro, com uma vida muito melhor agora, com um contrato de salário mínimo e tudo mais. Ao aceitar esta proposta era certo que no 2º semestre do ano, o meu contrato passaria a tempo inteiro, era esse o acordo. Ainda lancei o repto “e se acontece alguma coisa e não me fazem o contrato?” Foi-me garantido que a minha situação seria revista de qualquer das formas e que a minha integração era certa.

Estamos a meio de um Maio pandémico Maio, foi-me dito (depois de eu questionar, claro, já que os assuntos tendem a ser ignorados na esperança de serem esquecidos) que talvez em Agosto, ou até Setembro, como isto tudo está e tudo... Enquanto isso continuo a trabalhar igual a todos os meus colegas com contratos de trabalho. Enquanto isso fui escalada para presenças no escritório em igual número de horas que os meus colegas a contrato na retoma pós-estado de emergência, calamidade e tudo o resto. (O meu acordo com estas estruturas sempre pressupôs trabalho não presencial, aparentemente as pandemias também mudam acordos de trabalho) Enquanto isso debati por pagarem aos prestadores de serviços o que era devido e já estava marcado. (alerta: não foram pagos. Foi-me dito: “eles vão fazer o trabalho depois” e as chefiadas com as cabeças na areia, sem conseguirem ver que para fazerem esse estão a perder outros e a comida que precisam de comprar hoje não a conseguem pagar com o dinheiro do trabalho que vão

fazer depois). Mesmo com o decreto, mesmo com a insistência. Já vi ao longo destes meses várias interpretações de decretos, deve ser um passatempo dos tempos apocalípticos interpretar decretos, não tinha conhecimento deste lirismo dentro da lei, mas estamos sempre a aprender.

Tentei organizar-me com os colegas de uma das instituições, mas não está a ser fácil, há muitos receios. Não consegui ficar à espera deles e por isso aderi ao CENA-STE, sinto-me mais segura se estiver sindicalizado. Também dou por mim a consultar por diversas vezes o Código de Trabalho. Enquanto isso a frase “lealdade institucional” pairou sobre nós, um trabalhador tinha tido a ousadia de fazer não sei o que nas redes sociais que desagradou à administração. Enquanto isso recebi sempre os ordenados, com subsídio de alimentação e tudo. Enquanto isso tenho de estar agradecida por esta fantástica oportunidade, estar em casa a gastar mais luz, internet, computador pessoal (ah sim, o computador que me iam dar para eu trabalhar ficou junto com o contrato a tempo inteiro, vem depois, quem sabe, com isto tudo,...)

Em fevereiro, abri uma empresa de produção com o meu companheiro, tínhamos imenso trabalho, passamos todos os anos muitos recibos, compensava mais. Ponderei em me despedir, por insatisfação com as condições e porque tinha muitos trabalhos marcados para este ano, muitos festivais, todos cancelados, todos. Ainda bem que não me despedi. Enquanto isso tremo de pensar que alguém possa ler este documento e descobrir que eu sou eu, e eu ficar sem trabalho. Enquanto isso quero gritar aos quatro ventos todos os nomes de todos os locais que ao longo destes 14 anos me destratarem enquanto trabalhadora e enquanto ser humano, e que omito por medo de represálias. (Houve muitos mais trabalhos, todos precários) Enquanto isso estou muito bem, porque ainda posso pôr comida na mesa.

Ainda me considero jovem mas, como os anos vão passando, a tolerância em relação à exploração laboral, injustiças e aproveitamento generalizado é cada vez menor. Daqui para a frente, espero tempo, ter tempo e que o meu tempo não seja só trabalhar. Tenho meditado muito nisso neste isolamento. Chegava a fazer 60 horas semanais, se

contar os telefonemas e as reuniões. Saía de casa às 8h e regressava às 19h30 e ainda aproveitava o comboio para algumas tarefas. Agora faço os mínimos olímpicos. Gosto de ler, de tratar das minhas plantas, de passear na montanha ou na praia. Gosto de construir ou reconstruir coisas, restaurar móveis, inventar vasos, trabalhos manuais no geral. No futuro, também espero uma maior consciência social por parte dos patronatos, mas isso é tão certo como esperar que se plantem alfaces em Marte.

LUÍS, 35 ANOS, ANTROPÓLOGO E ESCRITOR

Chamo-me Luís Ferreira. Nasci em 1985, no Porto, mas cresci no Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeméis. A minha mãe, que nasceu e reside no Porto, tem 61 anos. O meu pai, que nasceu e reside no Pinheiro da Bemposta, tem 59. São, respetivamente, médica e arquiteto.

Tenho uma irmã e um irmão, de 32 anos e 30 anos de idade, respetivamente. A minha irmã trabalha em Recursos Humanos, numa empresa localizada no Porto, que, honestamente, não sei dizer qual é. O meu irmão, que se licenciou em arquitetura, trabalha, neste momento, em programação (informática), no Fundão, mas também não sou capaz de caracterizar muito melhor a sua situação profissional neste momento. Tanto eu, como os meus pais e irmãos, somos licenciados, sendo que tanto a minha irmã como a minha mãe têm ainda graus superiores de habilitações.

Apesar de sermos todos batizados, não houve educação religiosa no meu percurso individual, tal como aconteceu no caso dos meus irmãos. Mesmo em gerações anteriores da família, ou de outros familiares, diria que a religião sempre foi, no máximo dos máximos, uma preocupação secundária. Todos os elementos da minha família nuclear (pais, irmãos e eu) podem ser considerados, em termos de crenças religiosas, como ateus ou agnósticos.

Apesar de, neste aspeto em particular, não poder caracterizar a minha família como conservadora, posso aplicar esse adjetivo a algumas outras dimensões. Como exemplos, posso incluir aqui: uma crença muito forte no valor do trabalho; presença quase constante de um discurso meritocrático; vida mais reservada do que propriamente inserida em comunidade(s); hábitos muito regrados por parte dos meus pais, no que toca, por exemplo, a etiqueta, comportamentos boémios, ou gastos considerados frívolos; comunicação relativamente detalhada da história familiar, de episódios passados com parentes já falecidos, bem como dos seus respetivos hábitos ou ocupações, por parte dos meus pais, a mim e aos meus irmãos; eventos e convívio familiares relativamente tradicionais, pouco exuberantes e bastante regrados.

Economicamente, descreveria a minha família como relativamente abastada. Tanto o meu pai como a minha mãe exerceram profissões bem remuneradas. Não diria que algum dia tenhamos sido muito ricos, mas houve condições monetárias que permitiram que a vida familiar decorresse, nesse aspeto, sempre sem grandes sobressaltos e com bastante conforto.

Posso ainda dizer, sobretudo no caso do meu pai, que essas condições já vinham de trás, uma vez que o ramo da família de que descende, sobretudo o da minha avó paterna, sempre foi abastado, com posse de várias casas, terrenos relativamente grandes, etc. Pormenor curioso e talvez relevante para a caracterização desse lado da família: a minha avó chegou a estar “prometida” a um senhor, igualmente do Pinheiro da Bemposta, também ele membro de uma família abastada, por forma a que as duas casas se unissem e aumentassem, assim, o seu património, mantendo intocável uma certa ideia de “estatuto social”. Foi só porque o senhor que refiro engravidou uma das empregadas da sua casa, tendo sido pressionado a casar com ela, que esse casamento se consumou. Não fosse isso, e eu não estaria aqui a escrever isto, pois não estaria aqui de forma nenhuma. A minha avó acabou, assim, por conhecer o meu avô paterno, originário de uma aldeia próxima de Seia, em Coimbra, na altura em que frequentava o curso superior de História. Apesar de caricato, creio que este episódio pode ser ilustrativo da forma como a vida se processava num lugar como o Pinheiro da Bemposta.

No caso da minha mãe, houve dificuldades maiores, uma vez que o meu avô materno era relativamente novo quando faleceu, deixando a minha avó materna em situação de relativo aperto, sobretudo até a minha mãe ter começado a exercer a sua profissão, deixando assim de estar economicamente dependente dela e passando a ajudar nalgumas despesas.

Também em termos de acesso à arte e cultura posso descrever o meu percurso inicial como muito facilitado. A minha mãe tem um grande interesse sobretudo na área musical, tendo chegado a integrar como cantora lírica um orfeão relativamente prestigiado durante a adolescência e o início da idade adulta. Já o meu pai, sempre foi um leitor que

só posso descrever como voraz. Quem o conhece bem, sabe que vive rodeado de livros, sobretudo relativos a três áreas: literatura de ficção, história da arte e do património e arquitetura. É raro o momento em que não anda ocupado a ler dois ou três livros ao mesmo tempo, entre os quais vai saltando. Assim, durante todo o meu processo de crescimento, tive sempre acesso a livros e álbuns de música. Como os meus pais tinham também muito interesse em artes plásticas, também não foram poucas as vezes em que, com eles, visitei exposições, sobretudo de arte moderna, que era a que lhes interessava mais. Também neste contexto tive a vida facilitada: o meu pai, que é também professor no agrupamento de Artes (e muito interessado em História da Arte), fazia sempre questão de enquadrar e contextualizar os quadros que tinha à frente dos olhos, tal como fazia também com os meus dois irmãos. Vejo, ainda hoje, esse tipo de processos como muito valiosos no meu desenvolvimento pessoal.

Tanto eu, como os meus dois irmãos começámos os nossos percursos educativos numa instituição privada, em Oliveira de Azeméis, caracterizável, creio eu, por um nível bastante bom de ensino e um conservadorismo sempre muito presente, que se refletia sempre num ambiente extremamente rigoroso e de alguma severidade (que, à distância, vejo como excessivos).

Depois do quarto ano de escolaridade, ingressei numa escola pública (a mesma em que ingressariam, mais tarde, os meus dois irmãos), também em Oliveira de Azeméis. À falta de melhor para dizer, diria que era uma escola normal, com crianças normais, dentro do contexto semiurbano de Oliveira de Azeméis.

Entre o sétimo ano de escolaridade e o décimo segundo, estudei noutra escola, também pública, no mesmo concelho (onde, para mal dos meus pecados, o meu pai dava aulas). No décimo ano, escolhi primeiro o agrupamento de artes, escolha que se revelou muito desadequada às minhas aptidões pessoais. Consegui trocar de agrupamento ainda no primeiro trimestre, para humanidades, que creio ser uma área muito mais adequada a mim, tanto a nível de capacidades, como a nível de interesses pessoais. Também aqui creio ter tido

alguma sorte, porque o nível de competências (e falo tanto de conhecimentos como da capacidade de relacionamento com os alunos) dos docentes era muito bom, sendo que o ambiente escolar também era, para mim, bastante estimulante.

Como aluno, apesar de sempre ter sido algo preguiçoso e difícil de motivar, tive um aproveitamento muito bom até ao 12º ano e bom no ensino superior. Tenho, desde muito novo, talvez devido a ter sido um leitor compulsivo sobretudo até aos vinte e poucos anos, uma grande facilidade para a escrita, coisa que me facilitou, em muito, esse percurso.

Terminei o ensino secundário com média de 17 valores vírgula qualquer coisa, que caiu a pique nos exames nacionais, por um motivo muito simples: não estudei para nenhum deles mais do que uma hora ou duas. O risco era calculado, pois já sabia que entraria sem grandes dificuldades no curso que escolhera: Antropologia Social, em Lisboa, cuja média era, em relação à minha, muito baixa. A média de acesso ao ensino superior, portanto, há de ter sido pouco mais alta do que 15 valores, coisa que era mais do que suficiente para respeitar os critérios de acesso. Não sei se isso tem muito interesse aqui, mas terminei a licenciatura com média de 14,4.

As razões para a escolha do curso superior recair em Antropologia Social são, para mim, ainda hoje, algo difíceis de descrever. Não creio que tenha sido uma escolha que me assente como uma luva, por uma variedade de motivos que não desenvolverei muito. Tratou-se antes do resultado de um processo de exclusão de várias hipóteses: pensei em jornalismo, literatura, psicologia e filosofia como hipóteses, mas, por um outro motivo, essas hipóteses não me motivavam muito. É possível que literatura e filosofia se tenham mantido no meu espírito como hipóteses viáveis até à última da hora. A esta distância, contudo, não consigo afirmá-lo perentoriamente, ou garantir que houvesse outras hipóteses em cima da mesa.

Em certa medida, creio que o apelo da Antropologia Social tinha muito a ver com o facto de esta ser uma área praticamente desconhecida para mim. Havia vontade de experimentar, alargar horizontes, ter contacto com outros pontos

de vista e, também, alguma ingenuidade da minha parte, que acabou por não correr mal, uma vez que gostei muito do curso, que, creio, ajudou-me a ser uma pessoa melhor e, ao mesmo tempo, a adquirir instrumentos e pontos de vista que fazem da minha vida uma experiência mais rica do que seria de outro modo. Além disso, a instituição que me pareceu mais interessante ficava em Lisboa, cidade que me apetecia experimentar.

Apanhei a transição dos currículos antigos para Bolonha, o que foi uma bela merda. O curso era de quatro anos quando entrei. No 2º ano começou-se a falar de Bolonha para trás e para a frente, mas só no 3º a coisa começou a andar mesmo para a frente (e a todo o gás). Inicialmente, disseram-nos que quem quisesse podia saltar diretamente para o mestrado ou então seguir na mesma o currículo antigo. Entretanto, lá decidiram de forma diferente. Quem terminou o 3º ano (como eu) soube no dia em que se foi matricular para o ano letivo seguinte que afinal estava licenciado. A opção de fazer o 4º ano deixou de existir, toda a gente foi corrida a equivalências. Quem tinha cadeiras em atraso (o meu caso) tramou-se, teve de ficar a fazer as cadeiras equivalentes do currículo novo. Acabei por perder não um, mas dois anos por causa disso. Basicamente foi uma maneira de empurrarem os alunos para o mestrado e receberem mais pelas propinas, já que estas são mais caras. Se virmos bem, um mestrado hoje em dia é equivalente a uma licenciatura de cinco anos com a ligeira diferença de, nos últimos dois anos, sair muito mais do bolso do aluno.

Pode parecer estranho mas quando escolhi o curso de Antropologia não tenham tido mais peso factores como possíveis saídas profissionais ou níveis de remuneração nesta escolha. De facto, estes também foram pesados, na altura, mas, face às hipóteses de que dispunha, acredito que, fosse qual fosse a área de estudos que escolhesse, já na altura tinha a perceção de que nenhuma delas me dava garantias de ingresso no mercado de trabalho ou de um futuro confortável. Creio que será pertinente referir que me lembro, muito bem, que já na altura se falava muito em “crise”. E, pela memória que tenho de todo o meu percurso educativo, diria que essa palavra, essa espécie de espectro ou bicho-papão a pairar ao nosso

lado sem que ninguém o conseguisse ver, sempre esteve presente. Tanto na minha cabeça, como na dos meus colegas de curso, e ainda no discurso que nos rodeava e nas conversas que íamos mantendo, lá surgia a palavrinha, a ideia, a sombrinha a abater-se sobre o futuro: crise. Ou seja, o contexto em que o meu percurso educativo e o início da minha atividade (ou inatividade) profissional se desenvolveram sempre esteve fortemente associado a essa palavra. E, mesmo depois de a palavra crise ter passado a estar menos presente no nosso quotidiano, creio que a situação não se alterou assim tanto. Diria antes que nos habituámos a ela, como se de uma fatalidade se tratasse. Parece-me ainda relevante mencionar aqui que, de entre todas as pessoas que fizeram o curso de antropologia do ISCTE ao mesmo tempo que eu, eram muitas as que desejavam trabalhar na área. Pode haver uma exceção ou outra que escapem à regra, mas, tanto quanto sei, nenhuma pessoa da minha turma (no último ano, éramos sessenta e poucos), encontrou trabalho como antropólogo, e creio que muito poucos tinham essa expectativa, mesmo que essa vontade existisse. Depois disso, tirei ainda um curso de um ano, ainda em Lisboa, em Criatividade Publicitária.

Até este momento, fui habitante de duas cidades (Lisboa e Porto) e uma vila (Pinheiro da Bemposta). Antes de sair de casa dos meus pais, habitei duas moradias diferentes: uma que fazia parte do património da família e outra que os meus pais foram construindo ao longo dos anos.

Tanto em Lisboa, como no Porto, o que aconteceu mais frequentemente é alugar quartos (coisa que corresponde à minha situação atual). Já dividi várias casas com muita gente, de origens, profissões e idades muito variadas, sempre em situações que se aproximavam desse regime. Houve uma exceção: durante dois ou três anos partilhei o aluguer de um t2 com a companheira que tinha na altura. Não correu bem e, nesse momento, também não tinha muitos rendimentos: acabei por ter de regressar a casa dos meus pais, que moravam juntos na altura, mas entretanto entraram em processo de separação, que culminou no seu divórcio.

Hoje em dia, partilho casa com a minha irmã e uma amiga dela. Moro nesta casa há cerca de três

anos, sendo que a composição dos seus habitantes se alterou há alguns meses atrás: éramos quatro, mas um casal saiu, entrando a tal amiga da minha irmã que referi antes. As idades dos habitantes estarão, creio, compreendidas entre os 30 e os 35 anos. Cada pessoa tem o seu quarto, sendo que o meu é mais pequeno e, por esse motivo, tenho acesso privilegiado a um pequeno escritório, do qual por vezes não posso dispor, pois acumula ainda a função de quarto de visitas. O maior motivo para ser esta a minha situação residencial prende-se com o facto de a renda ser barata e de a minha necessidade de um lugar para viver coincidir com a necessidade dela de partilhar casa, uma vez que também é solteira.

Quanto à relação com os vizinhos, não a caracterizaria como muito próxima. Não há grande partilha, nem conversas muito prolongadas. Normalmente ficamo-nos pela troca dos cumprimentos expectáveis entre pessoas sem grande intimidade numa caixa de escadas: cordiais, mas pouco aprofundados. Contudo, diria que é positiva, atendendo à grande disparidade etária e de modos de vida que se verifica entre os habitantes do prédio. É muito raro existirem conflitos e, por norma, os vizinhos estão dispostos a ajudar-se e a facilitar a vida uns aos outros dentro de determinados limites. Ainda assim, creio que seria vantajoso para todos que por vezes fossem mais unidos e capazes de concertar esforços, por exemplo para reagir a algumas atitudes dos proprietários do prédio.

Já trabalhei em áreas muito díspares, incluindo restauração (cozinha de uma unidade da pizza hut), agricultura (participei numa apanha do mirtilo), limpezas (numa estalagem), inquéritos de satisfação telefónicos, tradução de conteúdos digitais, redação de conteúdos, conceção, escrita e desenvolvimento de campanhas de publicidade e comunicação, criação de um projeto de cooperativa subsidiado por fundos europeus, escrita de guiões, entre outras. Também foram muitos os períodos de tempo em que não desenvolvi absolutamente nenhuma atividade remunerada (o que atravesso nesta altura é um deles).

Também me vou mantendo ativo e adquirindo competências através de outras atividades, das quais resultam para mim poucos ou nenhuns benefícios

económicos, mas que considero mais úteis para a(s) comunidade(s) em que me insiro do que as atividades remuneradas que fui desenvolvendo. Faço parte de uma editora (discográfica e literária, pelo menos por enquanto), desde há uns meses; escrevo poemas, contos, crónicas e prosa poética, que volta e meia vão sendo publicados (a primeira vez que um texto meu saiu numa revista foi em 2012; a primeira vez que editei um livro meu foi em 2015) e dos quais não obtenho rendimentos que possa descrever como significativos. Pagam-me uns copos e já me safaram num mês ou outro ainda mais apertados, mas não mais que isso. A minha escrita serve um pouco de contraponto, uma crítica, um ataque ou uma defesa de elementos do que me rodeia, ou como reconfiguração do que compõe o real.

Atualmente, estou desempregado e a auferir do subsídio de desemprego por mais um mês (recebo o valor mínimo previsto para esta prestação social), dependendo esta situação de se verificar a prorrogação ou não do mesmo, motivada pelos condicionalismos do recente estado de emergência nacional.

Honestamente, não posso dizer que os meus rendimentos sejam adequados às minhas necessidades. E, mesmo quando trabalhava, posso dizer o mesmo. Há muito que se tornou impossível fazer poupanças para o futuro. Normalmente, a última semana do mês é sempre uma semana de muita contenção em termos de gastos monetários, o que às vezes pode implicar algumas privações tanto em termos de contacto humano (por exemplo, jantar com amigos, ir a um bar, passar algum tempo numa esplanada), como em termos materiais (por exemplo, recheiar o frigorífico, comer peixe com alguma regularidade, ter umas botas decentes para usar no inverno). Se quisesse constituir família (entenda-se: ter filhos), isso não me seria possível, pelo menos almejando algum padrão de existência com um mínimo de dignidade. Gostava de poder comprar mais livros, ir ao cinema, a concertos, ou ao teatro com mais frequência, e normalmente sou forçado a abdicar destas atividades ou investimentos por motivos orçamentais.

No plano laboral, já tive vários problemas, mas nenhum muito mais grave do que os que acontecerão um pouco por toda a parte neste país.

Nomeadamente: salários demasiado baixos; ausência de folgas ao fim-de-semana, por vezes durante meses a fio; horas extra não contabilizadas; horários desfasados dos ciclos dia/noite e pouco compatíveis com uma vida que contemple tempo para o lazer e os afetos; hierarquias rígidas, onde frequentemente os trabalhadores são tratados como menos dotados de direitos do que os seus chefes; falta de condições para trabalhar num ritmo saudável e, por vezes, falta de condições materiais para a execução de algumas tarefas.

Apesar de ter tido de reconstituir mais do que uma vez os meus círculos afetivos, por força das trocas de residência que ocorreram com frequência ao longo dos últimos quinze anos, e ainda que não tenha emprego neste momento, considero-me relativamente integrado. Fiz amizades nos últimos anos, que prezo muito, e também ocorre com frequência encontrar pessoas com quem tenho uma relação não tão próxima, mas com quem posso passar um bom par de horas à conversa, de muito bom grado. Vou tendo contactos afetivos e estimulantes. Por isso, nesta dimensão da vida, não vejo motivos para me queixar ou lamentar.

Com amigos que estão, neste momento, mais distantes geograficamente, também vou tentando manter o contacto, embora nem sempre isso seja muito fácil. Vou falando com um ou outro, esporadicamente, e, sempre que passo em Oliveira de Azeméis, onde fiz os meus primeiros amigos e passei a adolescência, continua a haver um grupo de seis ou sete pessoas com quem faço questão de continuar a conviver. Alguns amigos, que neste momento estão noutros países, fazem-me, admito, muita falta. Contactamos com a frequência e intensidade possível, dadas as distâncias físicas, sobretudo através de meios digitais, mas, num ou noutro caso, muito menos do que gostaríamos.

Talvez veja a família com menos regularidade do que será, suponho, o normal no contexto social português, mas os contactos vão acontecendo, nem que seja por via telefónica. Sou solteiro e, apesar de não estar absolutamente sozinho no campo amoroso, faço uma vida independente, sendo que, pelo menos neste momento, não partilho planos para uma vida com ninguém.

Normalmente, ocupo o meu tempo livre a ler e a escrever (quase todos os dias), a estar com os amigos a conversar, a ouvir música, a passear no Porto, a ver filmes, ou a jogar computador. Participo com frequência em sessões de poesia (normalmente à segunda-feira). Assisto, sempre que possível, a concertos, exposições, palestras ou apresentações que me interessem, sobretudo se isso não implicar gastar dinheiro. À noite, frequento bares, uma ou duas associações, e uma discoteca. Fá-lo-ei, talvez, duas ou três vezes por semana, mas essa frequência alterna bastante e pelos mais variados motivos.

Creio que, no que toca a envolvimento cívico e político, tendo a ser individualista. Não faço parte de nenhum partido político, nunca fiz e posso quase garantir que nunca farei. Acrescento ainda que não me sinto convenientemente representado nem em termos de ideais, nem em termos de discurso, nem em termos éticos, nem em termos de prática, por nenhum deles.

Gostava de viver num mundo muito diferente deste: mais justo, mais afetivo, menos competitivo e mais colaborativo, mas ao mesmo tempo mais aberto a enfrentar abertamente alguns conflitos de pontos de vista nas mais variadas matérias. Creio que um grau elevado de liberdade e autonomia de um indivíduo, na hora de fazer as suas escolhas, são fundamentais para a sua dignidade, e não creio que estas situações se verifiquem tanto quanto gostaria na sociedade portuguesa.

Tento não ser passivo como cidadão, quando peso este tipo de ideias, mas acredito que algumas mudanças passam mais por conversas ou ações que não acontecem necessariamente em grandes momentos de massas. Acredito que, pelo contrário, passam muito mais por momentos que envolvam um número de intervenientes mais reduzido, como por exemplo conversas ou discussões. E acredito ainda que os discursos e práticas de cariz artístico são fundamentais neste tipo de processos. Como tal, vejo a minha intervenção e participação cívica muito mais ligados a este tipo de atividades. Creio que ela está presente quando converso, quando escrevo, quando publico um livro, por exemplo. Ainda assim, faço questão de deixar o meu voto na urna sempre que há eleições e equaciono a possibilidade de me tornar membro de uma ou outra

associação com as quais me identifico mais. Também me junto a manifestações, se concordar com o que está a ser reivindicado. Contudo, faço tudo isto com algum pessimismo. Não me acredito muito que um mundo de que me orgulhasse mesmo de fazer parte seja coisa para existir nos meus dias, nem sei será possível algum dia, para outras pessoas.

Creio que isso já se terá tornado evidente por esta altura, mas, em termos de identidade política, considero-me muito mais inclinado para aquilo que normalmente designamos por “esquerda”. Posicionar-me-ia, talvez, entre a social democracia (que num país normal seria uma coisa de esquerda, mas em Portugal é uma coisa de direita, muito por causa de uma aberração a que se convencionou chamar PSD, não sei bem por que motivos) e um regime mais libertário, com métodos de decisão e representação muito mais diretos. Acredito num estado bem mais laico do que aquele em que nos inserimos. Respeito o direito à prática e crença religiosas, mas não creio que ele deva interferir com a vida de um cidadão comum, a não ser por sua vontade e ação próprias, nem que qualquer representante de qualquer igreja deva ser sequer consultado na tomada de decisões políticas (também acho que os membros da igreja católica apostólica romana deviam ler o Novo Testamento e que, com isso, talvez fosse possível que aprendessem alguma coisinha, por exemplo, nas partes em que se fala do que Jesus fazia e dizia, mas isso são, como se costuma dizer, outros quinhentos). Creio que a arte devia ser de acesso muito mais fácil e abrangente. Creio que um horário normal de trabalho devia ser muito mais reduzido em relação aos padrões de hoje, que vivemos numa sociedade demasiado centrada no trabalho e que a nossa qualidade de vida é prejudicada por isso. Creio que, como elementos de uma sociedade e habitantes de um planeta, devíamos ter modos de vida muito menos centrados no consumo e na competição. Acredito que devia ser considerado inconcebível que uma pessoa tenha à sua disposição discursos financeiros que excedam exponencialmente os dos seus vizinhos e que a ação dos nossos representantes devia estar muito mais orientada no sentido de acabar com este tipo de realidades. Também acredito na propriedade

privada, mas creio que os meios à disposição de cada um para a obter estão muito mal distribuídos e que os critérios para essa distribuição são muito pouco decentes, tal como sempre foram. Quanto à propriedade dos meios de produção ser pública ou privada, não tenho uma única resposta para todas as circunstâncias, mas acredito que todo e qualquer ser humano deve ter sempre garantido o acesso a água, educação, alimentação, saúde e habitação e que, enquanto isso não acontecer, uma sociedade não pode ser considerada decente.

Será talvez relevante mencionar que este tipo de posicionamento político é muito pouco compatível com a maioria das organizações que empregam gente neste país (pelo menos no que toca às hipóteses a que vou tendo acesso) e que, quase sempre, no contexto laboral, tenho de abdicar de uma ou mais das ideias que expus no parágrafo anterior. Também já me há-de ter levado, em contexto de entrevistas de emprego, a ser objeto de uma avaliação menos positiva por parte de recrutadores, por mais do que uma vez.

Não me considero jovem. Considero-me adulto. Apesar de fazer os possíveis por não acumular responsabilidades (como por exemplo créditos bancários, liderar equipas, ter filhos), creio que isso é uma característica da minha personalidade e que ela me acompanhará ao longo da vida. Prezo muito a minha liberdade e gosto, sempre que isso é possível, de ter várias possibilidades em aberto. Acredito que ainda tenho muito para aprender e que ainda vou mudar muito, mas, novamente, creio que isso me acompanhará ao longo da minha vida.

Não penso muito no futuro a longo prazo. Há coisas que quero fazer, nomeadamente na escrita, e que vou fazendo progressivamente. Gostava de ter condições melhores em termos de habitação e, talvez, de experimentar um dia morar sozinho, embora receie que esse estilo de vida possa ser demasiado solitário para mim. De qualquer das maneiras, não consigo antecipar um momento em que isso fosse possível economicamente, logo, tento não perder muito tempo a pensar no assunto. Gostava de viajar mais, mas isso não me obceca de modo nenhum. Em termos profissionais, pelo que percebo através do discurso político e mediático, vem aí outra crise (não percebi

se a outra já tinha acabado... se assim foi, não dei por ela) e vai cair em cima dos mesmos sobre os quais caiu antes. Isso preocupa-me, porque, ainda em relação ao futuro, gostava de, um dia, começar a poder pensar no que vou fazer com o meu dinheiro sem que o limite desse exercício seja o fim do mês corrente e o início do que se lhe segue. E também gostava de saber que as pessoas à minha volta têm condições de vida dignas.

A respeito deste período de confinamento, posso dizer que ele teve algum impacto em dois ou três projetos nos quais estou envolvido neste momento. Nomeadamente: a publicação de três livros (meus), que já estava mais ou menos apalavrada, mas que acabou por ficar adiada; um outro projeto, também envolvendo a escrita, mas desta vez remunerado, que poderia estar a começar neste momento, mas envolvia a realização de entrevistas presenciais que não posso realizar neste momento; a procura de novo emprego. Fazem-me falta os amigos, estar rodeado de pessoas e poder observá-las, sair para beber um copo, assistir a um espetáculo, jantar fora, etc., mas creio que isso será comum a muita gente neste momento.

SOFIA, 36 ANOS, EXPLICADORA

Ser ou não precário não é uma questão, em termos *Shakespearianos*, uma vez que, para nós, *millennials*, como agora se designa esta geração a quem foram cortadas as asas, depois os pés e finalmente a mãos, nunca houve propriamente opção.

Sou oriunda da tão invejada classe média dos anos 80, os chamados não ricos, nem remediados, vivi numa casa com ambos os pais até cerca dos meus vinte e poucos anos, tive direito a uma educação e formação superiores, a tirar um curso no *British Council*, entre outras atividades extracurriculares, como *ballet*, natação, escuteiros, catequese, judo, piano e... sem tempo para ser criança.

Nasci tarde, os meus pais já estavam entre os 30 e os 40, coisa habitual hoje em dia, mas rara nos tempos pré-precariedade generalizada, por isso, os filhos dos amigos dos meus pais são de uma geração anterior. São médicos, advogados, juizes, professores, engenheiros... Todos eles mais felizes ou infelizes, nenhum deles teve qualquer dificuldade em percorrer uma carreira profissional. Bastava estudar arduamente, e as oportunidades não faltavam. O que se passou entretanto? Porque é que os nascidos antes dos anos 80 conseguem fazer carreiras e nós não? Essa é uma pergunta, à qual eu não consigo responder, pois há muitas peças de um complexo puzzle em falta.

Origem

Nasci a 23 de dezembro de 1983 no Hospital Particular de Lisboa. O meu tio era cirurgião obstetra lá e, por isso, foi o local escolhido para o meu nascimento. Ao fim de três dias de observação, regresssei a casa na companhia da minha mãe, uma professora de inglês de 2º ciclo e do meu pai, professor de História e Literatura de secundário. Ambos intelectuais de esquerda, macrobióticos, com grandes planos para mim e para o meu futuro. Sempre apaixonados pela educação, formação e cultura, ainda hoje, já reformados, continuam a trabalhar intelectualmente, sendo também esta uma forma de se manterem ativos, fugindo ao bicho papão da demência.

Assim, para assegurarem o meu futuro, a minha mãe começou a dar aulas num colégio além da escola pública e o meu pai tornou-se professor universitário. Eu, por meu lado, passava os dias com a minha avó materna, mulher-alfaiate de origem simples e o maior coração que já conheci num ser humano. Ela ensinou-me a valorizar a beleza das coisas simples, enquanto ouvia, fascinada, os delírios infantis de uma criança com imaginação “a mais”.

Formação

Depois, chegou o tempo do pré-escolar, onde assisti aos frutos da cultura capitalista pela primeira vez e paguei o preço de não lhe pertencer. É que eu tinha sido educada com valores morais e humanos e questão económica era sempre menos importante em casa do que a questão cultural e intelectual. No entanto, nos dois colégios religiosos que frequentei, pude observar como funcionavam as hierarquias desde as salas de aula aos recreios, onde não só os miúdos replicavam o modelo de pensamento dos adultos, como as próprias funcionárias e professoras espelhavam essa mesma preferência de acordo com o tamanho da carteira dos encarregados de educação. É que a minha mãe tinha a ilusão de os colégios privados serem o modelo de ensino que melhores chances de carreira garantia aos seus alunos, sem saber que essas chances já estavam decididas no momento do pagamento das inscrições.

Quando se apercebeu do seu erro cognitivo, mudou-me para um externato não religioso, já a meio do segundo ano de escolaridade: uma escola pequenina com uma turma de cada ano e uma diretora que era mais nossa avó do que nossa diretora. Então eu pude sonhar e pude crescer. Queria ser bailarina, coreógrafa e escritora. O intervalo e as aulas deixaram de ser uma guerra de protagonismo e eu podia, finalmente, expressar-me e abrir as minhas asas.

Mas quando fui para o 5º ano, deparei-me com outra cultura, ainda. Tinha mudado para uma vila de pescadores, que vivia no passado. Estive lá até ao 12º ano. A preocupação das mães das minhas

colegas era que encontrassem na escola, um futuro marido, para poderem sair de casa delas aos 18 anos e fazerem as suas famílias. Este é outro tipo de pobreza, a pobreza cultural, quando cortamos as asas aos nossos filhos, porque não sabemos possível um tipo de vida diferente.

Felizmente, não era esse o meu caso. Aos 13 anos já era uma apaixonada por mitologia clássica e, quando foi lá à escola um especialista da faculdade sobre o assunto, ficou envergonhado com as correções que lhe fiz. Na verdade, tinha demasiado tempo livre, já que os meus pais estavam ocupados com mestrados e doutoramentos e eu passava o tempo a ler... sobre mitologia. Estava claro o que iria seguir no ensino superior.

Porém, quando ingressei na Faculdade de Letras de Lisboa, já circulava o Euro, e foi o começo da crise. Até então, nunca tinha tido qualquer dificuldade económica, como privilegiada que era, mas para mim esta crise foi uma excelente oportunidade de ingressar no mercado de trabalho em sucessivos *part time* precários, com a ambição de mostrar aos meus pais que era uma jovem independente economicamente e dona das minhas escolhas. Foi então aparecerem na minha vida os recibos verdes, para nunca mais dela saírem.

Emprego

Explicadora, promotora de publicidade, lojista, barista, vendedora porta a porta, animadora de fogo, bailarina, *performer*, palhaça, lavadoura de pratos, ajudante de cozinha, operária agrícola sazonal, tratadora de cães, operadora telefónica, empregada de mesa, explicadora de línguas e, finalmente, professora. Nunca tive dificuldade em encontrar trabalho durante os tempos universitários. Iniciei a minha atividade aos 17 anos, quando a minha mãe me passou os alunos dela para que lhes desse explicações. Depois, no segundo ano, o Programa Erasmus levou-me para Barcelona e, de lá, para para Utrecht. Mas o relógio batia as horas e tinha de terminar a licenciatura, pois chegara Bolonha de armas e bagagens. E Bolonha foi um tiro no pé. Com uma licenciatura de três anos, dei por mim, pela primeira vez, sem conseguir um emprego, nem

precário, nem estável, uma vez que já tinha recursos a mais para poder trabalhar nos lugares onde trabalhava antes e recursos a menos para outros lugares. Esta situação levou-me ao limiar de uma depressão e a única solução seria o trabalho sazonal agrícola num país estrangeiro, como trabalhadora não qualificada.

França foi para mim uma bênção, na medida em que, pela primeira vez, pude usufruir de um ordenado justo pelo trabalho pesado que desempenhava. Certamente, 8€ por hora era, em 2008, uma quantia que não só valoriza a qualidade do trabalho e auto-estima do trabalhador, como lhe permite, mediante uma vida regrada, guardar algum para dias futuros, coisa que em Portugal raramente consegui fazer, pois, o valor que recebemos, não chega ao fim do mês. Teria lá ficado, se não tivesse engravidado.

Esta nova situação que se impôs, conduziu o meu regresso a Portugal e à Faculdade de Letras, desta vez na Universidade do Porto, para terminar a dita formação de Bolonha com o Mestrado Integrado, para que pudesse tornar-me professora, esperando, também eu, puder um dia dar ao meu filho, o futuro que os meus pais me quiseram dar.

No entanto, a separação e algumas questões de saúde do meu filho, levaram a que tivesse de terminar o Mestrado na Universidade Nova em Lisboa, começando a trabalhar como explicadora em centros de estudo, profissão que ainda hoje é a atual, uma vez que jamais consegui ingressar em nenhuma escola pública ou privada como professora, embora todos os anos concorra ao Concurso Nacional de Professores. Nem uma mera substituição. Zero dias de prática, uma vez que, os anos de explicações não contam para o registo.

De momento, posso dizer que gosto de trabalhar nos centros de estudos, pois estou ligada à profissão em que me formei, sendo o explicador um elemento crucial nos nossos dias, que faz a ponte entre as aulas que foram dadas aos trinta alunos em simultâneo e às expectativas dos encarregados de educação. Gosto de acompanhar os alunos no seu percurso escolar, viver com eles as alegrias e as tristezas, os sucessos e os insucessos. Gosto de saber que estou a trabalhar no mesmo local todos os anos em setembro e isso permite-me proporcionar uma vida geograficamente estável ao meu

filho em idade escolar. Não gosto de não ter trabalho no verão, de ter férias involuntárias de junho a setembro. Não gosto de ter de fazer malabarismos económicos com a criança, do pai para os avós, nesses meses das férias grandes, porque estou à procura de trabalhos temporários só para esses meses e muitas vezes implicam deslocações prolongadas de um mês ou mais. Não gosto de receber abaixo do ordenado mínimo e isso não me permitir guardar algum dinheiro para poder investir no futuro do meu filho. Não gosto de não ter qualquer possibilidade de evoluir ou fazer carreira.

Não vou maldizer estes malfadados recibos verdes que já tanto têm evoluído desde os primórdios pós 25 de abril. Vou maldizer não me ter sido dada nenhuma outra alternativa de pagamento ao longo destes 18 anos ($18+18=36$). Vou maldizer nunca ter tido subsídio de férias. Vou maldizer os impostos que fazem com que as empresas não consigam suportar um contrato por escrito que afirme a frequência e exclusividade das minhas funções diárias no mesmo local ano após ano. Vou maldizer a falta de apoios que as pequenas e médias empresas recebem para poderem sequer sobreviver. Conheço pessoas que abriram o próprio negócio e trabalham sozinhas sete dias por semana porque não podem suportar essas obrigações fiscais ao contratarem um empregado. E, quando se trata de multinacionais de sucesso, há todo o tipo de mais valias, para quem não delas realmente necessita. Está tudo ao contrário. É um mundo às avessas!

Habitação

Quando o governo encerrou as escolas, vim com o meu filho para casa, sou monoparental. Mesmo que não quisesse, mesmo que quisesse expor-nos ao perigo, o centro fechou. Não há trabalho para ninguém. Já viram os apoios? São irrisórios! Às vezes pergunto-me se não valerá a pena correr o risco de contaminação em nome da sobrevivência. Não fosse a ajuda dos meus pais, não teria outra opção. Uma morte possível por uma epidemia com baixo índice de mortalidade ou uma morte certa por fome? Ninguém no seu perfeito juízo

terá qualquer dúvida nesta resposta. Felizmente, os meus pais estão reformados e intelectualmente ativos. Estão a publicar um livro e pediram-me que escrevesse alguns capítulos em troca de fonte de subsistência. Lá terá de ser por uns tempos, e será uma forma de ganhar experiência de investigação. É que eu ainda não vos disse, mas candidatei-me a uma bolsa de doutoramento da FCT. Na verdade, ainda não o disse a ninguém. Não quero estar a iludir-me, caso tal não aconteça. Mas veremos. Para já, sou senhora investigadora em tempos de quarentena.

A zona de Vila Nova de Gaia é das mais afectadas, pelo que nem me atrevo a sair de casa. É uma casa T2 que aluguei por um preço excelente, a um senhorio com um bom coração, coisa rara nestes dias. Parece que os valores que a minha avó me ensinara sempre surtiram efeito. Dizem que atraímos o que somos. No entanto, antes da quarentena, tive o aviso de que estaria para venda, e sei que, quando a quarentena acabar, estará novamente para venda. Vamos então vivendo um dia de cada vez, estando gratos por este tempo em família, privilégio que muitos não conseguem ter, seja por não terem família, seja por não terem como se sustentar.

Sociabilidades e Lazer

Sou um animal social natural e isto de estar fechada em casa tem muito que se lhe diga. Obrigada *zoom*, obrigada, redes sociais que permitem enganar a tristeza com conversas de horas e horas em vídeo e voz. Mas e antes da quarentena?

Sou Monoparental, mas a criança tem pai. Participa é pouco, vá. Também ele é precário. Não vou escrever aqui sobre a situação dele, muito menos sem o seu consentimento, mas posso dizer que tem muito gosto em receber a criança nos seus fins de semana e eu gosto muito de passear na agitada noite da cidade do Porto e conversar com todo o tipo de pessoas, de todos os estilos, estratos sociais, idades e nacionalidades. Adoro uma boa conversa e alargar os meus horizontes.

Como bailarina, pratico aulas de dança aos fins de semana e de vez em quando tenho espectáculos,

ou acham que eu conseguia sobreviver só com o vencimento abaixo do ordenado mínimo? Também gosto muito de sair para dançar, a baixo custo, claro. Felizmente há nesta cidade imensos locais com entrada a preço reduzido, ajustada às nossas carteiras precárias. Disso não me posso queixar.

Nos fins de semana com o meu filho, vamos a museus e exposições, vamos aos cafés e aos jardins. Ou, melhor, íamos e não sabemos quando voltaremos a ir. Agora ficamos em casa a acabar os mil trabalhos abusivos que os professores da escola mandam. Não quero que ele seja o melhor da turma, mas preocupa-me que seja cumpridor e responsável. Todos temos deveres a cumprir e isso aprende-se de pequeno. Depois, vemos um filme ou jogamos ao monopólio. Hoje foi jogar à bola com o vizinho, a um metro de distância claro. É preciso apanhar um bocado de ar também. E eu também precisava de um bocado de tempo para escrever este texto.

Amanhã

Um dia de cada vez, já o disse, pois. Gostava de acreditar que vou fazer este doutoramento e que isso me irá abrir portas para uma vida não precária. Gostava que o meu filho pudesse um dia estudar numa universidade, e se não o fizer, que seja porque não quis e não porque eu não pude lhe proporcionar essa possibilidade.

Acho que esta sucessão de crises desde a entrada do euro nos aproximou mais: agora somos todos precários, os filhos dos que tinham algo e os filhos dos que não tinham nada. Somos todos farinha do mesmo saco. Isso poderá ser um princípio para uma verdadeira igualdade de oportunidades e poderá ser o princípio do fim das diferenças sociais. A seguir, comemos os ricos, e finalmente existirá uma sociedade justa. Se for assim, então terá valido a pena. Nascer na classe média e ter tido acesso a uma carreira de sucesso teria sido injusto para quem nasceu numa classe baixa. Então os anos 80 vieram e disseram: agora é tudo igual. Menos para os ricos, claro. Mas esses vão virar churrasco, de uma forma ou de outra. Porque quando uma camada é afetada, todas as

outras também o são e basta olhar para um livro de História, para saber o que irá acontecer.

Da minha parte gostei de poder partilhar a minha história pessoal, espero puder ajudar alguém em alguma coisa, tal como me ajudaram a mim, quanto mais não seja no ombro amigo da compreensão e autoidentificação com as situações retratadas.

Agradeço aos Precários Inflexíveis tudo o que têm feito pelos da nossa geração, espero que as futuras batalhas possam trazer um eco mais humano por parte dos muros de ferro dos grandes empresários e órgãos de finanças. E, então, talvez um dia possam as nossas crianças viver num mundo mais justo.

DANIEL, 36 ANOS, MÚSICO E TRADUTOR

Sou o Daniel Catarino, tenho 36 anos e nasci em 1983 na vila de Cabeção, no Alto Alentejo. Na altura, os meus pais trabalhavam numa Cooperativa Agrícola que entretanto encerrou. Depois, por volta de 1988, a minha mãe abriu uma pequena retrosaria e o meu pai abriu uma loja de venda e reparação de eletrodomésticos. Apesar de só terem a 4ª classe (atual 4º ano), tiveram a inteligência de criar as suas próprias profissões através da aprendizagem de ofício e leitura de livros sobre os assuntos. Mais tarde, a minha mãe teve de abrir insolvência da sua loja e juntaram-se as duas numa só, numa espécie de retrosaria/loja de eletrodomésticos/oficina de reparação. Como o negócio continuava difícil e tanto eu como a minha irmã frequentávamos a universidade, a minha mãe ainda trabalhou como ajudante de cozinha e cozinheira num restaurante, em horários extenuantes para uma pessoa da sua idade e com uma doença debilitadora (diabetes). Acabou por ter de pedir a reforma antecipada, e o meu pai reformou-se também há dois anos. Têm 68 e 69 anos, respetivamente.

A minha irmã tem 33 anos, formou-se em Turismo pela Universidade de Évora, e é atualmente chefe de receção no Hotel Vitória Stone, na mesma cidade. Temos exatamente 3 anos, 3 meses e 3 dias de diferença um do outro.

Passámos por grandes dificuldades económicas nos primeiros anos da minha vida, da qual começo a formar memórias mais ou menos na altura em que nasce a minha irmã (tinha eu os tais 3 anos). Beneficiámos da benevolência do Sr. Manuel Prates, que tinha uma “venda” à moda antiga, com todos os artigos possíveis e imaginários. Consoante a honestidade dos clientes, ele fiava as compras a algumas pessoas, e a minha família era uma delas. Tenho a memória vívida de pedir um chocolate à minha mãe e de ela começar a chorar porque não tinha dinheiro para mo comprar. Com o seu coração gigante, o Sr. Manuel Prates acabou por mo oferecer.

Apesar do meu pai ser ateu e da minha mãe ser (ou ter-se tornado) agnóstica, fui batizado com 9 meses de vida e frequentei a catequese na 1ª classe, mas abandonei a meio do ano. Ainda voltei a ela

na 4ª classe devido a uma paixoneta por uma rapariga que a frequentava, mas voltei a desistir. Não fiz a primeira comunhão, fui à missa meia dúzia de vezes se tanto, nunca provei uma hóstia, e lembro-me de que ideia de um “Deus” sempre me pareceu algo estranha. Preferia os livros de ciências para crianças (dinossauros!) e explorar o Atlas que havia na casa dos meus avós maternos. Mais tarde, do 5º ao 9º ano, fui muitas vezes o único a escolher a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social em vez de Religião e Moral, o que fazia com que tivesse mais uma hora livre que os meus colegas de turma, já que a disciplina nunca foi lecionada por falta de inscritos. Penso que nos últimos anos do 3º ciclo já havia mais um ou outro a escolherem essa opção, mais para se esquivarem a essa aula que por outra coisa.

Ainda sobre a religião, os casamentos do lado da minha família materna eram curiosos, já que o nosso lado da família tinha sempre mais gente fora do que dentro da igreja, ao contrário do que acontecia com os convidados de quem casava com o meu/a minha familiar.

Até ao 6º ano fui quase sempre o melhor aluno da turma, e cheguei a ter nota máxima a tudo num período. Mas aos 11 anos dão-se dois acontecimentos que viriam a mudar essa situação – comecei a olhar para as raparigas de outra forma, e em setembro de 1994 iniciei as aulas de guitarra gratuitas que havia na Junta de Freguesia. Dei o meu primeiro concerto passados três meses de pegar numa viola. Na festa de Natal da escola, interpretei “The Man Who Sold The World” de David Bowie com o meu amigo Ivan, e um mês depois entrei para a Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal de Mora.

As minhas notas começaram a baixar nessa altura porque o meu tempo era quase todo dedicado à guitarra. Comecei imediatamente a escrever canções, a dar concertos pelo país com a orquestra, e no 8º ano formei a minha primeira banda de covers, com quem toquei ilegalmente em alguns bares por não ter idade para lá entrar. O cabelo comprido e a barba precoce ajudaram-me a passar despercebido. No entanto, passei sempre de ano sem grande dificuldade.

Como em Cabeção só havia escolaridade até ao 9º ano (atualmente já só há até ao 4º ano), havia

que decidir entre fazer o secundário em Arraiolos ou em Évora. A escola secundária em Mora, capital do concelho, só viria a abrir o departamento de Humanidades alguns anos depois. Como Arraiolos implicava ir e vir diariamente de autocarro, escolhi ir para Évora. Não foi o único motivo – queria conhecer mais pessoas, fazer mais amigos, encontrar gente com gostos e interesses mais parecidos com os meus. Basicamente, queria um recomeço.

Frequentei a Escola Secundária Severim de Faria, e durante esse tempo vivi numa residência que ficava no último piso da escola. Essa residência tinha uma diretora importada diretamente dos tempos do fascismo, que queria obrigar-nos a comer, a acordar sempre à mesma hora independentemente se tivéssemos aulas ou não, a frequentar horas de estudo obrigatórias, e a fechar as luzes da camarata às 23h. Não havia portas nos quartos – era um longo corredor com quartos minúsculos em que cabia uma cama, um armário e uma cadeira. Da cama conseguíamos ver a pessoa que dormia à nossa frente.

Entrei em conflito com essa diretora logo no primeiro dia porque o almoço era bacalhau, e eu estive 20 anos sem conseguir comer tal iguaria. Recusei-me e acabei por atirar o tabuleiro para o chão, naquilo que resultou na primeira “expulsão” das muitas de que fui ameaçado ao longo dos 3 anos que lá vivi. Essa atitude teve o condão de me popularizar entre os outros colegas que lá viviam, assim como as sessões de guitarradas na sala de convívio. No 11º ano fui eleito representante dos residentes devido à minha tendência para barafustar com a tal diretora.

Quanto à escola, ia passando com muitas faltas e sem praticamente estudar. A minha primeira negativa foi um 3 a Geografia, numa escala de 0 a 20, e marcou-me bastante. Acabei por tirar 17 no segundo teste e passei. Na semana dos exames nacionais do 12º ano, passei mais tempo a aproveitar as diversões na Feira de São João do que a estudar, mas consegui acabar o secundário com média de 15 valores.

A escolha da universidade e do curso acabou por ser simples. Não havia dinheiro para estudar fora e tinha as bandas a funcionar na zona de Cabeção, portanto fiquei por Évora e entrei em

Línguas e Literaturas – Português e Inglês. Não porque quisesse exercer algo nessa área, mas porque tive sempre nota máxima a inglês. Foi uma escolha feita por facilitismo. Acabou por se revelar uma boa opção porque ainda hoje me ajuda a sustentar a minha vida enquanto músico.

No entanto, não acabei o curso. Novamente a frequentar uma residência pública, desta vez com quartos duplos e já com porta, baldei-me às aulas e fui fazendo as cadeiras por exame. Estudava na véspera pelos apontamentos emprestados pelas colegas e lá ia tirando 10 e 11. Com o “advento” do processo de Bolonha, fiquei retido por uma cadeira – Cultura Portuguesa I – que não dava equivalência a ela própria no novo plano curricular. Ironicamente, tinha sido a única pessoa a passar no exame de setembro, com 10 valores, mas o professor recusou-se a ceder, a reitoria nada avançou, o departamento ainda menos, e assim fiquei com o curso por terminar até hoje.

Passsei 6 meses a tentar resolver esta situação, colocado num quarto triplo de outra residência, em que o único espaço que havia para colocar a roupa era debaixo da cama. Durante este período, enviei currículos para todos os cantos do mundo – para ser agricultor na Islândia, para ser intérprete na Índia, para ajudar pessoas com deficiências motoras em Macau, e para ser tradutor em dezenas de outros países.

Em 2009 acabei por receber uma chamada de uma empresa na Irlanda, e uma semana depois estava a viver em Dublin. Trabalhei como tradutor em jogos bastante famosos como Fifa 2010, Dragon Ball TT, Invisimals, Heavy Rain, entre outros que me deram um currículo bastante bom para continuar como freelancer ao regressar a Portugal, por minha opção, em 2011. A minha banda, Uaninauei, estava a tocar na queima das fitas de Évora no dia em que me decidi que a música tinha de ter o papel principal da minha vida. Adorei a Irlanda, mas não podia abdicar daquilo de que mais gostava sem tentar, ainda por cima tão novo.

Então, desde 2011 que sou músico e tradutor freelancer, com maior preponderância para a primeira profissão. Tive alguns trabalhos pelo meio para conseguir pagar as contas – call center durante 6 meses, professor de inglês nas

Novas Oportunidades durante 3 meses, e produtor durante 2 meses na associação Coleção B, que organiza anualmente o Festival Escrita Na Paisagem, em Évora. Antes disso, dos 16 aos 25 anos, trabalhei anualmente durante os verões numa fábrica de tomate, sem qualquer folga durante os 3 meses de férias escolares e muitas vezes com horários de 12 horas diárias.

Morei na casa dos meus avós paternos em Cabeção até aos 15 anos. Dormi na sala de estar até aos meus 10 anos, num sofá-cama que abria quando toda a gente se ia deitar. O móvel da televisão separava a sala ao meio, e a minha irmã dormia numa cama debaixo da chaminé, do outro lado. Os meus pais passavam por nós sempre que precisavam de ir a qualquer outra divisão, e os meus avós habitavam no quarto contíguo à sala, por onde se tinha de passar para chegar à cozinha e à casa de banho no quintal. O meu avô estava acamado depois de um AVC, e a minha avó tentava aguentar-se para nos ajudar a cuidar dele.

A “casa de banho” era um buraco no chão do quintal, com uma pequena “cabana” de contraplacado a protegê-la da chuva. Só mais tarde se construiu uma casa de banho dentro de casa, com chuveiro e tudo.

Quando os meus avós faleceram, com poucos meses de distância, passei para o quarto deles e o meu pai colocou lá uma cortina para criar um pequeno corredor de acesso à cozinha e ao quintal que me desse alguma privacidade.

No secundário em Évora, habitei na tal camarata de mini-quartos sem portas e sem qualquer privacidade, e mais tarde na residência universitária partilhei sempre quarto com outras pessoas. Só quando voltei da Irlanda, em 2011, já com 28 anos, é que tive finalmente um quarto com privacidade, numa casa alugada com dois amigos ainda em Évora.

Depois disso, habitei alguns meses em Portimão com a namorada que tive na altura, voltei a partilhar casas com pessoas diferentes em Évora depois da separação, e mudei-me para o Porto em 2017 com a companheira da altura. Apesar de nos termos separados, decidi ficar por aqui, e estou pela primeira vez a viver como único humano da casa (tenho a minha gata Babi como companhia).

Depois de Cabeção, em que havia uma entrea-juda característica das localidades mais pequenas, nunca tive uma relação muito profunda com os meus vizinhos, com algumas exceções em Évora e agora no Porto. Tento dar bom nome aos músicos sendo o mais discreto possível e respeitando os horários de ruído, e não tenho tido queixas. Continuo a tocar pelo país todo e a editar discos, não tenho qualquer contrato de trabalho e sou mais um dos perdidos a recibos verdes. Não gostei particularmente dos “empregos” que tive, embora na maioria deles tivesse uma boa relação tanto com os colegas como com os patrões. Sou adverso a figuras autoritárias desde que me lembro, sobretudo às masculinas. Talvez isso seja resultado de ter passado muito tempo rodeado por mulheres na retrosaria da minha mãe, na altura em que frequentei a escola primária. Tanto jogava à bola como fazia ponto-cruz, tanto chafurdava na lama como lia 3 e 4 livros por semana, e esse equilíbrio entre energia feminina e masculina sempre pendeu mais para o lado da sensibilidade, que se atribui de forma limitativa às mulheres. Embora isso não descarte os ocasionais laivos de excesso testosterona. Costumo dizer que sou prova viva de que a homossexualidade ou a bissexualidade nascem connosco e não são coisas que se aprendam ou se apanhem, como afirmam certos mentecaptos.

A solidão sempre foi muito importante para mim, porque é dela que tem nascido a maior parte do meu trabalho criativo. Mesmo em criança, preferia as atividades solitárias às grupais. Lia e escrevia muito, e a guitarra aos 11 anos só veio aguçar mais essa minha curiosidade pelo mundo. Foi nessa altura que acrescentei a capacidade de produção à que já tinha de assimilação. Talvez o facto de a solidão ser a minha zona de conforto faça com que tenha “coisas a dizer”, e que o processo solitário seja uma forma de não “falar só por falar”, de sair da cave com uma ideia já formada e mais ou menos estruturada. Talvez o meu interesse pela ciência desde muito novo me leve a utilizar a criatividade artística enquanto laboratório para me compreender a mim, ao mundo, e a mim dentro do mundo. Dito isto, nada me tem dado mais prazer do que trabalhar com outras pessoas. Talvez tenha chegado ao final desse processo para já,

e seja a altura de testar as experiências feitas no laboratório junto da restante população.

Paralelamente a esta solidão criativa, sou bastante sociável nas atividades de lazer. Dou-me bastante bem com a minha família, que segue o estereótipo conhecido – sou mais parecido com a minha mãe, e a minha irmã é mais parecida com o meu pai. Apesar das diferenças de personalidade, ajudamo-nos com tudo o que é possível, seja dinheiro ou outra coisa qualquer. Um bom exemplo é que eu ajudei a pagar a carta de condução da minha irmã, e ela depois ajudou a pagar a minha. Os nossos pais ajudam-nos quando precisamos e nunca mantivemos um registo disso, não é coisa que nos interesse.

Gosto de conversar, de partilhar petiscos nas tascas, de planear e cozinhar refeições para amigos, de ver concertos, de ler e ver cinema, e não conheço ninguém a quem possa chamar de inimigo. Tenho dificuldade na criação de rotinas, não gosto de praticar desporto nem de grandes atividades físicas (embora as tente fazer para “olear a máquina”), tenho propensão ao vício, e sou possivelmente um amigo estranho. Se estou com alguém, dou-lhe a minha atenção total (ou o mais próximo possível de total), mas se não estou, sou capaz de estar meses e anos sem dizer nada. Não porque não me lembre das pessoas, mas porque estou sempre com a cabeça a mil à hora, a inventar coisas para fazer e em processo constante de pensamento. O que me leva a uma das características mais vincadas da minha personalidade – sou disperso. A um nível ridículo. E é coisa que já vem de trás, muito antes das redes sociais e afins. É algo que me tem prejudicado bastante na minha vida pessoal e profissional, já que facilmente essa dispersão me leva a uma situação de descuido para com as relações com as outras pessoas. Ainda que tal não seja propositado, o resultado acaba por ser igual a quando se ignora alguém ou não se investe em algo com a profundidade exigida pela tarefa.

Isto implica diretamente no meu rendimento porque, muitas vezes, não encontro o foco necessário na vida material para me dedicar a arranjar mais trabalho, o que associado à precariedade vivida universo artístico nacional, me leva a uma vida de constante “chapa ganha, chapa gasta”.

Não porque seja descuidado com o dinheiro – que não sou – mas porque não consigo aplicar o esforço necessário para ultrapassar todas as barreiras que são impostas à vida que escolhi.

Apesar de tudo, antes da chegada do covid-19 vivia a melhor altura da minha carreira profissional, resultado deste esforço de auto-análise, de maior dedicação ao meu trabalho e de estar rodeado de mais pessoas do meio, com quem aprendo diariamente. Esta situação veio atrasar este processo, e o estado em que vou sair quando as coisas voltarem ao normal ainda é uma incógnita.

A nível mental, o hábito da solidão tem ajudado bastante a lidar com o isolamento. Vejo os meus amigos mais sociáveis com dificuldades bem maiores que eu a esse nível. Por outro lado, estou sozinho há muito tempo, e as videochamadas não substituem o contacto humano de forma alguma. Tenho algum receio de que demoremos bastante tempo a recuperar a confiança para nos abraçarmos e beijarmos, e esse caminho é algo que não anseio percorrer.

A nível prático, tenho-me mantido bastante ocupado, possivelmente até mais do que antes desta situação ocorrer. Privado dos palcos, tenho a “sorte” de poder continuar a trabalhar na minha arte, e é isso que tenho feito. Para além de estar ativo criativamente, tenho tentado ajudar outros na mesma situação através da criação de um festival online à base de donativos, e mantenho-me atento aos desenvolvimentos da situação na tentativa de encontrar possíveis micro-soluções para alguns problemas dos meus pares.

Como forma de me sustentar, tenho-me candidatado aos apoios que estão disponíveis, e tenho apelado à sociedade civil que intervenha, com bastante sucesso. Perdida a vergonha de pedir ajuda, tenho vendido mais discos que nunca, e as atividades online que tenho feito vêm gerando rendimentos que têm ajudado de sobremaneira. À falta de um digno apoio estatal, a solidariedade de amigos e fãs tem sido um balão de oxigénio tanto económico como mental.

Devido à minha natureza solitária e ao grande impulso criativo, nunca tive grande envolvimento social através da política ou da integração de associações e afins, mas isso tem vindo a mudar

progressivamente. A idade adulta trouxe-me uma maior vontade de cooperação e de adaptação ao mundo próximo que me rodeia. Deixei de querer mudar o mundo depois da adolescência, passei por anos de descrédito na mudança, e agora penso que só se pode mudar aquilo que está próximo a nós.

Embora politicamente me incline mais para a esquerda, não consigo defender uma ideologia ou um partido e prefiro denominar-me – se tal for necessário – de livre-pensador. Sei que a associação a um esquema partidário pressupõe a condição de ultrapassar algumas divergências de opinião, mas não consigo encontrar um pólo aglutinador que me faça vestir a sua camisola ou agitar a sua bandeira. Bato-me pelas questões uma a uma, não por ideologia, mas por consideração interna. É assim que escolho as manifestações em que participo, o sentido de voto de cada eleição ou referendo, as petições que assino, etc. Talvez dê mais trabalho que aceitar uma ideologia e defendê-la, ou talvez seja uma forma de preguiça e de procura de desculpas para o não-envolvimento. Seja como for, continuo a sentir dificuldade em representar ou sentir-me representado por grandes aglomerados de gente.

Se fosse obrigado a escolher uma ideologia, talvez optasse pela anarquia utópica, com forte valorização da educação e da cultura, porque defendo um mundo sem fronteiras, sem armas nem forças de segurança, em que, como dizia Agostinho da Silva, cada um nasce para ser “poeta”, ou seja, para executar o ofício para o qual tem mais aptidão. Claro que não sou ingénuo o suficiente para achar que vou ver isso em vida, ou que alguma vez venha a acontecer, mas se é para acreditar em algo intangível, como também o são os ideais comunistas e capitalistas, mais vale que se aponte para cima, o mais alto possível.

O futuro é mais confuso do que sempre foi. Não estou receoso dele porque esta experiência me acalmou os medos e preparou-me para piores cenários. Obrigado a repensar a minha profissão e a forma como pretendo levar a vida, encontrei alguma paz e reconheci a dúvida constante como condição inescapável. Vendem-nos a ideia de que tudo será mais claro quando formos adultos, mas

isso é obviamente falso. O conforto está, porventura, na aceitação da instabilidade e em aprendermos lidar com ela como condição auto-imune. Não se trata de abraçar a frustração, mas sim encarar tudo como um grande emaranhado sem nexo em que tentamos encontrar um trilho, de sorriso na boca e braço dado com o ridículo.

Tirando o ocasional delírio de querer voltar atrás para mudar algo, estou confortável com o facto de já não ser tão jovem. Geração X, Rasca, Millennial – as categorizações grupais nunca tiveram relevância na minha vida. Acredito sem reservas na empatia e na igualdade de direitos, e essa é a única agenda política e social que sempre tive. Não me identifico com infiltrações de ódio na luta pela igualdade, e acredito que se podem desprezar ideais mas não as pessoas que os defendem. Todos nos enganamos ao longo da vida e temos o direito de mudar de ideias.

DIANA, 38 ANOS, DESIGNER E RECECIONISTA

Nasci no Porto, onde atualmente habito. Passei a infância e a adolescência numa aldeia do concelho de Penafiel (do primeiro ao décimo primeiro ano de escolaridade), Rio Mau. Sou Designer de Moda e neste momento faço limpeza e receção numa residencial no centro do Porto. Ambos os meus pais já faleceram. O meu pai era marceneiro, funcionário do Partido Comunista e teria 69 anos, tinha o 6º ano de escolaridade. Não tenho memórias dele. A minha mãe faria 68 agora em maio e era cozinheira profissional, tinha a 4ª classe. Faleceu quando eu tinha 23 anos. Tenho uma irmã dois anos mais velha que eu, costureira (entre outras coisas) e que de momento trabalha como rececionista na mesma empresa que eu. Fez o 12º ano. Para além disso ela tem um pequeno negócio de venda online, onde comercializa sacos e bolsas feitas por ela.

No meu entender as nossas condições económicas foram melhorando ao longo dos anos, mas imagino que fossem bastante difíceis durante a infância e logo após a morte do meu pai. Acredito que a opção da minha mãe voltar à aldeia dos pais teve a ver com a possibilidade de ter um menor custo de vida. Não me recordo de momentos difíceis de fome, mas não havia grande folga para comprar brinquedos, roupa ou passar férias fora. Recordo que a nossa casa, embora tivesse um belo jardim com árvores de fruto, não tinha grandes condições de habitabilidade no início (a casa de banho era partilhada com os vizinhos do lado) mas que ao longo do tempo a minha mãe foi fazendo melhoramentos. Ainda assim, a casa tinha graves problemas de insalubridade e infiltrações de água, o que dificultava a habitação nos meses de inverno. Finalmente, em 1999, devido às condições financeiras um bocadinho melhores, facilidade de acesso a crédito e talvez derivado ao facto de que as três fazíamos viagens de três horas diárias para o Porto, a minha mãe optou por comprar um pequeno apartamento no Porto, e que é de momento a minha habitação.

A minha educação religiosa foi um pouco confusa. Nos anos em que o meu pai era vivo acredito que em casa não se praticava qualquer religião, mas

logo após a morte dele eu e a minha irmã fomos batizadas pela Igreja Católica. Também fizemos a Primeira Comunhão ao mesmo tempo e frequentámos por duas vezes colégios de freiras como internas, uma vez que tanto a minha avó como as minhas tias se recusaram a tomar conta de nós enquanto a minha mãe trabalhava. A primeira vez foi ainda no meu pré-escolar e penso que durante um ano, a segunda vez no meu segundo e terceiro ano de escolaridade. A parte confusa vem do facto de uma semana após a nossa Primeira Comunhão a minha mãe passou a frequentar as reuniões das Testemunhas de Jeová, o que fazia com que durante a semana no colégio profesássemos a religião católica e no fim-de-semana outra completamente diferente. Isto durou até à nossa saída do colégio, altura em que a minha mãe passou a ser Testemunha de Jeová de uma forma mais consistente. Acompanhei-a na religião até ao ano em que nos mudámos para cá, altura em que a informei da minha intenção de não continuar, decisão que ela nunca contestou.

Formação

O meu ensino básico foi feito em escolas diferentes. O primeiro ano na escola em Rio Mau, o segundo e terceiro na Escola Básica do Bom Sucesso e depois novamente do quarto ao sexto ano em Rio Mau, onde cheguei a assistir a algumas aulas da agora tão falada Telescola. Pessoalmente considero o meu quinto e sexto ano muito pobres, uma vez que tínhamos apenas dois professores. Um que lecionava as áreas de Letras (Português, Francês – única opção de segunda língua, e História) e outro que dava as matérias científicas e artísticas (Matemática, Ciências, Educação Física e Educação Visual).

Do sétimo ao nono ano frequentei a, na altura C+S do Pinheiro, nas Termas de S. Vicente. Destacava-me em Línguas (para além de Português tínhamos aulas de Francês e Inglês), em História e em Educação Visual e Trabalhos Manuais. Não me interessava muito por Matemática nem Físico-química.

Como nunca fiz testes psicotécnicos e achava difícil a possibilidade de prosseguir para a Universidade

optei por fazer o ensino secundário no ensino profissional e foi quando ingressei na Escola Artística e Profissional Árvore, no curso de Design de Moda. Concluído esse ciclo fui fazer também Design de Moda no antigo CITEX, agora denominado MODATEX. A opção por não ir para a universidade acho que teve a ver com os custos que tal implicaria, e como a minha irmã já trabalhava não me imaginava a ir fazer três anos de ensino oficial sem ter uma profissão em vista (10º ao 12º) e depois mais 3 ou 5 para concluir a universidade. Penso que na minha cabeça estava formada a ideia que teria de começar a trabalhar o mais cedo possível, para poder contribuir financeiramente em casa e posteriormente conseguir a minha independência.

Todas as escolas que frequentei eram públicas e tive sempre escalão A. Os cursos profissionais eram subsidiados e normalmente recebia bolsa de formação.

A minha opção para o curso escolhido teve a ver com alguma apetência e interesse que eu demonstrava na realização de roupas, enquanto brincadeira. Foi uma opção que me foi apresentada pela minha mãe e que eu acolhi com facilidade e entusiasmo. A meu ver tinha uma componente prática e técnica que me agradava. Quando terminei a formação o trabalho de um Designer com curso técnico nível V como o meu era pago como um licenciado. Neste momento apercebo-me que são poucas as empresas que pagam esse valor, sendo que muitas optam pela integração de estagiários.

Habitação

Habitualmente vivo sozinha e tenho uma relação pacífica com a vizinhança. Os vizinhos que conheço melhor são os do lado, que compraram a casa mais ou menos na mesma altura que nós, e conheço bem um jovem casal do terceiro andar, amigos de um primo meu. Também há a Dª Olívia do 1º piso, que me faz sempre uma festa quando me vê. É muito velhinha e por isso cada vez a vejo menos vezes.

Vivi em Braga durante dois anos e meio, devido a questões de trabalho e nessa altura também não partilhava casa com ninguém.

Quando voltei para o Porto vivi cerca de seis anos com um namorado. Tivemos três casas diferentes e fomos mudando devido a condicionantes financeiras. Nessa altura não senti tanto a crise. Ambos sempre tivemos trabalho e por isso sempre conseguimos fazer face às nossas despesas. Na realidade sinto mais aperto financeiro desde 2017, altura em que decidimos colocar fim na relação e eu passei a suportar as minhas despesas sozinha. Com ordenados sempre a rondar os 750€ e o custo de vida a aumentar sinto que o aligeiramento dessa crise foi apenas superficial. Ainda assim, sei que tenho a sorte de ter uma casa que, por estar a ser paga ao banco não tem um custo muito elevado e não sinto a pressão da instabilidade na habitação.

De há 15 anos para cá, partilho a casa com um gato e uma gata.

Portanto, resumindo, vivi sozinha entre 2004 e 2010, sendo que em 2005 a minha mãe faleceu e o crédito da casa ficou em meu nome. De 2011 a 2017 morei com esse namorado. Desde que nos separamos voltei a viver sozinha.

Emprego

Como já referi, neste momento trabalho como rececionista e empregada de limpeza numa residencial no centro do Porto. Trabalho lá desde outubro de 2019 com um contrato que não corresponde às minhas condições reais. Esse contrato contempla 40 horas de trabalho semanais e o ordenado mínimo mas na realidade trabalho 48 horas por semana e aufero 700€/mensais. Antes deste trabalho, colaborei durante quase um ano com uma empresa têxtil de Fafe com as condições de um falso recibo verde e antes disso trabalhei 5 anos num gabinete de Design de Calçado, com um contrato semelhante ao atual). Devido a algumas más decisões de investimento o gerente optou por encerrar a atividade e eu fiquei com subsídio de desemprego.

Trabalhei quase sempre na minha área de formação, exceto um período entre 2011 e 2013 em que trabalhei como rececionista na Pensão Favorita, na Miguel Bombarda.

Normalmente tenho boas relações com os colegas de trabalho privilegiando sempre o trabalho em equipa. Com relação às entidades patronais, e especificamente nas empresas da minha área de formação, um sentimento que me tem vindo a acompanhar é o de falta de formação das entidades gestoras tanto ao nível financeiro como ao nível dos recursos humanos. Ao nível financeiro sinto isso com relação ao tipo de investimento que é feito, muito focado na aparência e no estilo de vida dos sócios gerentes, refletindo falta de visão estratégica ao nível do desenvolvimento de produtos e de negócio. Ao nível dos recursos humanos sinto isso na falta de implementação de medidas de incentivo de produtividade e progressão na carreira, na falta de investimento ao nível da formação dos funcionários. Algo que me tenho apercebido é que muitas vezes também colocam no funcionário a criação das suas próprias condições de trabalho (ex: é muitas vezes solicitada a utilização de computadores pessoais e o uso de softwares piratas).

Sofri assédio moral. Trabalhava numa empresa há seis meses, sem contrato, e quando foi altura de fazer o contrato não aceitei fazê-lo pelo valor do ordenado mínimo. A partir daí foram seis meses em que a entidade patronal sabotava o meu trabalho. Desenhava uma coleção e eles aprovavam, mas mudavam os modelos sem o meu conhecimento antes deles entrarem em produção. O mesmo acontecia com as vitrines das lojas, responsabilidade que eu acumulava. Eu ia às lojas mudar as decorações e as roupas dos manequins e quando saía eles ligavam e pediam às funcionárias para mudarem. A empresa era em Lousada e uma das minhas regalias era usar carro da empresa para as minhas deslocações e no último mês retiraram-me essa regalia o que fazia com que eu dependesse da boa vontade de algum colega para me ir buscar à estação de comboio.

No meu contexto de trabalho atual e relativamente aos colegas com que lido diretamente, tenho boa relação com dois desses colegas mas com outros dois não. Apercebo-me que são pessoas com pouca formação o que faz com que muitas vezes sintam que o meu trabalho é sabotado pela postura deles (são mal-encarados com clientes e recusam

muitas vezes a prestar serviços ou informações básicas.) Também tive situações de mau trato verbal por parte de um desses colegas. Com a entidade patronal a relação tem vindo a deteriorar-se. Por ser um trabalho extremamente cansativo, já por várias vezes tentei mudar as minhas condições, solicitando alteração para um horário que preveja as 40 horas semanais ou até mudança de funções passando apenas para a função de rececionista numa outra residencial do grupo e foram-me sempre negadas. Uma das vezes até me mentiram ao dizer que a vaga era para meio tempo. Hoje está ocupada pela minha irmã... Com relação a esta situação excepcional do COVID-19 a atitude também não tem sido boa, visto que neste momento tenho valores de ordenado em atraso, apesar de ter sido mandada para lay-off. Não me foi comunicado o porquê da situação, nem quando vão ser repostos esses valores.

Com relação ao rendimento mensal sinto que ele é pouco adequado aos meus gastos mensais, uma vez que suporto sozinha todos os meus custos fixos de habitação (prestação da casa, condomínio, água, luz e internet) juntamente com as despesas de transporte e alimentação. Por isso, acumulo trabalho informal com o meu trabalho a tempo inteiro. Faço transcrições, por exemplo, e acessórios para teatro. Este ano também programei oficinas de fantoches para miúdos a pedido de uma amiga e, regra geral faço qualquer outra coisa que possa surgir e que não interfira com os meus valores éticos (call center, por exemplo, não conseguia). Para conseguir suportar as despesas, pratico freeganismo, compro coisas em segunda mão (sobretudo vestuário e livros) e em lojas de comércio local (bens alimentares). Evito a todo o custo consumir em grandes superfícies e produtos de marcas multinacionais. Quando vejo algum objeto ou vestuário em bom estado, pousado perto de contentores, aproveito. Também aproveito algumas coisas que os hóspedes do hotel deixam ficar praticamente intactos, nomeadamente produtos de higiene como pasta de dentes e gel de banho, mas também alguns produtos alimentícios e bebidas. Com relação à alimentação tenho optado por comprar cada vez menos quantidade de forma a evitar desperdício. Ando

bastante a pé, e quando não é possível opto por usar transportes públicos apesar de ter carro próprio. Normalmente também opto por assistir a eventos organizados por entidades independentes (concertos e essas coisas) ao invés dos grandes eventos que se programam por aí.

Sociabilidades

Sou uma pessoa sociável e considero que sempre estive integrada em grupos de bons amigos, com quem tento relacionar-me com regularidade. São pessoas com quem partilho interesses e ideologias. Algumas acompanham-me desde o MODATEX e, desde 2005 são essas as pessoas que considero a minha família. Outras são pessoas que conheci mais recentemente, mas por quem nutro igual sentimento de familiaridade.

Desde há pouco mais de um ano mantenho uma relação romântica regular, em que me sinto bem. Vivemos cada qual na sua casa, fazemos vidas independentes e julgo que nos manteremos assim no futuro.

Relativamente ao núcleo familiar “oficial”, tenho contacto regular com a minha irmã, que também vive no Porto, mas não somos muito íntimas. Damo-nos melhor agora que há uns anos atrás mas não partilhamos muitos interesses comuns. Penso que após o falecimento da minha mãe e com a minha ida para Braga houve um afastamento que estamos agora a tentar eliminar. No entanto com ritmos de vida e hábitos diferentes este contacto é muito irregular, havendo alturas em que nos comunicamos mais e outras em que não comunicamos de todo. De resto e da parte da minha mãe tenho um primo de Rio Mau com quem vou contactando e da parte do meu pai, contacto com a companheira do único irmão do meu pai, falecido em 2017.

Lazer

Ocupo grande parte do meu tempo livre com amigos, seja em cafés e esplanadas ou saídas à noite, como em jantares em casa ou na rua. Também

gosto muito de sair para dançar até de manhã. Durante os dias da semana, quando estou mais por casa tento ocupar-me com tarefas mais caseiras, como a limpeza e manutenção da casa. No inverno tenho o hábito/rotina de tomar duche quando chego a casa. Cozinho sempre as minhas refeições sem qualquer tipo de constrangimento por comer sozinha - altura em que aproveito para ver as notícias e gosto muito de, antes de dormir, ler na cama enquanto fumo um cigarro. Nas férias durmo sempre até tarde e acabo por trocar os horários todas as vezes. Gosto de ir à praia e a festivais. Não tenho nenhum hábito fixo pois gosto de improvisar.

Envolvimento político e cívico

Não me envolvo politicamente na sociedade. Pelo menos não de forma oficial. Não estou nem nunca estive associada a nenhum grupo político, associação ou qualquer outro coletivo. Politicamente posiciono-me à esquerda, sendo que me preocupam bastante as questões da valorização do trabalho e da chamada “luta de classes”. Também me inquieto com a desigualdade e discriminação quanto ao género, raça, orientação sexual ou religiosa.

Agora

Estou a viver um dia de cada vez. Parei de trabalhar no dia 16 de março e desde então tenho-me mantido por casa. Não estou sozinha, o que é bom e ajuda a suportar, mas não vejo os meus amigos desde então e isso começa a afetar-me. Tenho tentado distrair-me com alguns trabalhos mais manuais - tricotei uma camisola de lã e confecionei algumas peças de vestuário. Também tenho visto alguns filmes e séries e lido livros.

Neste momento estou em situação de lay-off desde essa altura. Senti um ligeiro corte nos rendimentos o mês passado (80€) e um corte mais abrupto este mês (170€), altura em que o meu patrão não pagou a parte que era da responsabilidade dele. Embora ele me tenha dito que vai

pagar sinto alguma ansiedade com relação a isso, assim como à forma de pagar as contas deste mês. Tenho receio que se acumulem e depois seja mais difícil acertar a situação.

Estou também com os horários completamente trocados, adormecendo muitas vezes já quando o dia nasce. Acordo algumas vezes um pouco desanimada e sem vontade de fazer o que quer que seja, e embora pense muitas vezes em ir passear, a maioria das vezes desisto pois meio que me soa a errado. Tenho sonhado muito, muitas das vezes sonhos agitados e tenho sentido dores menstruais mais intensas.

Futuro

Considero-me jovem porque tenho vontade e energia para fazer coisas e aprender muitas outras. Considero-me precária no sentido em que nunca me foi possível iniciar uma poupança. Considero-me também precária no sentido em que tenho vários anos de experiência de trabalho especializado e continuo a sentir-me meia receosa quando vou a uma entrevista e falo num valor de mil euros como ordenado justo para uma fase inicial. Aliás, na minha área sinto-me precária sempre que vejo anúncios de emprego. Sinto-me precária sempre que uma empresa me pede para elaborar um teste, quando eu já apresentei um portfólio.

O meu maior receio tem sobretudo a ver com a procura de um emprego que me ofereça melhores condições contratuais e com que eu me identifique mais. Era uma procura em que andava empenhada e de repente deixou de haver ofertas disponíveis e a indústria passou a viver num clima de incerteza que impede a contratação. Para teres uma ideia hoje recebi a resposta de uma candidatura à H&M em que me dizem que devido à situação atual suspenderam todos os processos de recrutamento em Design. Receio também as dificuldades financeiras da empresa para a qual trabalho, direcionada ao turismo, outra área também extremamente afetada e a dificuldade acrescida em conseguir melhores condições nesse contexto. Isso sem falar na possibilidade de nem voltarem a abrir as residenciais... Receio o medo de socializar

que vamos sentir depois disto tudo e as dificuldades socioeconómicas que vão ser dramáticas para muitos de nós. Receio o impacto das ideologias populistas e das políticas mais à direita e extremistas que daí possam surgir.

Anima-me a possibilidade de aprendizagem que daqui advém. Não querendo dizer que as crises são potenciadoras da criatividade, e sem esquecer que a humanidade é a humanidade e muitas vezes tem memória curta, espero que nos tornemos todos mais conscientes do estilo de vida estupidamente consumista que vivíamos. Que nos tornemos mais apreciadores da simplicidade e do que nos está próximo e que no final sejamos todos mais humanos. Que se passe a dar mais valor à força do trabalho menos qualificado e também ao mais qualificado. Que se passe a dar mais valor à efetiva força de trabalho no geral e menos à força dos quadros de gestão que muitas das vezes não passam de nomes.

RICARDO, 39 ANOS, ANALISTA DE QUALIDADE

Sou o Ricardo Salabert, tenho 39 anos e nasci no Porto. Os meus pais têm ambos 64 anos e estudaram até ao antigo 7º ano. Na altura o trabalho do meu pai oscilava entre vendas porta a porta e estudos de mercado, sendo que cheguei a ir com ele numas quantas viagens por Trás-os-Montes. Atualmente está desempregado. A minha mãe também trabalhava no mesmo ramo, mas como não tenho memórias disso, creio que terá mudado de rumo com o meu nascimento. Recordo-me de ser miúdo e ir ter com ela ao trabalho (era escriturária no FITEI) e me esgueirar para ver ensaios da Seiva Trupe. Já está reformada. Tenho um irmão de 30 anos que é personal trainer e treinador/árbitro/professor de natação. Vivi os primeiros anos de vida com a minha mãe (sendo periodicamente visitado pelo meu pai que passava longos períodos fora) num T2 em Fânzeres, concelho de Gondomar. Lembro-me ser importante distinguir Fânzeres de Gondomar, sem saber bem porquê.

Fiz todo o meu percurso escolar na freguesia de Paranhos, no Porto, onde viviam os meus avós maternos. Perdía mais de 1h30 diária em transportes, sendo que do centro do Porto a casa, o troleicarro ficava frequentemente parado por quebra de energia. Embora para os miúdos meus vizinhos eu fosse um privilegiado, porque ia todos os dias ao Porto, a realidade económica e da própria relação familiar era distinta.

Cresci sem imposição religiosa, dado que a família materna era católica (dizem que foi um escândalo para algumas das minhas tias-avós eu não ter sido batizado), por oposição à família paterna que era judia. A minha mãe – que se assumiu como ovelha negra – era ateia e o meu pai um judeu não praticante. Fui, inconscientemente, sorvendo do meu avô paterno alguns costumes, por força do imenso tempo que fomos passando juntos desde que passamos a viver com ele.

Formação

Fui o primeiro da família materna a entrar na faculdade, mas não fui dos primeiros a acabar, porque em 2001 suspendi a matrícula “por um tempo”, situação que à data se mantém. Até então nunca tinha reprovado e tirei a minha primeira negativa no 11º ano, quando andava entretido com outras coisas (foi o meu pior ano escolar, mas o melhor da minha juventude).

Sempre fui dado às ciências exatas, só tendo ganho o gosto pela disciplina de Língua Portuguesa no fim do 2º ciclo, fruto de uma fantástica professora, tendo a partir daí ganho também gosto por História. No secundário, detestei Filosofia, apesar de considerar a matéria interessante, tive uma primeira professora que faltava imenso (mesmo aos testes que marcava de véspera) e depois um professor que mais parecia considerar o ensino algo trivial e fazia das suas aulas-palestra um exercício para o seu ego. As disciplinas de Ed. Física, EVT e Música eram uma dor de cabeça.

Tinha um grupo de meia dúzia de amigas e amigos (mais raparigas que rapazes), mas valorizava o meu tempo sozinho. Recordo-me do nome da bibliotecária da escola básica, a D. Pureza, mas não me lembro do nome de qualquer dos professores e tenho de me esforçar para recordar o nome de um par de colegas.

Frequentei sempre escolas públicas e concluí o 12º ano. Apesar de ter ingressado no ISEP, em Engenharia Química, não concluí o curso. Foi a primeira opção na candidatura, era algo que me motivava, tinha ideia de um trabalho maioritariamente individual, muito rigoroso e pragmático. O meu pai tinha tirado um curso técnico-profissional de analista químico e um dos seus irmãos tinha também estudado Eng. Química no ISEP (viria a terminar o curso noutra faculdade nos primeiros anos do séc. XXI).

Habitação

Vivi só com a minha mãe até os meus 8-9 anos, quando tivemos de deixar o apartamento arrendado de Fânzeres, para ir viver com o meu pai

e o meu avô, na casa que (ainda) era dos meus bisavós no Porto. Única casa onde vivi que tinha jardim onde pudesse pisar e sentar na relva. Vivi lá 1 ano e pouco, até nascer o meu irmão, altura em que nos mudamos os quatro para um T2 na Maia. Aos 18 mudei com eles para um T3 perto da antiga casa. Aos 23 vivi durante um ano num T3 (a 700 metros de casa da minha mãe) de uma tia que tinha emigrado para Andorra. Aos 24 a minha mãe juntou-se a essa irmã em Andorra e eu voltei para a casa dela, tendo servido de tutor do meu irmão (o meu pai sempre fora uma figura distante, mesmo quando não estava fisicamente ausente).

Aos 28, vim morar para casa da namorada para preparar a chegada do nosso primogénito. A casa é arrendada e está em nome do pai dela, que também nos paga as contas de água e eletricidade e nos ajuda com algumas despesas inesperadas, tendo em conta que ela oscila entre o desemprego e a colocação como professora substituta. Vivo com ela e os nossos dois filhos num apartamento no Porto. Conheço talvez metade das 24 famílias que vivem no prédio e apenas digo algo mais que bom dia a meia dúzia dessas pessoas. Descobri mais sobre os meus vizinhos no último mês que no resto destes onze anos, sendo que a maioria das revelações estão relacionadas com o passado sindical desses/as vizinhos/as.

Emprego

No que toca ao trabalho, nunca fui muito esquisito: já servi à mesa numa pizzaria e num bar, trabalhei na cozinha de um restaurante italiano, já vendi artigos de bebé (de roupa a berços, passando por cadeiras auto e carrinhos de passeio) e vendi internet porta-a-porta, já fui empregado de armazém numa cave de vinho do Porto e promotor de cartões de crédito, trabalhei em 3 “contact-centers” num total de quase 13 anos de experiência no setor, em 22 de “vida ativa”.

Para mim, a entrada no mercado do trabalho (inicialmente para juntar dinheiro e financiar os estudos) foi um remoinho do qual não consegui escapar (e não acabei o curso superior). O mais próximo que tive da minha formação teórica foi

um trabalho temporário, numas férias em que trabalhei numa cave de vinho do Porto: periodicamente tinha de levar amostras dos vinhos ao laboratório para análise.

Inicialmente, aos 18 anos, ia-me mantendo nos empregos enquanto sentisse que serviam o seu propósito – ganhar dinheiro para pagar propinas e as minhas despesas sem grandes dores de cabeça. O requisito foi diminuindo e a condição passou a “enquanto me sentir bem”, depois a “enquanto os colegas compensarem” e “enquanto não arranjar melhor” até ao atual “enquanto não arranjar algo certo e que pague mais”.

Em março de 2008 – no início da crise – comecei num contact center e, em Dezembro 2014, fui “dispensado” para não passar a efetivo (Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro). Foi o período de desemprego mais longo (cerca de ano e meio). Imediatamente antes da experiência atual, trabalhei durante quatro meses para um mesmo contact-center (alocado a outro projeto/cliente), através de uma ETT.

Atualmente tenho um contrato de trabalho a termo incerto que dura há 4 anos, tendo em outubro sido promovido de operador telefónico a analista de qualidade (outras responsabilidades, maior salário, mesma precariedade). Para contextualizar, em abril de 2016 comecei a trabalhar como agente de apoio ao cliente (tradução *muito livre* do original “Customer Experience”) para a Airbnb, cerca de 6 meses após a abertura do contact center no Porto (em regime de outsourcing, nas instalações da empresa prestadora do serviço) quando se “ganhou” a linha de apoio em Português. Na altura fazíamos horários fixos 13hr-22hr, com folgas rotativas entre sexta e segunda-feira. Passado um mês mudaram as folgas – que deixaram de estar limitadas ao período de sexta a segunda – e os horários passaram a ser também rotativos (9hr-24hr).

Foi um dos melhores projetos de contact center em que trabalhei, porque não havia o sentimento de castração comum ao setor, apesar de alguns pontos de melhoria, havendo alguma liberdade para os apontar. Nesse período, aumentaram-se a quantidade de WCs disponíveis e os pontos de distribuição de água, aumentaram-se o número de máquinas de vending e micro-ondas disponíveis

na copa, passou a haver distribuição gratuita de fruta fresca (2 vezes por semana). Acresce a isso a política da empresa de acesso ao seguro de saúde corporativo ao fim de 6 meses e a política do cliente para o qual (ainda) trabalho de oferta semestral de um crédito para uso dos seus serviços.

Após cerca de um ano e meio, o horário de funcionamento do nosso projeto muda de novo e passa a ser das 7hr (para a linha francesa) até às 2hr (para as linhas espanhola e portuguesa). Junto com outros colegas iniciámos um protesto sobre a alteração ao estipulado no contrato, onde supostamente se definia que o horário de trabalho não se poderia estender para lá das 24hr. A empresa apresentou como medida a contratualização de um serviço de táxi para transporte gratuito de regresso a casa para quem tivesse o fim do turno marcado entre as 00hr e as 02hr. Muitos colegas aceitaram a contrapartida, tendo eu comunicado ao meu supervisor e ao diretor de operações que não iria cumprir um horário até às 2hr. Durante três meses fui frequentemente escalado para o período 17hr-02hr, tendo sempre marcado o ponto das 15hr às 24hr. Toda a gente ignorou a situação, desde os analistas de gestão da força de trabalho, passando pelo meu supervisor e pelo diretor de operações. Nunca me foi questionada a não-adesão ao horário estipulado, nunca fui repreendido, nem nunca me foi oferecida alternativa. Durante cerca de um ano e meio, o projeto foi crescendo e foram contratados e promovidos novos supervisores, analistas e diretores de operações adicionais e o diretor de operações mais antigo passou a Diretor de Operações Sénior. Nesse período, o Diretor de Operações Sénior evitava o contacto comigo a todo o custo, chegando ao cúmulo de cumprimentar uma pessoa com quem eu estava falar e ignorar-me. Isso só me incomodou quando, a meio de uma entrevista de recrutamento interno para analista de gestão da força de trabalho, ele entrou na sala e, passados dois minutos, tomou as rédeas da entrevista.

Curiosamente, cheguei à posição atual numa entrevista com uma recrutadora do escritório de Lisboa, a minha atual supervisora e outro Diretor de Operações (o Diretor Sénior estava de férias).

Vim a saber que, após esse processo ele sondou sobre a extensão da influência da minha atividade política e sindical junto dos colegas.

Em maio deste ano, cinco colegas foram igualmente promovidos para a minha posição, por força de uma mudança de estratégia da Airbnb para o apoio ao cliente, agora designado de “Apoio à Comunidade” (Community Support, em inglês), que passa por diminuir o rácio de analista de qualidade por agente de apoio. Com a diminuição de receitas, e início de uma vaga de despedimentos, três dos meus colegas foram “convidados” a integrar um novo projeto (de uma empresa norte-americana de entrega de compras). Tendo a Airbnb terminado o contrato com dois empresas, em Espanha e na Alemanha, tendo dado ordem para a dispensa de cerca de 60% dos agentes na Irlanda e mais de 150 em Lisboa, prevê-se que alguns agentes possam também ser despedidos (bem como Supervisores e analistas).

Para além da minha ocupação principal, abri atividade como trabalhador independente em 2016 e vendo artigos online (em diversas plataformas), tendo recentemente iniciado uma atividade de aconselhamento e apoio à gestão de alojamento local (vertente empresarial) e *conciergerie* (vertente particular).

Tenho um bom núcleo de amigos no trabalho e um bom entendimento com os restantes colegas, tendo convencido alguns a se sindicalizarem e a lutar ativamente pelos seus direitos. A minha experiência na empresa e a minha postura face aos direitos laborais, têm-me valido o reconhecimento dos colegas como profissional e ativista laboral.

Sociabilidades e Lazer

Tendo o primeiro filho nascido quando a mãe ainda estava a concluir os estudos, o núcleo familiar foi sempre para além das paredes de casa. Ela não teria concluído os estudos sem o apoio físico da sua mãe e não conseguiríamos fazer face às despesas sem o apoio financeiro do seu pai. O meu núcleo de amigos é contabilizável com uma mão e juntamo-nos sempre que possível para partilhar histórias e desabafos.

Passo os meus tempos livres com a família entre jogos de tabuleiro e um filme, jantar ou saída noturna ocasional (quando os avós têm disponibilidade para ficar com as crianças), saio esporadicamente com os amigos; temos aproveitado o boom das low-cost para visitarmos algumas cidades fora do país, mas passamos as nossas férias maioritariamente em Portugal, explorando cidades diferentes com as crianças, aproveitando o crédito semestral da Airbnb e o facto de não ser viável marcar mais de duas semanas seguidas de férias. Enquanto agente, com a desculpa da gestão de horários; como analista, porque os objetivos, até março, eram mensais e não eram contabilizados dias de ausência no seu cálculo (o que afetava os nossos prémios de desempenho).

Envolvimento político e cívico

Só despertei para o ativismo político e laboral aos 26 anos, apesar de me ter filiado no Bloco de Esquerda aos 21 e de desde cedo ouvir os meus pais discutir com o televisor sempre que o Cavaco Silva ou o Mário Soares apareciam no ecrã. Antes de me dedicar ao ativismo, debatia com a família algumas questões que via ou vivia. Sempre achei curiosa a postura autoritária do meu avô materno e a forma como os filhos a contestavam entre si e perante a minha avó, mas nunca na sua presença. Viria a saber mais tarde que, tal como a minha mãe, três das suas irmãs (os meus avós maternos tiveram 5 filhas e 2 filhos) integraram organizações comunistas nos anos 70. Contudo, só uns anos após a viragem do século descobri que o meu avô materno era adepto do antigo regime.

Num dos restaurantes de shopping onde trabalhei no final dos anos 90, tinha uma colega que deixava ao lixo os panfletos do sindicato que periodicamente nos deixavam. Após a descoberta, eu e mais dois colegas íamos resgatá-los e assistíamos à sua fúria por descobrir que tinham aparecido uns novos. Ela andou uns tempos valentes em busca dos fantasmas comunistas que traziam os panfletos, o que nos dava mais alento para promover a ação do “nosso” sindicato, apesar de nenhum de nós se ter sindicalizado – afinal

só lá estávamos por uns tempos, para financiar os estudos. Recordo que apesar disso, conseguimos fazer um massivo boicote ao trabalho, a uns dias do Natal, porque a empresa se tinha atrasado no pagamento do subsídio. Nessa tarde/noite, grande parte de nós não trabalhou, mas estivemos sentados na praça da alimentação do shopping a ver os gerentes servir às mesas. Ninguém foi despedido, mas o nosso chefe de sala esteve reunido com a gerência umas horas para uma repreensão verbal, e acabaram por pagar os subsídios uns dias mais tarde, a 22 ou 23 de Dezembro

Acabaria por me filiar no Bloco de Esquerda em 2001, por entender que muitos das minhas ideias e muita da minha forma de pensar se refletiam nas propostas e na postura do partido. Na altura estava também sindicalizado no SINTTAV – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e do Audiovisual e, como o pagamento das quotas era feito através da empresa, qualquer pretexto servia para ser repreendido pela minha supervisora da altura. A certa altura, passei do atendimento generalista para o atendimento tecnológico, mudando de chefia, e, não tendo uma chefia tão repressiva, foi-me instaurado um processo disciplinar tão mal-amanhado que o sindicato não teve dificuldade em o contestar. Depois disso, sempre me esforcei por garantir que os dirigentes do sindicato conseguissem visitar a empresa e conseguimos, com o apoio de mais dois colegas, eleger a primeira delegada sindical naquele contact center. O Bloco de Esquerda viria também a ser fundamental nesse processo, após uma iniciativa à porta da empresa, numa greve geral, que gerou um enorme mal-estar na coordenação – não pela iniciativa em si, mas pelo facto dos colegas terem parcialmente parado de trabalhar para vir espreitar à janela quando souberam que um colega estava “à porta com mais malta a fazer umas cenas”.

Não consigo elencar todas as manifestações e protestos em que participei, mas estive na fundação do MayDay – o 1º de Maio dos precários. Também integrei umas comissões organizadoras da Marcha do Orgulho LGBT do Porto, tendo estado presente em quase todas (falhei a primeira), onde representei o grupo Ponto Bi. Integrei também o movimento FERVE – Fartos/as d’Estes Recibos

Verdes, desde o seu início à sua aglutinação aos Precários Inflexíveis. Fiz ainda parte da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens, no rescaldo do referendo sobre a despenalização do aborto e o do grupo Porta 65 fechada (de informação e contestação ao modelo do arrendamento jovem). No Bloco de Esquerda, integrei o núcleo de jovens do Porto, a Comissão Coordenadora da Concelhia da Maia e o Grupo de Trabalho para as relações laborais do Porto.

Agora e o futuro

Estou, desde 22 de março em regime de teletrabalho. Foi um processo penoso, a *Airbnb* é muito rigorosa com as questões de privacidade e só quando grande parte dos agentes do atendimento a nível mundial ficaram impedidos de aceder aos escritórios foi dada luz verde ao teletrabalho. Nas Filipinas por força das medidas de confinamento; em Barcelona por um caso positivo ter determinado o encerramento do escritório; no Porto foi um caso suspeito que levou a empresa a determinar o encerramento (apesar de no dia 25 de março o delegado de saúde ter determinado que o escritório poderia reabrir).

O meu receio face ao desemprego está relacionado com contexto atual e por estar perto dos 40 anos e não ter uma formação especializada, somente uma larga experiência em contact centers e os últimos meses de experiência como analista. Espero que a empresa consiga dar a volta a esta situação e continuar o processo de evolução junto deste cliente (ou conseguir angariar novos clientes) e eu possa evoluir na empresa.

Ser Homem, cisgénero, caucasiano, europeu, e mantendo uma relação de longa duração com uma mulher, apenas me têm favorecido. Poucas pessoas conhecem a minha orientação sexual, que não oculto, mas também não faço por divulgar sem contexto, o que acaba por me favorecer. Tenho amigos bissexuais que têm relações diferentes da minha e sei que isso tem influenciado negativamente os seus percursos.

Há uns sete, oito anos, um camarada disse que eu era o “eterno jovem”, por estar a apoiar o núcleo

de jovens numa atividade. Julgo que a incerteza do vínculo profissional e a transposição dessa incerteza para as restantes vertentes da vida é o que nos faz “desligar” desse efeito da passagem do tempo. Somos uma espécie de Meninos Perdidos e a Precariedade é a nossa Terra do Nunca.

EXPERIÊNCIAS, PRÁTICAS E DISCURSOS DE UMA “GERAÇÃO À RASCA”

“Somos uma espécie de Meninos Perdidos e a Precariedade é a nossa Terra do Nunca”. Assim termina o último retrato deste conjunto de depoimentos biográficos, nesta que é uma modesta amostra das experiências e representações da denominada Geração à Rasca. Com esta frase, o autor acoplava o conceito de “eterna” juventude à sua dimensão precária: seremos jovens enquanto durar a condição precária? Viveremos reféns do “presentismo”? Refutaremos os compromissos e as responsabilidades, tal como Peter Pan e os seus companheiros? A precariedade faz já parte da identidade desta geração ou é somente uma circunstância transitória? Estas são algumas das questões que nos interessa analisar a partir das histórias de vida de cada um/a dos participantes neste livro.

Sara tem 27 anos e sempre viveu no Porto. O pai é polícia e a mãe trabalha numa bomba de gasolina desde que ela nasceu. O irmão, mais velho oito anos do que ela, está emigrado na Alemanha, em situação igualmente precária. Estudou sempre em escolas públicas e teve aulas de música no Conservatório. Começou a envolver-se politicamente ainda na adolescência, fase em que experimentara de forma evidente o bullying homofóbico. Entrou para a faculdade em plena crise: o aumento das propinas eram o eixo central das lutas associativas e as políticas de austeridade eram discutidas constantemente. Na mesma altura, decidiu aderir a um partido político. Finalizado o mestrado em Estudos Anglo-Americanos, o desejo de independência levou-a ingressar um call center, onde trabalha há cerca de um ano. Apesar de trabalhar a full-time e ter um contrato sem termo, o que recebe não lhe permite sair da casa dos pais, facto que atribui quer ao baixo salário, quer à gentrificação que fez disparar os preços da habitação no Porto. Contribui com algum dinheiro para as despesas e fá-lo também na casa da namorada para compensar os dias em que dorme lá. É sindicalizada e o seu tempo livre é gasto maioritariamente em atividades políticas. Procura um emprego que a satisfaça mais – de preferência na sua área – e que lhe permita viver autonomamente.

Célia, 33 anos, nasceu numa aldeia minhota onde a eletricidade e o saneamento básico não eram um dado adquirido. Filha de uma mãe doméstica (que completou o 4º ano já adulta, mas que se manteve na prática iletrada) e de um pai alfaiate também com o 4º ano de escolaridade, Célia cresceu entre duas realidades: a da família e meio de origem, marcada pela pobreza e pela falta de expectativas; e a da televisão e da escola, cuja linguagem distante precisou de adoptar para se conseguir integrar. Começou a trabalhar cedo, como tarefaira do pai, ainda em criança e, mais tarde, nas vindimas, para pagar os primeiros meses na universidade. O seu desempenho escolar não deixava dúvidas: com média de 19 do secundário, seguiu para Medicina com o sonho de se tornar investigadora. A universidade recebeu-a como um “bicho estranho”. Mesmo com bolsa dos serviços sociais, esses anos foram vividos com dificuldades. Durante as férias trabalhava em projetos de investigação e quando terminou o curso, lançou-se numa bolsa de doutoramento nos EUA, período que define como de “enorme crescimento”. Terminada a bolsa foi para Braga e depois Porto, onde trabalha entre 50 a 60 horas semanais. Tem um contrato de ano e meio como médica interna a que se seguirá um exame de “passar ou reprovar”. A emigração surge como a saída mais viável para prosseguir o desejo de conjugar a medicina com a investigação. É com algum desalento que observa o percurso contrário dos irmãos: um “condenado” ao salário mínimo numa fábrica da aldeia, a outra que desistiu da carreira académica em nome da segurança e estabilidade.

Laura tem 34 anos e nasceu numa família de classe média. A mãe é professora e o pai, com o 12º ano, reformou-se antecipadamente porque a empresa onde trabalhava faliu. A irmã é licenciada. Fez a pré e o 1º ciclo numa escola privada e no 5º ano foi para uma escola pública com “demasiados alunos”. Foi uma aluna mediana, frequentemente vista como “provocadora” e do “contra”. Rumou ao Porto para fazer a licenciatura em Vídeo e Fotografia que – com o processo de Bolonha – ficou reduzida a três anos. Depois disso, seguiram-se anos de instabilidade entre a casa dos pais na cidade natal e várias casas partilhadas no

Porto e nos dois países para onde emigrou. Serviu em restaurantes e bares noturnos; embrulhou presentes na época de Natal; esteve no Bingo, num quiosque turístico, numa guesthouse, numa empresa de produtos de beleza; foi hospedeira de bordo na Ryanair e “frente de casa” num espetáculo musical; foi assistente na faculdade onde se formou e, aqui e ali, foi colaborando em projetos culturais. Pelo meio, ainda quis fazer o mestrado porque sentia que precisava de “estímulos” mas não o concluiu devido a constrangimentos laborais. Recebeu muitas vezes “debaixo da mesa” ou como falsa trabalhadora independente, por diversas ocasiões trabalhou mais horas do que as que recebia e foi despedida cinco vezes. Há seis, sete anos passou a dedicar-se exclusivamente à produção cultural. Colabora hoje com duas instituições, numa a part-time, noutra a recibos verdes, chega a trabalhar 60 horas por semana, não recebendo mais por isso. A possibilidade de um contrato a tempo inteiro, prometido antes do covid 19, começa a afigurar-se difícil.

Luís nasceu há 35 anos no Porto, mas passou toda a sua infância e adolescência numa freguesia semi-urbana de Oliveira de Azeméis. O pai é arquiteto e a mãe é médica e, para além, de estabilidade económica, usufruiu de um elevado capital cultural: muitos livros e discos e visitas frequentes a exposições e museus. Os seus dois irmãos mais novos completaram a formação superior: um com licenciatura, outra mestrado. Durante a primária frequentou uma instituição conservadora, mas depois disso esteve sempre em escolas públicas. Apesar de pouco motivado, era um bom aluno. Decidiu-se por Antropologia Social e foi para Lisboa estudar. Concluída a licenciatura – apressada com o processo de Bolonha – tem intercalado períodos de inatividade com trabalhos precários em áreas aleatórias (restauração, limpezas, agricultura, tradução e redação de conteúdos, inquéritos telefónicos, etc). Nunca teve um emprego na sua área, tal como nenhum dos seus ex-colegas. Vive no Porto, partilhando casa com a irmã e uma amiga dela mas, quando o dinheiro escasseia, passa temporadas curtas na casa dos pais. De momento, está desempregado e a receber o valor mínimo do subsídio. Apesar de ter sido

socializado para o valor do trabalho e para uma crença na meritocracia, Luís acredita que devíamos trabalhar menos e ter mais tempo para atividades nem sempre remuneradas, como a escrita a que se dedica diariamente.

Sofia tem 36 anos e é mãe de uma criança de onze, vivendo em regime monoparental praticamente desde o seu nascimento. É de Lisboa, mas viveu numa vila de pescadores entre os 9 e os 17 anos. É filha única de “professores intelectuais de esquerda” que lhe proporcionaram todo o tipo de atividades extra-curriculares. No 1º ciclo frequentou colégios religiosos mas depois disso esteve sempre em escolas públicas. A vontade de mostrar aos pais que era independente levou-a a iniciar a atividade profissional aos 17 anos, paralelamente à faculdade. Fez de tudo um pouco: lojista, vendedora, animadora, palhaça, ajudante de cozinha, operadora telefónica, entre tantos outros empregos, sempre a recibos verdes. Chegou a trabalhar como operária agrícola em França, onde diz ter recebido pela primeira e única vez um “salário justo”, mas a gravidez inesperada obrigou-a ao regresso a Portugal. Inicialmente foi para o Porto para fazer o Mestrado Integrado, na expectativa de seguir a via do ensino, mas a separação levou-a de novo para casa dos pais, concluindo a formação já em Lisboa. Há cerca de quatro anos, mudou-se para Gaia – onde encontrou uma casa mais económica do que no Porto – mas cruza bastantes vezes a ponte para visitar museus com o filho ou sair à noite. Todos os anos concorre ao concurso nacional de professores, mas nunca conseguiu colocação. Dá aulas num centro de explicações, ganhando abaixo do salário mínimo. Como não tem contrato, durante as “férias involuntárias de verão” tem de procurar empregos pontuais. Com o covid 19, o centro fechou, restando-lhe o suporte familiar e os poucos apoios sociais.

Daniel nasceu numa vila do Alto Alentejo há 36 anos. Os pais gerem um pequeno negócio e têm o 4º ano de escolaridade. A irmã é licenciada em Turismo. Durante a infância, depararam-se com muitos momentos de aperto financeiro. Era um excelente aluno, mas no 6º ano uma descoberta havia de o desviar da dedicação aos estudos: a guitarra. A sua vida passou a “gravitar em torno

da música”. Não havendo escolas secundárias na sua vila, mudou-se para uma cidade próxima, onde viveu numa residência dirigida por uma mulher autoritária e conservadora. Mantendo sempre as bandas, foi para a universidade sem grande empenho. Acabou por nunca terminar a licenciatura, ficando retido por uma cadeira, fruto das complicações de Bolonha. Em 2009, emigrou para a Irlanda onde trabalhou como tradutor de videojogos. Porém, o amor à sua arte levou-o a regressar a Portugal dois anos depois, desta vez instalando-se no Porto. É, desde então, músico a tempo inteiro, mantendo ocasionalmente trabalhos de tradução. Partilhou casa com amigos e também com uma namorada, mas vive presentemente sozinho. Define-se como um anarquista utópico, tem dificuldade em lidar com rotinas e gosta da solidão do trabalho criativo. O coronavírus interrompeu aquela que era a sua melhor fase na carreira. Sendo os apoios estatais claramente insuficientes, sobrevive com a venda de discos online e a “solidariedade de amigos e fãs”.

Diana, 38 anos, nasceu no Porto. O pai era marceneiro e tinha o 6º ano, a mãe cozinheira, com o 4º ano. A morte precoce do pai levou-as a mudar-se para uma aldeia do concelho de Penafiel onde a vida era mais barata e onde esteve até à idade adulta. Teve uma educação religiosa “confusa” (ateísmo, catolicismo, jeová) e ela e a irmã chegaram a viver durante cerca de três anos interpolados num colégio interno, por falta de apoio da família alargada. No 2º ciclo, teve aulas da tele-escola, ensino que considera ter sido bastante pobre. No 9º ano, optou por seguir a via profissionalizante, entrando em Design de Moda, concluindo depois um curso técnico pós-secundário, na mesma área. A universidade nunca lhe pareceu uma escolha acertada, devido aos custos que implicaria e por não permitir a imediata independência financeira. A irmã decidiu o mesmo. Em 1999, a ligeira melhoria das condições económicas e a facilidade de acesso ao crédito, levou a que a mãe comprasse uma casa no Porto onde as três foram viver. Com o falecimento da progenitora – tinha ela 23 anos – o crédito passou para o seu nome. Desde que terminou a formação, trabalhou quase sempre na sua área, porém, recebendo abaixo do que seria

expectável ou em regime de “falsos recibos verdes”. Depois de um período de desemprego, está há oito meses a fazer limpezas e recepção num hostel. Por 48 horas semanais recebe o ordenado mínimo, com um contrato a termo. Para se conseguir sustentar vai fazendo trabalhos pontuais. Está, atualmente, em *layoff* com valores em atraso e aspira voltar ao Design de Moda.

Ricardo tem 39 anos, cresceu em Fânzeres mas estudou sempre no Porto em escolas públicas. Os pais têm ambos o antigo 7º ano: ele era vendedor porta-a-porta e a mãe escriturária. O irmão mais novo é personal trainer, tendo concluído o 12º ano. A diferença de nove anos e a ausência frequente do pai fez com que muitas vezes assumisse o papel de seu tutor. Foi sempre um aluno razoável, mais vocacionado para as ciências exatas. Foi o primeiro da família a entrar para a universidade, mas acabou por não terminar o curso de Engenharia Química. Começou a trabalhar aos 18 anos, inicialmente para pagar os estudos. Serviu à mesa, foi ajudante de cozinha, vendedor, empregado de armazém, promotor de cartões de crédito e já esteve em três contact-centers, área na qual se mantém há treze anos. É analista de qualidade da AirBnB com um contrato a termo incerto, trabalho que acumula com vendas online. Aos 21 anos filiou-se no Bloco de Esquerda e no Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e do Audiovisual, participa em inúmeras organizações e já esteve em diversas manifestações. Tem dois filhos em idade escolar e vive com a companheira que só há poucos anos concluiu a licenciatura em ensino. O apoio físico e financeiro da família tem sido imprescindível, inicialmente para ela conseguir terminar os estudos e, agora, para conseguirem “suportar as despesas” nos seus momentos de “desemprego intermitente”.

Ainda que heterogénea, esta série de depoimentos deixa muitos de fora⁶: estão ausentes jovens ciganos ou afrodescendentes, pessoas com diversidade funcional ou indivíduos que não tenham completado a escolaridade obrigatória. Representam, pois, um segmento relativamente privilegiado da Geração à Rasca, na medida em que aspetos como a etnia, a baixa formação escolar ou a condição física suporiam uma camada a mais de desigualdade e vulnerabilidade. Estes oito retratos são o espelho possível de uma “juventude” urbana qualificada, mais mulheres que homens, quase todos/as na casa dos trinta, tendencialmente à esquerda e, maioritariamente, descrentes dos mecanismos de representação e participação política. São os filhos e filhas da geração do 25 de Abril de 1974, a primeira a crescer numa sociedade “estável” e democrática, sem as agruras da ditadura, o fantasma da guerra colonial e os altos níveis de pobreza e analfabetismo que grassavam o país antes da revolução. Cresceram com as promessas da “escolaridade em massa” e com a melhoria da qualidade de vida, proporcionada pela entrada na CEE e pelas facilidades de acesso ao crédito bancário. Terminaram quase todos/as a faculdade e quando não o fizeram, inscreveram-se em cursos e apostaram na sua formação. Começaram a trabalhar cedo e passaram por diversas experiências e contextos laborais. Debateram-se com uma crise económica, social e política, entre 2009-2013, sendo que metade deles/as emigrou durante esse período. Viram um novo governo mais “socialista” tomar o poder, sem com isso verem alterações substanciais no campo do emprego e dos direitos sociais. Debatem-se agora com uma crise pandémica que ameaça derrubar as frágeis estruturas que entretanto haviam montado. Vejamos como se vive a condição desta Geração à Rasca a partir dos seus testemunhos, analisando-os em torno de quatro eixos: a) origem social e

6 Não deixa de ser interessante referir que a seleção dos/as participantes deste livro foi alterada devido a três desistências motivadas pela angústia e desalento em reconstituir os seus trajetos. Foram também convidadas duas pessoas afro-descendentes que, infelizmente, recusaram. A “urgência” deste projeto levou, pois, a um certo desequilíbrio etário, étnico, de género e de área de formação.

percursos de mobilidade; b) experiências e trajetórias profissionais; c) lazes, sociabilidades e envolvimento cívico e político; d) representações sobre crise(s), juventude e precariedade.

a) Origem social e percursos de mobilidade: das promessas às incertezas

Um dos aspetos mais evidentes da leitura dos registos biográficos reside no fato de a grande maioria demonstrar percursos escolares de mobilidade ascendente, ou seja, quase todos/as completaram um ciclo de estudos maior do que a família de origem, acontecendo o mesmo por parte dos irmãos e irmãs. Nalguns casos, com uma distância abissal, em particular Célia, doutorada em Medicina, cujos pais não passaram do 4º ano de escolaridade (sendo a mãe iletrada). Apenas dois permaneceram a um nível próximo do da família, no caso, sendo esta consideravelmente qualificada: Sofia e a mãe têm o mestrado e o pai é doutorado; Luís é licenciado tal como o pai, já a mãe é licenciada, tendo juntado à primeira especialidade uma segunda e frequentado um doutoramento que não concluiu.

Esta realidade atesta o movimento de valorização da escolaridade que ocorreu em Portugal, no seguimento da revolução de abril, manifesto numa entrada em “massa” das classes populares na escola pública. Em 1974, os níveis de analfabetismo estavam muito acima da média europeia. Num período quase *record*, o ensino básico e secundário foi democratizado e o ensino superior passou a ser uma hipótese para muitos/as dos jovens portugueses. Apesar de nem todos terem frequentado o ensino superior, todos os indivíduos retratados seguiram além da escolaridade obrigatória (que só em 2009 se alargou para o 12º ano). A rápida expansão escolar ocasionou um equívoco generalizado sobre os resultados desse investimento: o aumento das habilitações não originou o emprego correspondente, passando-se assim de um “tempo de promessas” para um “tempo de incertezas”⁷.

Para além da frequência escolar, o investimento nos filhos das classes médias e média alta é também assegurado com a aposta no ensino privado, como foi o caso da Laura, do Luís e da Sofia, todos filhos/as de profissionais qualificados e com elevado capital cultural e social. Ao mesmo tempo, já na altura, o ensino era complementado com atividades extracurriculares e com experiências culturais e artísticas que, garantiriam, uma formação rica e plena.

Sou oriunda da tão invejada classe média dos anos 80 (...) tive direito a uma educação e formação superiores, a tirar um curso no *British Council*, entre outras atividades extracurriculares, como *ballet*, natação, escuteiros, catequese, judo, piano e... sem tempo para ser criança. [Sofia, 36 anos, explicadora]

Durante todo o meu processo de crescimento, tive sempre acesso a livros e álbuns de música. Como os meus pais tinham também muito interesse em artes plásticas, também não foram poucas as vezes em que, com eles, visitei exposições, sobretudo de arte moderna, que era a que lhes interessava mais. [Luís, 35 anos, antropólogo/escritor]

Essa dedicação relativamente à educação dos filhos é prolongada aquando da maternidade ou paternidade. Replicando a sua própria experiência enquanto criança e referindo-se ao período de isolamento social, Sofia mostra preocupação com o desenvolvimento integral (intelectual, social, emocional) do filho. Não negligenciando o valor da escola, considera essencial o acesso à cultura, à arte e a espaços ao ar livre.

Nos fins de semana com o meu filho, vamos a museus e exposições, vamos aos cafés e aos jardins. Ou, melhor, íamos e não sabemos quando voltaremos a ir. Agora ficamos em casa a acabar os mil trabalhos abusivos que os professores da escola mandam. Não quero que ele seja o melhor da turma, mas preocupa-me que seja cumpridor e responsável. Todos temos deveres a cumprir e isso aprende-se de pequeno. Depois, vemos um filme ou jogamos ao monopólio. Hoje foi jogar à bola com o vizinho, a um metro de distância claro. É preciso apanhar um bocado de ar também. [Sofia, 36 anos]

7 Referência ao artigo de Rui Canário (2008), já citado na introdução.

No processo de democratização educativa, a universidade parece ter ficado de fora, ou pelo menos, não tão acessível quanto se suporia. Apesar de uma retórica generalizada sobre a importância do ensino superior – que se tem intensificado, ao ponto de parecer hoje uma etapa impreterível na vidas dos jovens – o facto é que o aumento exponencial das propinas a partir de 1992 (num dos governos de Cavaco Silva) significou para muitos/as uma impossibilidade de concretização. Até porque esse incentivo não foi acompanhado de uma adequada generalização das bolsas de estudo ou de residências em número suficiente para acolher estudantes deslocados. Diana – a única dos oito que optou por não ingressar a universidade – expressa as razões dessa decisão:

Acho que teve a ver com os custos que tal implicaria e, como a minha irmã já trabalhava, não me imaginava a ir fazer três anos de ensino oficial sem ter uma profissão em vista (10º ao 12º) e depois mais 3 ou 5 para concluir a universidade. Penso que na minha cabeça estava formada a ideia que teria de começar a trabalhar o mais cedo possível, para poder contribuir financeiramente em casa e posteriormente conseguir a minha independência. [Diana, 38 anos, designer de moda/recepcionista]

Sendo órfã de pai e tendo passado por alguns momentos de sufoco financeiro, a possibilidade de seguir uma via profissionalizante era mais apetecível do que “perder tempo” na faculdade: era uma forma de auxiliar a família e alcançar a desejada autonomia. Para Daniel e Ricardo – curiosamente os únicos que acabaram por não terminar a licenciatura – a solução encontrada foi conjugar a faculdade com um emprego indiferenciado. O primeiro, cujos pais viveram sempre numa situação precária, sacrificava as férias com o trabalho fabril, trabalhando bastante mais do que o permitido por lei.

Dos 16 aos 25 anos, trabalhei anualmente durante os verões numa fábrica de tomate, sem qualquer folga durante os três meses de férias escolares e muitas vezes com horários de 12 horas diárias. [Daniel, 36 anos, músico]

Porém, o facto de não ter terminado a licenciatura pareceu dever-se mais a uma falta de interesse pela academia e a uma dedicação “excessiva” ao seu verdadeiro projeto de vida (a música) do que propriamente devido ao trabalho na fábrica ou aos constrangimentos económicos da família. Já Ricardo – que tinha sido o primeiro da família a entrar para a universidade – teve o seu primeiro emprego aos 18 anos para poder pagar as propinas, circunstância que parece ter condicionado o seu trajeto e as suas escolhas.

Para mim, a entrada no mercado do trabalho (inicialmente para juntar dinheiro e financiar os estudos) foi um remoinho do qual não consegui escapar (e não acabei o curso superior). [Ricardo, 39 anos, analista de qualidade]

A desigualdade de oportunidades educativas é também percebida a uma escala territorial. Daniel teve de se mudar para outra cidade aos 15 anos, vivendo numa residência adjacente à escola secundária, em que a diretora parecia “importada diretamente dos tempos do fascismo”. Na faculdade, optou por se manter numa cidade próxima da sua vila porque “não havia dinheiro para estudar fora”. Diana – que passou grande parte da sua infância e juventude numa aldeia – chegou a ter aulas na telescola, durante o 2º ciclo, contando apenas com dois professores (um direcionado para as letras e o outro para as ciências e artísticas). Considera, pois, que foi um tipo de ensino bastante “pobre”. A partir do 10º ano passou a ter de fazer viagens diárias de duas, três horas em transportes públicos para conseguir estudar na Cooperativa Árvore. Também Ricardo gastava grande parte do seu tempo em transportes pois, apesar de viver em Fânzeres, os pais optaram por inscrevê-lo em escolas do Porto.

Perdia mais de 1h30 diária em transportes, sendo que do centro do Porto a casa, o troleicarro ficava frequentemente parado por quebra de energia. Embora para os miúdos meus vizinhos eu fosse um privilegiado, porque ia todos os dias ao Porto, a realidade económica e da própria relação familiar era distinta. [Ricardo, 39 anos]

A clivagem entre o meio social de origem e o mundo escolar era, em alguns casos, gritante. É Célia quem o diz que forma mais peremptória, afirmando a necessidade que teve de modificar a sua linguagem e os seus hábitos para se conseguir integrar no mundo dos “diferenciados”.

Ninguém fala português correto do sítio onde venho. (...) Aprendi o outro português na televisão e escola. Precisei dele para me anular e integrar quando saí do meio onde me desenvolvi (...) Quando cheguei à universidade tentaram me dizer que esta realidade não existia. Ou existiu, mas na geração dos nossos avós. Portugal é um país desenvolvido, não pode deixar tais coisas acontecer. [Célia, 33 anos, médica/investigadora]

Numa região onde a maioria dos jovens começava a trabalhar ainda durante o ciclo preparatório, cumpria o ensino obrigatório só para “tirar a carta” ou optava por emigrar para “ganhar dinheiro” e ajudar a família, a sua ida para a universidade era “pouco certa”, “a universidade parecia algo que não era para nós”. Foi a persistência, o esforço e o desejo de seguir investigação que ditaram o percurso imprevisto que tomou. Não sem obstáculos, nomeadamente os dissabores com os Serviços Sociais da Universidade para comprovar a necessidade de uma bolsa de estudos ou as dificuldades financeiras que passou para conseguir viver numa outra cidade.

Explicaram-me que era impossível alguém ser tão pobre e pediram-me declarações de honra a explicar como a minha família garantia as despesas (...) uma lista de quantas galinhas tínhamos em casa e como garantíamos as refeições com a horta. Foram vários e vários encontros com funcionários que a cada vez me explicavam a impossibilidade de viver com tão pouco. Ao mesmo tempo ia garantindo que gastava o menos possível no dia a dia, evitando refeições na cantina e optando por comer croissants como almoço. Os colegas achavam que as restrições nas refeições eram um distúrbio alimentar. Achavam também que o uso de roupa em segunda-mão e sapatos com buracos era uma inspiração grunge. [Célia, 33 anos]

A mesma falta de expectativas profissionais e académicas associada a territórios desiguais é enunciada por Sofia quando se refere à mudança de Lisboa para uma pequena vila, onde residiu dos 9 aos 17 anos. Nesse lugar, deparou-se com uma realidade muito distante da sua, reconhecendo-a como atrasada no tempo. Neste excerto, é possível observar a dimensão de género, na medida em que o leque de possíveis atribuído às raparigas é castrado e reduzido por falta de conhecimento e oportunidades no seio familiar.

Quando fui para o 5º ano, deparei-me com outra cultura (...) Tinha mudado para uma vila de pescadores, que vivia no passado. A preocupação das mães das minhas colegas era que encontrassem na escola um futuro marido, para poderem sair de casa delas aos 18 anos e fazerem as suas famílias. Este é outro tipo de pobreza, a pobreza cultural, quando cortamos as asas aos nossos filhos, porque não sabemos possível um tipo de vida diferente. (...) Felizmente não era o meu caso. [Sofia, 36 anos]

O facto de ser filha de professores (um deles universitário), “ambos intelectuais de esquerda, macrobióticos, com grandes planos para mim e para o meu futuro” era um fator decisivo para que nunca tivesse estado em questão ir ou não para faculdade. Apesar disso, começou a trabalhar aos 17 anos, mais por orgulho pessoal do que por outros motivos. Essa entrada no mundo laboral – part-times precários e a recibos verdes – haveria de a acompanhar até aos dias de hoje, numa conjuntura que era já de crise.

Até então, nunca tinha tido qualquer dificuldade económica, como privilegiada que era, mas para mim esta crise foi uma excelente oportunidade de ingressar no mercado de trabalho em sucessivos *part time* precários, com a ambição de mostrar aos meus pais que era uma jovem independente economicamente e dona das minhas escolhas. Foi então que apareceram na minha vida os recibos verdes, para nunca mais dela saírem. [Sofia, 36 anos]

Neste contexto, o processo de Bolonha surge com um impacto importante nos seus cursos de

vida. A declaração – criada em 1999, mas instaurada em Portugal apenas em 2006 – surgiu com o propósito de uniformizar o ensino superior europeu, padronizando critérios e princípios formais de educação, facilitando a mobilidade dos/as estudantes dos países signatários e promovendo o acesso à universidade por um maior número de pessoas. A face mais visível dessa alteração foi a redução das licenciaturas de 4 ou 5 anos para três, acelerando assim a saída de diplomados para o mundo do trabalho. Para aqueles que foram abrangidos pela transição, os seus efeitos foram claramente negativos, como mostram estes exemplos elucidativos. Uns ficaram com cadeiras em atraso e acabaram por perder o ano, outros, como o Daniel, acabaram mesmo por não terminar a licenciatura devido às alterações nos planos curriculares.

Apanhei a transição dos currículos antigos para Bolonha, o que foi uma bela merda. O curso era de quatro anos quando entrei. (...) Inicialmente, disseram-nos que quem quisesse podia saltar diretamente para o mestrado ou então seguir na mesma o currículo antigo. Entretanto lá decidiram de forma diferente. Quem terminou o 3º ano (como eu) soube no dia em que se foi matricular para o ano letivo seguinte que afinal estava licenciado. A opção de fazer o 4º ano deixou de existir, toda a gente foi corrida a equivalências. Quem tinha cadeiras em atraso (o meu caso) tramou-se, teve de ficar a fazer as cadeiras equivalentes do currículo novo. Acabei por perder não um, mas dois anos por causa disso. [Luís, 35 anos]

Com o “advento” do processo de Bolonha, fiquei retido por uma cadeira – Cultura Portuguesa I – que não dava equivalência a ela própria no novo plano curricular. Ironicamente, tinha sido a única pessoa a passar no exame de Setembro, com 10 valores, mas o professor recusou-se a ceder, a reitoria nada avançou, o departamento ainda menos, e assim fiquei com o curso por terminar até hoje. Passei 6 meses a tentar resolver esta situação, colocado num quarto triplo de outra residência, em que o único espaço que havia para colocar a roupa era debaixo da cama. [Daniel, 36 anos]

Laura e Sofia viram-se de repente com uma licenciatura feita em três anos, “sem saber como”. Por um lado, alcançavam a tão desejada independência num tempo mais curto do que previam, por outro consideravam-se “defraudadas” com todo o processo e sabiam que não estavam preparadas para a entrada no mercado de trabalho.

Fui apanhada por Bolonha no meio do meu ciclo de estudos, sempre me senti defraudada por isso. Entrei num curso que seria de 5 anos, 3 de bacharelato mais dois de especialização, de onde saíam bons técnicos audiovisuais para, de repente, antes do início do 3º ano ser informada de que se fizesse todas as cadeiras em falta, segundo o novo plano de curso, acabava o ano licenciada.(...) Na altura com 20 anos, não sendo especial amante da vida de estudos achei fantástico tudo isto, com algumas discordâncias pelo meio, pois repeti cadeiras já feitas, dividiram notas que já tinham sido lançadas em anos anteriores para encaixarem no novo plano de curso e há cadeiras no meu diploma que não sei do que se tratam. Assim foi, 14 cadeiras feitas, algumas sem saber como, aos 21 anos estava feito. [Laura, 34 anos, produtora cultural]

No segundo ano, o Programa Erasmus levou-me para Barcelona e, de lá, para para Utrecht. Mas o relógio batia as horas e tinha de terminar a licenciatura, pois chegara Bolonha de armas e bagagens. E Bolonha foi um tiro no pé. Com uma licenciatura de três anos, dei por mim, pela primeira vez, sem conseguir um emprego, nem precário, nem estável, uma vez que já tinha recursos a mais para poder trabalhar nos lugares onde trabalhava antes e recursos a menos para outros lugares. [Sofia, 36 anos]

Para além dos relatos de urgência, desorganização e falta da transparência na forma como foi conduzido e implementado o processo de Bolonha nas universidades portuguesas, há quem refira os motivos instrumentais e económicos por detrás destas alterações: terá sido, acima de tudo, uma forma de mais gente terminar a formação superior num período mais curto (melhorando assim as estatísticas portuguesas face à União Europeia) e, por outro, gerar mais dinheiro para as faculdades, visto que o 2º ciclo de estudos é mais dispendioso.

Basicamente foi uma maneira de empurrarem os alunos para o mestrado e receberem mais pelas propinas, já que estas são mais caras. Se virmos bem, um mestrado hoje em dia é equivalente a uma licenciatura antiga de cinco anos com a ligeira diferença de, nos últimos dois anos, sair muito mais do bolso do aluno. [Luís, 35 anos]

A este propósito, vale a pena lembrar que foi precisamente a luta contra as propinas e, por conseguinte, pela democratização do ensino superior, nos idos anos noventa – da qual nenhum dos participantes do livro fez parte, por ser demasiado novo – que deu origem ao termo “Geração Rasca”, mais tarde substituído e apropriado pelos atores sociais por “Geração à Rasca”. Apesar das recentes conquistas (uma descida de quase 20% do valor das propinas, no último ano, aplicada apenas às licenciaturas), a igualdade de oportunidades – sobretudo no que ao ensino superior diz respeito – parece ainda um horizonte a cumprir.

b) Experiências e trajetórias profissionais: vaivéns e insegurança permanente

Dos oito participantes neste livro, todos/as tiveram o primeiro emprego relativamente cedo: entre os 17 e os 26 anos. Apenas Célia relata tarefas anteriores (não remuneradas) enquadradas na economia familiar. Aos fins-de-semana, ajudava o pai na alfaiataria fazendo limpezas ou trabalhando como estafeta. Essa experiência haveria de a marcar positivamente, pois tornou-se uma forma de expandir os horizontes para além da sua aldeia e descobrir o “outro” mundo e a gente “estranha”.

Não havia muitas pessoas com 10 anos a ir a repartições de finanças, por isso era sempre olhada com um sorriso quando ia tratar de pequenas tarefas (...) era também uma oportunidade para estar fora da aldeia em meados dos anos 90 e ver as pessoas da cidade. Pessoas com cabelo longo, lábios negros e tatuagens. Na aldeia chamavam a estas pessoas “os drogados que nunca vão dar nada da vida”. A mim fascinava-me a diferença. Não era como eles, nem queria ser. Mas a sua

existência de gente tão diversa, pareceu-me um objeto de curiosidade. [Célia, 33 anos]

Sofia, Daniel e Ricardo – como já foi referido na secção anterior – iniciaram a vida laboral aos 16, 17 anos como forma de financiar os estudos superiores e manterem um certo grau de autonomia. Célia também mas por um curto período de tempo, o necessário para pagar os primeiros meses da universidade antes de conseguir bolsa dos serviços sociais. Também foi trabalhando nas férias em projetos laboratoriais ao longo da licenciatura, mas mais para fazer currículo e seguir a sua “paixão” (a investigação) do que por motivos económicos. Os restantes tiveram o seu primeiro emprego apenas depois de concluírem o curso.

A entrada na universidade correspondeu ao momento em que, cada um/a teve de tomar decisões concretas relativamente à profissão que gostariam de ter no futuro. Diana um pouco mais cedo, visto que ingressou num curso profissional aos 15 anos. A natureza das escolhas reflete sobretudo questões relativas a apetência, satisfação pessoal ou curiosidade. Nalguns casos era já uma opção maturada, como Sara: “a minha escolha pela área [Literatura] vem de criança, aprendi a ler com 4 anos e acho que desde muito nova cultivei o gosto pela leitura”. Também Sofia diz que “aos 13 anos já era uma apaixonada por mitologia clássica (...) estava claro o que iria seguir no ensino superior”. Para Diana, a escolha do curso em Design de Moda surgiu de uma proposta da mãe, mas vinha também dos seus tempos de adolescente e do facto de ter uma dimensão prática. Da mesma forma, Ricardo, quando optou por Engenharia Química (curso que não terminou) teve alguma influência da família, valorizando a possibilidade de frequentar um curso com uma vertente mais pragmática.

A minha opção para o curso escolhido teve a ver com alguma apetência e interesse que eu demonstrava na realização de roupas, enquanto brincadeira. Foi uma opção que me foi apresentada pela minha mãe e que eu acolhi com facilidade e entusiasmo. A meu ver tinha uma componente prática e técnica que me agradava. [Diana, 38 anos]

Era algo que me motivava, tinha ideia de um trabalho maioritariamente individual, muito rigoroso e pragmático. O meu pai tinha tirado um curso técnico-profissional de analista químico e um dos seus irmãos tinha também estudado Eng. Química no ISEP. [Ricardo, 39 anos]

Para Laura e Luís, para além do gosto ou curiosidade pela área que escolheram – [Vídeo e Fotografia e Antropologia Social] acrescentava-se a oportunidade de sair do contexto onde tinham crescido e poderem explorar outros mundos.

Desde cedo descobri que queria sair da cidade onde nasci. À luz dos anos não sei se o meu problema era com a cidade ou se só queria sair de casa. Mas cedo a cidade tratou de me esclarecer que não me queria lá (...) apenas me interessei por modalidades que não existiam na cidade. Primeiro a dança, depois a fotografia. [Laura, 34 anos]

Tinha muito a ver com o facto de esta ser uma área praticamente desconhecida para mim. Havia vontade de experimentar, alargar horizontes, ter contacto com outros pontos de vista (...) Além disso, a instituição que me pareceu mais interessante ficava em Lisboa, cidade que me apetecia experimentar. [Luís, 35 anos]

No caso de Daniel, a escolha do curso resultou da habilidade que tinha para a escrita e para a língua inglesa: “não porque quisesse exercer algo nessa área, mas porque tive sempre nota máxima a inglês. Foi uma escolha feita por facilitismo.” Por fim, Célia – que, no final do ensino secundário, chegou a ponderar partir para a Escócia, trabalhar como babysitter, “começar a ganhar dinheiro e fazer uma vida” – a decisão de seguir medicina surgiu em grande parte devido ao seu sucesso académico: “com uma média acima de 19 valores, seria uma pena não fazer algo com esta nota”. O plano era, na verdade, seguir investigação, depois de ter descoberto pela televisão que existia essa profissão:

Havia uma paixão. Eu queria ser investigadora. Na televisão apercebi-me que havia essa profissão e queria que fosse a minha. Queria estudar o cérebro

para perceber o segredo do ser de todas as pessoas. [Célia, 33 anos]

Nenhum dos co-autores deste livro mencionou fatores relativos a dinheiro, prestígio ou saídas profissionais. A vontade de integrar uma formação que os preenchesse intelectual ou emocionalmente pareceu sobrepôr-se às perspetivas em relação ao futuro, nomeadamente, um rendimento estável ou o ingresso no mercado de trabalho. Além do mais, a crise entretanto instalada já dava sinais de que escolhessem o que escolhessem, dificilmente teriam emprego garantido.

Foi a minha primeira opção e acho que nunca pensei em optar por outro caminho na escolha do curso superior. Talvez pensando numa futura estabilidade financeira e profissional, poderia repensar a minha decisão, mas acho que não me arrependo da escolha e rumo que tomei e das experiências que o curso e a faculdade me proporcionaram. [Sara, 27 anos, operadora de call center]

Pode parecer estranho que não tenham tido mais peso factores como possíveis saídas profissionais ou níveis de remuneração nesta escolha. De facto, estes também foram pesados, na altura, mas, face às hipóteses de que dispunha, acredito que, fosse qual fosse a área de estudos que escolhesse, já na altura tinha a percepção de que nenhuma delas me dava garantias de ingresso no mercado de trabalho ou de um futuro confortável. [Luís, 35 anos]

Se, por um lado, os relatos parecem apontar para uma certa resignação e naturalização do destino laboral que os esperava, o facto de esta ser uma condição partilhada pelos ex-colegas parece contribuir para olharem para essa situação, retrospectivamente, sem desilusões de maior.

Os meus ex-colegas de curso estão numa situação idêntica à minha, sendo que poucos trabalham na área que estudaram (...) As expectativas no início da faculdade não se parecem vir a realizar, sendo que um emprego na área de estudo, apesar de fazer alguns trabalhos esporádicos no ramo da tradução, parece neste momento inviável. [Sara, 27 anos]

De entre todas as pessoas que fizeram o curso de antropologia (...) eram muitas as que desejavam trabalhar na área. Pode haver uma exceção ou outra que escapem à regra, mas, tanto quanto sei, nenhuma pessoa da minha turma (no último ano, éramos sessenta e poucos), encontrou trabalho como antropólogo, e creio que muito poucos tinham essa expectativa, mesmo que essa vontade existisse. [Luís, 35 anos]

Haveria, pois, “vontade” (desejo), mas não “expectativa” (crença de que fosse possível). Contudo, apesar dessa aparente conformação, a verdade é que ambos têm mobilizado esforços para conseguir um emprego na área que escolheram. Sara faz trabalhos pontuais na área de tradução e diz estar, neste momento, numa procura “ativa” por outro emprego, especialmente “ligado à área que estudei”. Já Luís, no seguimento da licenciatura, tirou um curso de Criatividade Publicitária e tem trabalhado pontualmente na redação de conteúdos e na criação de campanhas publicitárias. Não abandonando totalmente a Antropologia, procura alternativas que o satisfaçam e o preencham pessoalmente, como a escrita, cujas publicações pontuais “pagam-me uns copos e já me safaram num mês ou outro ainda mais apertados, mas não mais que isso”.

A aspiração ao “trabalho na área” é relativamente consensual entre os oito, ainda que pressuponha diferentes níveis de angústia ou desilusão, consoante a situação em que se encontram. Para Ricardo, por exemplo, que depois de ter passado por todo o tipo de empregos – “nunca fui muito esquisito” – trabalha há treze anos em contact-centers, assumindo atualmente a função de analista de qualidade, essa importância é relativa, afirmando com alguma ironia que:

O mais próximo que tive da minha formação teórica [engenharia química] foi um trabalho temporário, numas férias em que trabalhei numa cave de vinho do Porto: periodicamente tinha de levar amostras dos vinhos ao laboratório para análise. [Ricardo, 39 anos]

Com quase quarenta anos, um curso inacabado, uma companheira em “desemprego intermitente” e dois filhos a cargo, essa não parece ser para si uma prioridade. Já para Diana que exerceu

quase sempre a sua profissão – à exceção de um período de dois anos em que trabalhou na recepção de uma pensão –, a atual situação é motivo de frustração e fonte de preocupações. Está há oito meses num hostel como rececionista e empregada de limpeza, trabalha muito mais horas do que seria suposto e ganha pouco mais do que o ordenado mínimo. A crise do covid 19 veio comprometer ainda mais esse desejo.

O meu maior receio tem sobretudo a ver com a procura de um emprego que me ofereça melhores condições contratuais e com que eu me identifique mais. Era uma procura em que andava empenhada e de repente deixou de haver ofertas disponíveis e a indústria [do design de moda] passou a viver num clima de incerteza que impede a contratação. [Diana, 38 anos]

No caso da Laura, da Sofia e do Daniel, apesar de os seus trajetos profissionais serem de difícil reconstituição⁸, acumulando uma série de trabalhos indiferenciados nos mais variados contextos, estão neste momento a exercer uma função próxima da área em que se formaram ou que desejaram para si, ainda que com vínculos precários. Laura, depois de ter sido empregada de mesa e de bares, rececionista, assistente de vídeo, hospedeira de bordo, funcionária de loja, entre muitos outros empregos em treze anos de vida ativa, engrenou na produção cultural, atividade que já ia desenvolvendo há algum tempo de forma pontual. Encontrou nessa profissão um “estímulo” que ainda não tinha encontrado noutras funções. Trabalha em duas instituições culturais (chegaram a ser três): numa com um contrato a part-time, noutra a recibos verdes e, apesar do excesso de trabalho não remunerado, mostra-se satisfeita com o que faz.

Sofia teve também uma multiplicidade de ofícios – sempre a recibos verdes ou “debaixo da mesa” – conjugando trabalhos mais físicos ou que exigiam pouco de si intelectualmente (trabalhadora agrícola, promotora de publicidade, vendedora,

8 De salientar a surpresa de Laura, ao reconstituir a sua história, de que afinal tinha sido despedida cinco vezes e não três e que dá conta de um percurso turbulento, marcado pela efemeridade e “flexibilidade”.

ajudante de cozinha, operadora telefónica, etc.) com experiências mais entusiasmantes do ponto de vista artístico, área da qual retira bastante prazer (animadora de fogo, performer, bailarina, palhaça). Tendo completado o mestrado em ensino, todos os anos insiste em concorrer ao Concurso Nacional de Professores. Até hoje “nem uma mera substituição, zero dias de prática, uma vez que os anos de explicação não contam para o registo”. Atualmente trabalha num Centro de Estudos e gosta do que faz por ser próximo do ensino, porém o seu desejo é mesmo seguir investigação. Daniel, apesar de não ter terminado a licenciatura em Português-Inglês (apenas por uma cadeira) tem acumulado anos de experiência na tradução, trabalho que o “ajuda a sustentar” a vida enquanto músico freelancer, o seu principal investimento pessoal e profissional.

As motivações para a escolha de um determinado emprego variam bastante, não só de pessoa para pessoa, mas ao longo do seu percurso. Desde obter independência económica, financiar os estudos, auxiliar a família, até razões como proximidade de casa, garantia de um contrato estável, possibilidades de progressão na carreira ou satisfação pessoal. Ricardo, o mais velho dos oito, explica como essas “condições” se foram alterando à medida que os anos passam:

Inicialmente, aos 18 anos, ia-me mantendo nos empregos enquanto sentisse que serviam o meu propósito: ganhar dinheiro para pagar propinas e as minhas despesas sem grandes dores de cabeça. O requisito foi diminuindo e a condição passou a “enquanto me sentir bem”, depois a “enquanto os colegas compensarem” e “enquanto não arranjar melhor” até ao atual “enquanto não arranjar algo certo e que pague mais”. [Ricardo, 39 anos]

As más condições de trabalho, a falta de direitos laborais e os conflitos com as entidades patronais estiveram bastante presentes nos depoimentos biográficos. O quadro seguinte ilustra algumas dessas situações: queixas relativas às relações hierárquicas que se estabelecem entre patrão e funcionário/a; denúncias de controlo e abuso de poder; horas extra não-remuneradas ou horários

laborais desadequados; ausência de contrato e consequente anulação de direitos sociais consagrados (subsídios de férias, doença, desemprego); remuneração não correspondente com a função, as habilitações ou com o número de horas de trabalho; e situações pontuais de desigualdade de género.

Hierarquias e desigualdade salarial (patrão-empregado/a)

Quem me devia orientar não me reconhecia no corredor. Anos depois vi as experiências que fiz publicadas em artigos, sem o meu nome incluído, nem nos agradecimentos. [Célia, 33 anos]
Hierarquias rígidas, onde frequentemente os trabalhadores são tratados como menos dotados de direitos do que os seus chefes. [Luís, 35 anos]

Pouco depois de começar a trabalhar neste local ele fechou para férias 15 dias, portanto 15 dias sem receber nada. O patrão dizia que estava muito difícil, que não conseguia aumentar ninguém. Apareceu na reabertura moreníssimo, vindo de Punta Cana (ou algum destino do género) “mas só 10 dias, não dava para mais” e com um carro novo. [Laura, 34 anos]

Pressão, controlo e assédio moral

Sofri assédio moral. Trabalhava numa empresa há seis meses, sem contrato, e quando foi altura de fazer o contrato não aceitei fazê-lo pelo valor do ordenado mínimo. A partir daí foram seis meses em que a entidade patronal sabotava o meu trabalho. Desenhava uma coleção e eles aprovavam, mas mudavam os modelos sem o meu conhecimento antes deles entrarem em produção. O mesmo acontecia com as vitrines das lojas, responsabilidade que eu acumulava. [Diana, 38 anos]

Há uma enorme pressão por parte da entidade patronal em produzir resultados o que leva a um desgaste psicológico próprio deste tipo de trabalho. [Sara, 27 anos]

Quiosque de turismo na Batalha, a recibos, 6 dias por semana, das 10h às 19h, uma hora para almoço, 2,50€ por hora (...) O dono vinha de Porsche fazer visitas surpresa ao local e tirar dinheiro da caixa que não era contado (...) para ver se o pessoal roubava. [Laura, 34 anos]

Se não havia clientes políamos copos, talheres, limpávamos os espelhos. “Mas já fizemos isso”, a resposta era sempre “fazes outra vez”. O que importava era aqueles 2,85€ não serem desperdiçados em alguém parado. [Laura, 34 anos]

Cheguei a sofrer *bullying* (...) depois de ir a pé de saltos altos, meias castanhas grossas ao terminal buscar os passageiros, tive uma quebra de tensão e por isso sentei-me no cockpit. O capitão (...) gritou comigo, insultou-me dizendo que era uma ingrata por não gostar do trabalho e por desdenhar dos meus colegas (...) Na cabine as minhas três colegas, uma delas esposa do dito piloto não me falavam há semanas. Nesse dia não aguentei. Fazíamos 4 voos por dia, ao 3º fui-me abaixo e chorei durante 40 min seguidos. [Laura, 34 anos]

Horas extra não-remuneradas ou horários desadequados

Ausência de folgas ao fim-de-semana, por vezes durante meses a fio; horas extra não contabilizadas; horários desfasados dos ciclos dia/noite e pouco compatíveis com uma vida que contemple tempo para o lazer e os afectos (...) falta de condições para trabalhar num ritmo saudável [Luís, 35 anos] Oficialmente tenho um horário de 40h semanais, sou paga por esse horário, mas o horário habitual é de entre 50-60h. (...) Claro que podia depois de 60h de trabalho dedicar-me à investigação, aparecendo num laboratório depois das 20h da noite nos dias que não levo trabalho para casa. [Célia, 33 anos]

Ausência de contrato e consequente falta de direitos sociais

Vou maldizer nunca ter tido subsídio de férias [por estar a recibos verdes]. Vou maldizer os impostos que fazem com que as empresas não consigam suportar um contrato por escrito que afirme a frequência e exclusividade das minhas funções diárias no mesmo local ano após ano. [Sofia, 35 anos] Cheguei a ir trabalhar com uma amigdalite gigante e mais de 38º graus de febre, após levar uma injeção de penicilina, tal era o medo de ser dispensada. Tinha faltado uma manhã e estava em pânico de ser mais uma vez despedida. [Laura, 34 anos]

Remuneração desajustada

Quando terminei a formação o trabalho de um Designer com curso técnico nível V como o meu era pago como um licenciado. Neste momento apercebo-me que são poucas as empresas que pagam esse valor, sendo que muitas optam pela integração de estagiários. [Diana, 38 anos] Não gosto de receber abaixo do ordenado mínimo e isso não me permitir guardar algum dinheiro para poder investir no futuro do meu filho. [Sofia, 36 anos] Consegui uma proposta [de estágio] em Lisboa, trabalho de segunda a sexta, das 9h às 18h, com alguns sábados pontuais ou menos pontuais dependendo da época. Pagavam o subsídio de alimentação: 128€ por mês (...) Recusei, para surpresa da dita senhora, ainda hoje a sigo no instagram, tem dinheiro, 4 filhos, saúde, viaja imenso. Que maravilha. [Laura, 34 anos] Apenas recebíamos as horas de voo, ou seja, todo o trabalho feito em terra não era remunerado. No primeiro ano também descontavam parte do valor do curso e o valor da farda. No inverno voávamos menos, chegamos a não ter comida em casa. (...) Uma dia encontrei uma das meninas que morava comigo a chorar, eu perguntei o que se passava e ela disse que tinha fome. [Laura, 34 anos] Afirmo pouco mais que o salário mínimo, o que me impede de sair de casa dos meus pais pelo menos para já. [Sara, 27 anos]

Desigualdade de género

Não estava satisfeita com o estágio, fazia os “trabalhos de mulher” que incluíram organizar uma prateleira com catálogos de material, uma coisa exigida a todas as minhas colegas, enquanto os colegas homens podiam sair para filmar, ou participar de filmagens de curtas, algumas delas premiadas. [Laura, 34 anos] Eu achava-os a eles, os diferenciados, todos iguais. (...) Principalmente os professores universitários, maioritariamente homens, vestidos de calças beges e camisas aos quadrados com fundo branco, e com últimos nomes de outros médicos. [Célia, 33 anos]

Posturas mais reivindicativas como as da Laura ou da Diana ou o envolvimento partidário e sindical de Sara e Ricardo são motivo de desconfiança e hostilidade por parte das entidades patronais, pouco habituadas a ser questionadas nas suas regras e decisões. As primeiras relatam situação de bullying e assédio moral por terem reclamado direitos laborais. Os dois sindicalizados sofrem também represálias, mais ou menos subtis, num ambiente onde paira sempre a ameaça de despedimento.

O meu envolvimento partidário gera por vezes alguma desconfiança por parte da entidade patronal, não tanto por parte dos meus colegas. Os conflitos da empresa com as pessoas mais envolvidas politicamente são quase diários e existe sem dúvida um medo generalizado de perda de posto de trabalho. [Sara, 27 anos]

Nesse período [em que organizava um protesto contra a alteração de horários], o Diretor de Operações Sénior evitava o contacto comigo a todo o custo, chegando ao cúmulo de cumprimentar uma pessoa com quem eu estava falar e ignorar-me. (...) Vim a saber que, após esse processo ele sondou sobre a extensão da influência da minha atividade política e sindical junto dos colegas. [Ricardo, 39 anos]

O trabalho de consciencialização dos/as colegas de equipa, no sentido de os politizar, envolver e organizar em torno de posições e lutas comuns, foi também frisado por alguns deles, ainda que de formas diferentes, na medida em que uns têm a

cobertura e apoio do partido ou sindicato e outras fazem-no de uma forma mais espontânea e, por isso, mais arriscada.

Como sempre sindicalista, falava aos meus colegas das injustiças, queria que lutássemos por melhores condições e salário, um elemento a eliminar portanto. [Laura, 34 anos]

Parte da minha experiência laboral tem sido também a tentar organizar trabalhadores e a tentar arranjar espaço e voz para as preocupações dos meus colegas. Acho que sentimos as mesmas dificuldades e isso faz com que seja fácil chegar das palavras e das conversas de café à ação (...) há mais colegas a pedir conselhos e dispostos a ouvir-me. [Sara, 27 anos]

Tenho um bom núcleo de amigos no trabalho e um bom entendimento com os restantes colegas, tendo convencido alguns a se sindicalizarem e a lutar ativamente pelos seus direitos. A minha experiência na empresa e a minha postura face aos direitos laborais, têm-me valido o reconhecimento dos colegas como profissional e ativista laboral. [Ricardo, 39 anos]

Apesar da boa “recepção” por parte dos colegas e de um certo sentido de solidariedade, há também relatos de tentativas de boicote por parte de alguns, como conta Ricardo, num período em que era muito jovem e ainda não se tinha sindicalizado.

Num dos restaurantes de shopping onde trabalhei no final dos anos 90, tinha uma colega que deixava ao lixo os panfletos do sindicato que periodicamente nos deixavam. Após a descoberta, eu e mais dois colegas fomos resgatá-los e assistíamos à sua fúria por descobrir que tinham aparecido uns novos. Ela andou uns tempos valentes em busca dos fantasmas comunistas que traziam os panfletos, o que nos dava mais alento para promover a ação do “nosso” sindicato. [Ricardo, 39 anos]

c) Lazer, sociabilidades e envolvimento cívico e político

Apesar de alguns terem sido socializados na religião católica, sendo baptizados e /ou tendo frequentado a catequese na infância (Sara, Daniel, Laura e Luís), terem estudado ou vivido em colégios católicos (Sofia e Diana) ou terem estado próximos de outras religiões (Célia e Diana), nenhum/a dos oito registou qualquer prática ou mesmo crença religiosa. Também nenhum/a casou, nem pela igreja, nem pelo civil, apesar de manterem relações duradouras e de viverem em co-habitação.

Nos seus percursos, por diversas vezes, estes/as jovens tiveram necessidade de refazer a sua vida noutros lugares e com outras pessoas, construindo novas sociabilidades. Uns porque estudaram longe da família de origem, outros porque emigraram em busca de melhores oportunidades de trabalho, outros porque quiseram conhecer realidades diferentes. Dos oito, só uma nasceu e cresceu na cidade do Porto. A habitação é, pois, uma preocupação recorrente. Se na geração dos seus pais, comprar casa era uma hipótese viável, hoje poucos têm condições para o fazer: ou porque mudam de cidade frequentemente ou porque não reúnem requisitos que lhes permitam aceder a um crédito bancário, nomeadamente, um contrato laboral minimamente estável. Para Sara, a vontade de se emancipar e conseguir sair do lar familiar foi aliás um dos motivos pelo quais aceitou trabalhar num call-center depois de terminar o mestrado. Mas “devido ao salário baixo e à especulação imobiliária, é praticamente impossível aspirar a uma habitação própria ou à independência total”. No seu entender, um “salário razoável para conseguir alugar uma casa e conseguir viver normalmente seria por volta dos 1000 euros”, valor muito distante dos cerca de 630 euros que recebe por 8 horas de trabalho. Assim, vai intercalando os dias entre a casa da namorada e dos pais, contribuindo para as despesas nos dois casos.

Célia vive atualmente com o companheiro, mas durante o tempo em que esteve nos EUA viveu sozinha num quarto de uma residência de estudantes, fase que recorda com alguma nostalgia: “tenho um certo carinho pela solidão desse período, com

paralelos às descrições do *Steppenwolf*⁹. Também Laura “gosta de morar sozinha, sempre gostei”. Vive já há alguns anos com o namorado, depois de ter partilhado inúmeras casas com amigos ou conhecidos/as – “felizmente” não mais do que duas pessoas ao mesmo tempo – mas “ainda hoje, já “casada”, dou por mim a suspirar por uma casa onde só eu mande”.

Luís, Daniel e Diana também já viveram com companheiros/as mas as rupturas obrigaram a reformulações. O primeiro teve uma relação romântica com quem morou durante dois ou três anos, “não correu bem, e, nesse momento, também não tinha muitos rendimentos: acabei por ter de regressar a casa dos meus pais”. Já dividiu casa com “muita gente, de origens, profissões e idades muito variadas” Agora vive com a irmã e uma amiga dela, mantendo-se por lá porque a renda é barata. Diana viveu seis anos com o namorado em três casas diferentes. Desde que se separaram, voltou para a casa comprada pela mãe e cujo crédito está em seu nome, sentindo “mais aperto financeiro” por ter passado a “suportar as despesas sozinha”. Ainda assim, considera que tem “sorte”, “por estar a ser paga ao banco, [a casa] não tem um custo muito elevado e não sinto a pressão da instabilidade na habitação”. Já Daniel, em criança, dormia na sala de estar da casa dos avós e a adolescência e início da juventude foi passada em residências sem qualquer privacidade. Só aos 28 anos teve um quarto só para si, numa casa partilhada com amigos. Depois disso, habitou em Portimão com uma namorada e, quando se separaram, voltou a viver com pessoas diferentes. Em 2017, mudou-se para o Porto com uma outra companheira e, agora que está novamente só, decidiu experimentar “pela primeira vez”, “viver como único humano da casa”, apenas com a sua “gata Babi”.

Ricardo vive com os dois filhos e a companheira, mas se não fosse o apoio financeiro do “sogro” não teriam forma de suportar as obrigações: “A casa é arrendada e está em nome do pai dela, que também nos paga as contas de água e eletricidade e nos ajuda com algumas despesas inesperadas”.

Sofia vive com o filho. Sendo monoparental e morando longe dos pais, está numa situação ainda mais vulnerável. Apesar do plano inicial ter sido viver no Porto, mudou-se para Gaia, onde alugou um T2 “por um preço excelente, a um senhorio com um bom coração, coisa rara nestes dias”. Porém, antes da quarentena, recebeu o aviso de que a casa estaria para venda, sendo uma questão de tempo uma nova mudança.

As sucessivas reconfigurações nas formas de co-habitação e as mudanças de cidade em cidade têm também impacto nas relações de amizade. Para Luís, por exemplo, as frequentes “trocas de residência” implicaram que por diversas vezes tivesse necessidade de “reconstituir” os seus “círculos afetivos”. Apesar disso, sente-se “relativamente integrado” no Porto, fez amizades que preza muito e outras com quem, não tendo “uma relação tão próxima”, “passa um bom par de horas à conversa”. O contacto com os amigos de outras paragens ainda se mantém:

Sempre que passo em Oliveira de Azeméis, onde fiz os meus primeiros amigos e passei a adolescência, continua a haver um grupo de seis ou sete pessoas com quem faço questão de continuar a conviver. (...) Alguns amigos, que neste momento estão noutros países, fazem-me, admito, muita falta. Contactamos com a frequência e intensidade possível, dadas as distâncias físicas, sobretudo através de meios digitais, mas, num ou noutro caso, muito menos do que gostaríamos. [Luís, 35 anos]

Os tempos de lazer enunciados são, frequentemente, associados ao convívio com amigos e amigas, com quem partilham atividades sociais e culturais: conversar em esplanadas, jantares de grupo, sair à noite a bares e discotecas, ir a concertos, cinema ou exposições, passear ou ir à praia. A questão monetária coloca-se por diversas vezes, condicionando as suas escolhas e, por vezes, impedindo-os de fazerem o que lhes dá prazer. Insistem contudo em arranjar alternativas económicas.

Gostava de poder comprar mais livros, ir ao cinema, a concertos, ou ao teatro com mais frequência, e normalmente sou forçado a abdicar destas actividades

9 Referência à personagem principal do “Lobo das Estepes” (Hermann Hesse).

ou investimentos por motivos orçamentais. [Luís, 35 anos]

Também gosto muito de sair para dançar, a baixo custo, claro. Felizmente há nesta cidade imensos locais com entrada a preço reduzido, ajustados às nossas carteiras precárias. Disso não me posso queixar. [Sofia, 36 anos]

Há também quem preencha os seus tempos com leitura, bricolage e outro tipo de trabalhos manuais. Ricardo e Sofia têm mais restrições pelo facto de serem pais. Para ele, o “núcleo de amigos é contabilizável com uma mão e juntamos sempre que possível para partilhar histórias e desabafos” ou para “um jantar ou saída noturna ocasional (quando os avós têm disponibilidade para ficar com as crianças). Gosta de passar os “tempos livres em família entre jogos de tabuleiro e filmes”. Sofia aproveita os fins-de-semana em que o filho vai para o pai para “passear na agitada noite da cidade do Porto e conversar com todo o tipo de pessoas, de todos os estilos, estratos sociais, idades e nacionalidades. Adoro uma boa conversa e alargar os meus horizontes”.

Para Sara, o tempo de lazer é ocupado com a agenda política e ativista. É dirigente nacional e faz parte da direção distrital do seu partido, é deputada municipal e faz ainda parte da comissão organizadora da Marcha LGBT e de outros movimentos. Com 8 horas de trabalho por dia, é-lhe difícil “conciliar todas as atividades”. Não é por isso de estranhar que o seu grupo de amigos seja composto sobretudo por pessoas que conheceu “no meio do ativismo ou no partido”, ainda que mantenha algumas relações resultantes da faculdade ou do trabalho. Apesar do tempo que lhe rouba, Sara mostra-se realizada com o que faz:

Gosto principalmente do ambiente de debate que se gera no contexto político e da possibilidade de ajudar à transformação, ainda que mínima da sociedade. Pode ser por vezes um pouco frustrante e consumidor de tempo e energia, principalmente no que à mediação de conflitos diz respeito. [Sara, 27 anos]

Ricardo não consegue “elencar todas as manifestações e protestos” em que participou. Para além do sindicato e do partido a que pertence, já fez parte de inúmeras organizações: MayDay, FERVE – Fartos/as d’Estes Recibos Verdes, Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens, entre outras. Conta que só despertou realmente para o ativismo político e laboral aos 26 anos “apesar de me ter filiado no Bloco de Esquerda aos 21 e de, desde cedo, ouvir os meus pais discutir com o televisor sempre que o Cavaco Silva ou o Mário Soares apareciam no ecrã”.

Não se tratando de uma amostra representativa da Geração à Rasca, nos depoimentos deste livro foi possível observar uma certo afastamento ou mesmo desconfiança relativamente a aparelhos partidários e sindicais, com exceção da Sara e do Ricardo. Não se mostram, porém, apáticos ou desinteressados/as por temas políticos e sociais, evidenciando, sim, um sentido bastante crítico no que concerne às questões laborais e também a dimensões mais amplas como a desigualdade social, direitos civis ou o capitalismo neoliberal. Diana e Laura revelam até disposições militantes que, em parte, terão origem na socialização familiar. Apesar de ter poucas memórias dele, o pai de Diana fazia parte do Partido Comunista Português. Tendo crescido numa família com poucos recursos económicos e tendo tido, ao longo do seu percurso profissional, várias situações de tensão e conflito, quer com patrões, quer com colegas, Diana aprendeu a reivindicar os seus direitos e foi-se definindo-me como uma pessoa de esquerda.

Politicamente posiciono-me à esquerda, sendo que me preocupam bastante as questões da valorização do trabalho e da chamada “luta de classes”. Também me inquieto com a desigualdade e discriminação quanto ao género, raça, orientação sexual ou religiosa. [Diana, 38 anos]

Laura, por seu lado, conta que desde muito nova era avessa à competitividade e vista como provocadora e do “contra”, personalidade essa que terá levado a que não fosse muito “querida” pelos professores/as e a causar vários “dissabores” em casa. Por ter sido uma “adolescente terrível” e “mal-educada”,

o seu impulso contestatário acabaria por ser descredibilizado pela sua família “profundamente de esquerda”.

Muitas das minhas fortes posições perante a vida, fossem ideológicas, políticas, sociais, sempre foram tidas como se fosse uma forma de eu “chamar a atenção” ou “desestabilizar” (...) ainda hoje a minha inscrição aos 16 anos no PCP é vista como um acto de rebeldia para chocar, em vez de apenas um interesse por política, que acho sempre saudável que os jovens tenham, se virados para o lado certo, claro. [Laura, 34 anos]

Apesar do seu período no PCP ter sido curto e não fazer parte de nenhum organismo, a sua atitude reivindicativa foi transferida para o contexto laboral: foi despedida cinco vezes e teve inúmeros episódios de embate, discórdia e negociação. Só em Maio deste ano – em plena crise do covid 19 – optou por aderir a um sindicato. As suas descrições sobre as más condições de trabalho e sobre a relação desigual entre patrões e empregados/as – muitas vezes contadas em tom irónico – mostram um agudo sentido de dignidade e de justiça. Ímpeto esse que é resfriado pelo temor de retaliações ou do desemprego.

Tremo de pensar que alguém possa ler este documento e descobrir que sou eu e ficar sem trabalho. Enquanto isso quero gritar aos quatro ventos todos os nomes de todos os locais que ao longo destes 13 ou 14 anos me destratarem enquanto trabalhadora e enquanto ser humano, e que omito por medo de represálias. [Laura, 34 anos]

Em todo o relato de Célia são visíveis críticas profundas às desigualdades educativas, sociais e de género, bem como às hierarquias existentes no mundo académico e do trabalho. Ao longo do seu percurso, essa consciência nem sempre se parece ter concretizado em confrontos diretos, mantendo uma atitude observadora e optando por seguir os seus objetivos de forma perseverante. Só nos EUA diz ter sentido algum interesse por política, país onde “os temas se desenvolvem mais a fundo”. “Em Portugal desliguei do que se passa na política

e normalmente 2-3 dias antes das eleições vou ler o que é proposto. Aborreço-me a falta de discussão de ideias na política portuguesa”. Apesar de tudo, é interventiva noutros espaços, fez parte de várias associações e organizou sessões de debate na faculdade. Diz que prefere integrar projetos em que acredita e onde pode “diretamente contribuir para o que se passa”.

Para os restantes, o envolvimento político parece dar-se num plano mais utópico e etéreo e não tanto em atitudes concretas. Daniel – que em adolescente chegara a ser eleito representante da residência graças à sua “tendência para barafustar” com a diretora – considera que a sua personalidade solitária e a necessidade de liberdade de pensamento e opinião é incompatível com a adoção de uma ideologia ou de um partido, sentindo “dificuldade em representar ou sentir-me representado por grandes aglomerados de gente”.

Embora politicamente me incline mais para a esquerda, não consigo defender uma ideologia ou um partido e prefiro denominar-me – se tal for necessário – de livre-pensador. Sei que a associação a um esquema partidário pressupõe a condição de ultrapassar algumas divergências de opinião, mas não consigo encontrar um pólo aglutinador que me faça vestir a sua camisola ou agitar a sua bandeira. Bato-me pelas questões uma a uma, não por ideologia mas por consideração interna. É assim que escolho as manifestações em que participo, o sentido de voto de cada eleição ou referendo, as petições que assino, etc. [Daniel, 36 anos]

Ao mesmo tempo reconhece que o seu não envolvimento possa ser uma forma de “preguiça” e que a “idade adulta” lhe trouxe uma “maior vontade de cooperação e de adaptação”: “Deixei de querer mudar o mundo depois da adolescência, passei por anos de descrédito na mudança, e agora penso que só se pode mudar aquilo que está próximo a nós”.

Se fosse obrigado a escolher uma ideologia, talvez optasse pela anarquia utópica, com forte valorização da educação e da cultura, porque defendo um mundo sem fronteiras, sem armas nem forças de segurança,

em que, como dizia Agostinho da Silva, cada um nasce para ser “poeta”, ou seja, para executar o ofício para o qual tem mais aptidão. Claro que não sou ingénuo o suficiente para achar que vou ver isso em vida (...) mas se é para acreditar em algo intangível (...) mais vale que se aponte para cima, o mais alto possível. [Daniel, 36 anos]

De forma semelhante, Luís afirma ser tendencialmente individualista, não se sentido representado por partido nenhum, ainda que se posicione entre a “social democracia” (de esquerda) e um “regime mais libertário”. Tenta “não ser passivo como cidadão”, faz questão de cumprir os seus direitos de voto e juntar-se a manifestações quando concorda com o que está a ser defendido. Contudo, faz tudo isso “com algum pessimismo”, duvidando que “um mundo de que me orgulhasse mesmo de fazer parte seja coisa para existir nos meus dias”.

Gostava de viver num mundo muito diferente deste: mais justo, mais afetivo, menos competitivo e mais colaborativo (...) acredito que todo e qualquer ser humano deve ter sempre garantido o acesso a água, educação, alimentação, saúde e habitação e que, enquanto isso não acontecer, uma sociedade não pode ser considerada decente. [Luís, 35 anos]

Acredita que as mudanças “não acontecem necessariamente em grandes momentos de massa” mas em conversas, discussões e práticas artísticas. E por isso equaciona fazer parte de uma ou outra associação com a qual se identifica e onde se sente mais confortável para intervir civicamente. Apesar de ter sido socializado, pela sua família de origem, num “discurso meritocrático” e “numa crença muito forte no valor do trabalho”, considera que as atividades em que se insere – como, por exemplo, a sua participação numa editora discográfica e literária ou nas sessões de poesia à segunda-feira – não sendo remuneradas, são bastante “mais úteis para a(s) comunidade(s) em que se insere” do que muito dos trabalhos que foi tendo ao longo da vida. Também a escrita – que poucas vezes resulta num retorno económico – serve-lhe de “contraponto, uma crítica, um ataque

ou uma defesa de elementos do que me rodeia, ou como reconfiguração do que compõe o real”.

Sofia reconhece o seu privilégio – enquanto filha única de pais de classe média qualificada – mas a sua condição permanentemente precária fá-la desenvolver uma consciência de classe em que os “ricos” são um alvo a abater. Acredita que a “sucessão de crises” esbaterá as “diferenças sociais” e permitirá uma “verdadeira igualdade de oportunidades: “somos todos precários”, “os filhos dos que tinham algo e os filhos dos que não tinham nada”:

A seguir, comemos os ricos, e finalmente existirá uma sociedade justa. Se for assim, então terá valido a pena. Nascer na classe média e ter tido acesso a uma carreira de sucesso teria sido injusto para quem nasceu numa classe baixa. Então os anos 80 vieram e disseram: agora é tudo igual. Menos para os ricos, claro. Mas esses vão virar churrasco, de uma forma ou de outra. Porque quando uma camada é afetada, todas as outras o são, basta olhar para um livro de História, para saber o que irá acontecer. [Sofia, 36 anos]

d) Representações sobre crise(s), juventude e precariedade

Entre 2008 e 2012 foi o período em que estes oito jovens se encontravam na faculdade ou à procura do primeiro emprego. Nessa altura, algumas das famílias estavam a passar por dificuldades financeiras e o desemprego era a saída mais expetável, de maneira que a solução encontrada por quatro deles/as foi emigrar, acompanhando a vaga de emigração que se deu em Portugal e cujos números apontam para um aumento de 155%¹⁰ nesse período.

Célia emigrou em 2010, numa situação mais privilegiada do que os outros, pois partiu para fazer o doutoramento em Nova York. “Ter uma bolsa da FCT permitia-me ajudar a família com algumas contas. Sei que a minha aldeia esvaziou de pessoas jovens que foram para outras paragens procurar emprego.” Os quatro anos em que estive nos EUA

¹⁰ Relatório da Comissão Europeia “Emprego e Situação Social”, 2014.

foram, para ela, de “enorme crescimento”, não só profissional e académico, mas também pessoal, pois, sentira lá o que nunca tinha sentido: valorização e respeito para com as suas origens socioeconómicas e um ambiente de trabalho “em que se usam apenas os primeiros nomes, e só se usam os títulos académicos com os inspetores de segurança”. Neste momento, equaciona voltar a fazê-lo, assim que terminar o seu contrato como médica interna. Só assim, considera ela, poderá prosseguir o sonho de aliar a medicina à investigação:

Vários idealistas mais persistentes desse círculo de jovens cientistas acabaram por sair do país, motivados pela oportunidade de fazer investigação integrada no seu horário de trabalho e pela existência de massa crítica para se desenvolverem na sua área. Daqui a 1,5 anos tenho de perceber que oportunidades existem, enquanto vou pensando que línguas devo ir treinando. [Célia, 33 anos]

Daniel decidiu-se a emigrar em 2009, no final da licenciatura que não chegou a terminar. Não podendo estar dependente da família de origem com poucos recursos, enviou “currículos para todos os cantos do mundo – para ser agricultor na Islândia, para ser intérprete na Índia, para ajudar pessoas com deficiências motoras em Macau, e para ser tradutor em dezenas de outros países”. Acabou por ser chamado para Dublin para fazer tradução de videojogos. Ficou lá dois anos, mas a vontade de retomar as bandas que havia deixado em Portugal haviam de ditar o seu regresso.

A minha banda, Uaninauei, estava a tocar na queima das fitas de Évora no dia em que me decidi que a música tinha de ter o papel principal da minha vida. Adorei a Irlanda, mas não podia abdicar daquilo de que mais gostava sem tentar, ainda por cima tão novo. [Daniel, 36 anos]

Também Sofia emigrou em 2008 para França quando terminou a faculdade, quando se viu na situação de desemprego e sem qualquer tipo de expectativas profissionais: “Esta situação levou-me ao limiar de uma depressão e a única solução seria o trabalho sazonal agrícola num país estrangeiro,

como trabalhadora não qualificada”. Apesar de ter sido uma experiência positiva – recebia um ordenado justo que lhe permitia poupar algum, algo que nunca teve em Portugal – o regresso ao país fez-se mais cedo do que o previsto, devido a uma gravidez não programada.

Laura emigrou duas vezes: a primeira, em 2009, desmotivada com os constantes empregos precários, as péssimas condições laborais e a ausência de perspectivas de futuro.

Fui passar um mês ao Brasil, para ver no que dava, acabei por ficar um ano e meio, sempre com trabalhos incertos por falta de visto de trabalho, mas foi divertido. Voltei para Portugal quando a situação lá se tornou insuportável, tinha perdido o seguro de saúde, tinha medo de ser apanhada, tinha de pedir ajuda aos meus pais frequentemente porque o dinheiro nem sempre era certo. [Laura, 34 anos]

No regresso, confrontou-se com um “país em crise profunda”, “amigos emigrados, amigos desempregados”. Enviou currículos para todo o lado e engatou novamente numa sucessão de trabalhos precários, o último dos quais a embrulhar presentes no Continente, onde acabou por ser despedida por haver demasiados voluntários da Cruz Vermelha a fazer a mesma tarefa que ela. “Lembro de chorar bastante por ver a minha vida outra vez assim, sem rumo”. Decidiu, pois, voltar a emigrar, desta vez como hospedeira de bordo na Ryanair. Os confrontos com a entidade patronal, as difíceis condições de trabalho e a vontade de estar perto da família fá-la-iam regressar dois anos depois: “pela segunda vez deixei uma casa montada para trás e voltei. Arranjei sempre trabalho muito facilmente depois disso, todos mal pagos, praticamente todos precários, mas nunca fiquei mais de uma semana sem trabalhar”.

Entre os que não emigraram, Diana diz não ter sentido tanta a crise nessa altura, porque vivia com o namorado e ambos tinham trabalho. Para Ricardo, as consequências da crise vieram ligeiramente mais tarde, começou a trabalhar num contact center em 2008 e em 2014 foi “dispensado” para “não passar a efetivo”, foi o seu período de desemprego mais longo, cerca de um ano e meio.

Sara ingressou na universidade, em 2012, os pais geriam os rendimentos com dificuldade para “conseguirem comportar” as suas propinas e as do irmão, a estudar na Alemanha. “Como muitas famílias, acresce a isto o pagamento de vários empréstimos feitos entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000, que dificultou em muito as contas ao final do mês”. Nessa altura, conta que “políticas de austeridade eram discutidas diariamente”, sendo que “as propinas e a dificuldade em pagar as mesmas eram o tópico mais debatido”. Olhando para o seu percurso na faculdade, Sara afirma que o movimento estudantil foi enfraquecendo, em grande parte, devido ao “clima de estabilidade”.

Acho que hoje em dia as ideias e a preocupação não são as mesmas, dado que o clima de estabilidade fez com que a luta dos estudantes, infelizmente, esmorecesse um pouco (...) Algumas posições que tomei e que algumas pessoas tomaram no último ano em que estive na associação de estudantes eram vistas como radicais e polémicas, coisa que não acontecia nos primeiros anos em que estudei. [Sara, 27 anos]

No entender de Luís, a crise está associada a todo o seu percurso educativo e profissional, como uma sombra permanente, “uma espécie de espectro ou bicho papão a pairar ao nosso lado sem que ninguém o conseguisse ver, sempre esteve presente”.

Tanto na minha cabeça, como na dos meus colegas de curso, e ainda no discurso que nos rodeava e nas conversas que íamos mantendo, lá surgia a palavrinha, a ideia, a sombrinha a abater-se sobre o futuro: crise. (...) E, mesmo depois de a palavra crise ter passado a estar menos presente no nosso quotidiano, creio que a situação não se alterou assim tanto. Diria antes que nos habituámos a ela, como se de uma fatalidade se tratasse. [Luís, 35]

De facto, desde que terminou a licenciatura – há mais de dez anos – a sua vida não se alterou substancialmente. Mantém-se em casas partilhadas e “volta e meia” regressa a casa dos pais; continua a intercalar períodos de inatividade com trabalhos precários e não consegue fazer planos a curto ou médio prazo. Diana também vê o “aligeiramento”

dessa crise como “apenas superficial”: “com ordenados sempre a rondar os 750€ e o custo de vida a aumentar” as despesas quotidianas continuam a ser difíceis de suportar. Como o rendimento mensal atual é pouco adequado aos seus gastos mensais, vai acumulando trabalho informal (transcrições, por exemplo), tentando manter um estilo de vida que implique pouco dinheiro. Pratica freeganismo, compra livros e roupa em segunda mão e opta pelo comércio local. Fá-lo não só porque acredita numa sociedade menos consumista, mas também porque não tem outra alternativa.

Evito a todo o custo consumir em grandes superfícies e produtos de marcas multinacionais. Quando vejo algum objecto ou vestuário em bom estado, pousado perto de contentores, aproveito. Com relação à alimentação tenho optado por comprar cada vez menos quantidade de forma a evitar desperdício. Ando bastante a pé, e quando não é possível opto por usar transportes públicos apesar de ter carro próprio. [Diana, 38 anos]

Na altura em que foram escritos estes depoimentos vivia-se, em Portugal, como em várias partes do globo, um período absolutamente inusitado das nossas vidas, separados/as uns dos outros, confinados às nossas casas, receosos do tempo presente mas também da crise que se adivinha no futuro. Aqueles/as que haviam conseguido montar algumas estruturas, ainda que frágeis, nas suas vidas pessoais e profissionais, veem-nas agora em risco de desabar.

Célia estava de passagem nos EUA quando a crise estalou, sentia-se “um ambiente estranho de preparação para o fim do mundo, sem ainda estarmos a perceber quão mau seria”. Quando chegou a Portugal, fez 14 dias de isolamento, trabalhando em casa em relatórios e protocolos. Depois disso, tem estado sempre no hospital, a tentar “lidar com o caos da reorganização de todo o sistema de saúde”. “Os próximos meses não vão ser fáceis”, ditou. Sara está em teletrabalho, gerindo com alguma dificuldade “a barreira entre o direito ao descanso e as horas do expediente”, assim como Ricardo, com a agravante de ter duas crianças pequenas em telescola. Laura tem estado em casa, mas foi “escalada para presenças no escritório”

apesar do seu “acordo” com as estruturas com que colabora tenha sempre pressuposto “trabalho não presencial”. A expectativa de ter um contrato a tempo inteiro – prometido meses antes – começa a soar irrealista. Ao mesmo tempo, tem insistido para que paguem o que é devido aos prestadores de serviço (técnicos e artistas), algo que até hoje não aconteceu.

Mesmo com o decreto, mesmo com a insistência. Já vi ao longo destes meses várias interpretações de decretos, deve ser um passatempo dos tempos apocalípticos interpretar decretos, não tinha conhecimento deste lirismo dentro da lei, mas estamos sempre a aprender. Enquanto isso a frase “lealdade institucional” pairou sobre nós, um trabalhador tinha tido a ousadia de fazer não sei o que nas redes sociais que desagradou à administração. [Laura, 34 anos]

Diana viu-se em lay-off com cortes e valores em atraso, “o meu patrão não pagou a parte que era da responsabilidade dele”. Ainda que ele tenha dito que vai pagar, a ansiedade em relação às contas do mês e em relação ao futuro tem tomado conta dela. Está com os horários “completamente trocados” e tem tido “sonhos agitados”. Receia também “as dificuldades financeiras da empresa” para a qual trabalha, pois vê o turismo como uma das áreas mais afetadas. Se o hostel falir não tem tempo suficiente de descontos para ter direito ao subsídio de desemprego. Já o centro de estudos onde Sofia é explicadora fechou sem prazo para reabrir. Estando a recibos verdes, “não há trabalho para ninguém”. Mesmo sendo monoparental, os apoios que tem recebido do Estado são “irrisórios”:

Às vezes pergunto-me se não valerá a pena correr o risco de contaminação em nome da sobrevivência. Não fosse a ajuda dos meus pais, não teria outra opção. Uma morte possível por uma epidemia com baixo índice de mortalidade ou uma morte certa por fome? [Sofia, 36 anos]

A forma que os pais encontraram de a apoiar foi pedirem-lhe “que escrevesse alguns capítulos em troca de fonte de subsistência” para um livro que

vão publicar. Enquanto isso, engana a solidão com “conversas de horas e horas em vídeo e voz”.

Daniel viu todos os concertos e festivais serem-lhe cancelados naquela que era a “melhor altura” da sua carreira profissional”. O covid 19 “veio atrasar este processo e o estado em que vou sair quando as coisas voltarem ao normal é ainda uma incógnita”. Apesar de tudo, tem estado bastante “ativo criativamente” e tem tentado “ajudar outros na mesma situação através da criação de um festival online à base de donativos”.

Como forma de me sustentar, tenho-me candidato aos apoios que estão disponíveis, e tenho apelado à sociedade civil que intervenha, com bastante sucesso. Perdida a vergonha de pedir ajuda, tenho vendido mais discos que nunca, e as actividades online que tenho feito vêm gerando rendimentos que têm ajudado de sobremaneira. À falta de um digno apoio estatal, a solidariedade de amigos e fãs tem sido um balão de oxigénio tanto económico como mental. [Daniel, 36 anos]

Luís está com o valor mínimo do subsídio de desemprego e conta que este seja prorrogado por alguns meses. Para além da falta que sente das conversas com os amigos e de “sair para beber um copo” ou assistir a um espectáculo, viu alguns dos seus projetos adiados ou cancelados: a publicação de três livros seus e um projeto remunerado que implicaria a realização de entrevistas presenciais. A procura de um novo emprego também terá de esperar. As expectativas em relação ao futuro não são favoráveis:

Pelo que percebo através do discurso político e mediático, vem aí outra crise (não percebi se a outra já tinha acabado... se assim foi, não dei por ela) e vai cair em cima dos mesmos sobre os quais caiu antes. Isso preocupa-me (...) gostava de, um dia, começar a poder pensar no que vou fazer com o meu dinheiro sem que o limite desse exercício seja o fim do mês corrente e o início do que se lhe segue. E também gostava de saber que as pessoas à minha volta têm condições de vida dignas. [Luís, 35 anos]

Entre os “mesmos” sobre os quais cairá novamente a crise, estão certamente os jovens (e os) precários/as. Sobre o conceito de “juventude”, Sara – a mais dos nova dos oito – afirma que para ela não existe uma marca linear, mas que deixar de o ser implicaria uma “certa independência e estabilidade que se tornou demasiado inatingível mesmo para quem passa a barreira dos trinta anos”. Diana acha que é jovem porque tem “vontade e energia para fazer coisas e aprender muitas outras”, mas já se sente com demasiada experiência laboral para estar na situação em que está. Laura também se afirma jovem, mas apercebe-se que, há medida que os anos vão passando, “a tolerância em relação à exploração laboral, injustiças e aproveitamento generalizado é cada vez menor”. Luís considera-se adulto mas admite que há traços na sua personalidade normalmente associados à faixa etária juvenil: evitar a todo o custo assumir responsabilidades (créditos bancários, filhos ou liderança de equipas); apreciar a liberdade e ter, sempre que possível, “várias possibilidades em aberto”; e acreditar que é um ser mutável com muito ainda para aprender. Já para Ricardo – a quem já apelidaram de “eterno jovem” – a palavra juventude está associada à precariedade: “julgo que a incerteza do vínculo profissional e a transposição dessa incerteza para as restantes vertentes da vida é o que nos faz “desligar” desse efeito da passagem do tempo”.

Juventude, seria assim, nos seus discursos, um período de tempo marcado pela instabilidade e flexibilidade, pela abertura ao novo e por alguma frivolidade e leveza em relação aos compromissos. Características que poderíamos associar à vivência da precariedade laboral e que fomos observando nos inúmeros episódios deste livro: desde a ausência de contratos e consequente falta de direitos sociais até ao exercício da polivalência e da pluriatividade que forçam a malabarismos constantes; passando pela impossibilidade de fazer poupanças, construir uma carreira ou prever o futuro. Para Sofia, “ser ou não precário não é uma questão”, porque “nunca houve propriamente opção”. Comparando com a geração imediatamente anterior (nascidos nos anos 70) salienta que “nenhum deles teve qualquer

dificuldade em percorrer uma carreira profissional. Bastava estudar arduamente e as oportunidades não faltavam”. “Porque é que os nascidos antes dos anos 80 conseguem fazer carreiras e nós não?” Apesar de estar numa situação relativamente estável neste momento, Célia diz “assustar-se” com a “normalização” da precariedade: “poderei estar em situação precária em pouco tempo, mas isso vai espelhar toda a experiência da minha geração e serei apenas mais uma”.

Num contexto como o que hoje vivemos ser precário e precária é mais um somatório a toda a panóplia de medos decorrente da pandemia. O futuro é para eles/as indecifrável, um esboço mal amanhado que poderá ou não ser concretizado e que, em larga medida, não está nas suas mãos. Sara olha para o que vem aí “sem muitas aspirações” e algum desalento por tão cedo não poder reunir condições para sair de casa dos pais. Sofia vive “um dia de cada vez” evitando iludir-se com boas novas (como conseguir uma bolsa de doutoramento). Célia vê na emigração uma possível saída para conseguir realizar o que deseja. Ricardo teme que esta crise lhe traga de novo o desemprego, bem pior quando se está “perto dos 40 anos” sem uma “formação especializada”. Luís diz pensar pouco no futuro a longo prazo, gostaria de um dia viver sozinho, mas como lhe parece pouco plausível, tenta “não perder muito tempo a pensar no assunto”. Laura pede apenas tempo: tempo para si, para os seus, para o lazer. Também espera “uma maior consciência social por parte dos patronatos, mas isso é tão certo como esperar que se plantem alfaces em marte”. Diana, ao mesmo tempo que mostra medo de ficar novamente sem emprego, acredita que esta crise pode contribuir para a redução do consumismo a favor da simplicidade e do humanismo e também para uma sociedade onde se dá “mais valor à efetiva força de trabalho” e “menos à força dos quadros de gestão que muitas das vezes não passam de nomes”. Para Daniel, “o futuro é mais confuso do que sempre foi”. Ao mesmo tempo, a experiência do covid 19 libertou-o de receios e preparou-o para os “piores cenários”. Reconhece a “dúvida constante como condição inescapável”.

Vendem-nos a ideia de que tudo será mais claro quando formos adultos, mas isso é obviamente falso. O conforto está, porventura, na aceitação da instabilidade e em aprendermos lidar com ela como condição auto-imune. Não se trata de abraçar a frustração, mas sim encarar tudo como um grande emaranhado sem nexos em que tentamos encontrar um trilho, de sorriso na boca e braço dado com o ridículo. [Daniel, 36 anos]

JUVENTUDE, PRECARIIDADE E AÇÃO COLETIVA: NOVOS POSSÍVEIS?

A velha ideia de juventude associada a uma etapa de transição e a um percurso linear há muito que deixou de fazer sentido, contrapondo-se uma vivência líquida (Bauman, 2001) em que tudo é provisório: o emprego, a casa, os relacionamentos. Os projetos constroem-se e esfumam-se de um momento para o outro, sem aviso prévio, como uma construção de cartas que se desfaz apenas com um toque. Tal como José Machado Pais havia analisado a partir da metáfora da Geração ló-ló (2003), pudemos constatar nestas histórias biográficas constantes reviravoltas: encontra-se um trabalho para, logo de seguida, perdê-lo; escolhe-se uma profissão para mais tarde seguir por outra; terminam-se os estudos e volta-se a eles na esperança de encontrar uma saída; sai-se do ninho familiar para, nos momentos de aperto, voltar à casa de partida. Os trajetos refletem, pois, os avanços e recuos, as bifurcações e resoluções, os picos de atividade e os períodos de estagnação, os buracos negros e os saltos quânticos. “Intervalando inserções provisórias com desinserções periódicas” não há realidade que se encaixe no conceito tradicional de trabalho estável e os percursos laborais dos jovens são marcados pela “turbulência, flexibilidade, impermanência” (Pais, 2003: 12-17).

Se podemos falar de uma tendência para a mobilidade social ascendente – do ponto de vista escolar e académico – o mesmo não se pode dizer relativamente à mobilidade económica. Todos aqueles com origem em classes médias intelectualizadas, aqui retratados, estão numa situação financeira bem pior do que a dos seus pais e mães: um desempregado, outra acumulando um part-time com trabalho independente, outra sem conhecer outra realidade que não a dos recibos verdes. Nestes depoimentos, ainda que seja clara a desigualdade social de partida – quer porque residiam em pequenas localidades sem oferta escolar adequada; quer por nascerem no seio de uma família com habilitações literárias reduzidas, hábitos culturais limitados ou nível económico inferior – a verdade é que o lugar de chegada parece ser mais

ou menos o mesmo entre os oito retratados. De uma forma ou de outra, todos/as sentem a precariedade infiltrar-se no quotidiano, limitar os seus desejos, influenciar as suas vontades e estender-se a outras dimensões das suas vidas. O mito da meritocracia esbarra com a realidade: por mais que se esforcem, por mais que estudem, por mais que sejam moldáveis às circunstâncias, a precariedade não os abandona. A identidade precária não se resume, assim, à ausência, instabilidade ou fragilidade dos contratos laborais. Inclui também situações tão diversas como: ocupar uma função que não corresponde à sua formação; ter um salário tão baixo que não permite a total independência; trabalhar mais horas do que as permitidas por lei (não sendo estas remuneradas); ver-se na condição de emigrar para poder trabalhar na sua área; ou evitar reivindicar direitos por receio de um despedimento.

O debate sobre o “preariado” e sobre o seu papel na ação coletiva tem sido aceso e marcado por posições contrárias. Para Guy Standing – um dos rostos mais visíveis do movimento pelo Rendimento Básico Incondicional – trata-se de uma classe social em formação, numa fase ainda difusa e de rebelião. O autor divide o “preariado” em três: os *atávicos*, pessoas com pouca instrução, provenientes das classes trabalhadoras, que têm sido atraídas para discursos populistas e de extrema-direita; os *nostálgicos*, migrantes ou minorias passivas, capazes apenas de acessos esporádicos de raiva; e os *progressistas*, indivíduos instruídos que experimentam um sentimento de privação e frustração. Seria esta última a nova vanguarda com capacidade transformadora. (Standing, 2014) Crítico dessa posição, Giovanni Alves (2013) entende o preariado como uma nova camada da classe social do proletariado, constituída por jovens adultos urbanos bastante escolarizados que cultivam um *ethos* da classe média e que, portanto, aspiram a uma determinada posição social e a um certo padrão de consumo. As relações precárias de trabalho e as dificuldades de inserção na vida social provocariam uma profunda insatisfação pessoal capaz de gerar uma mobilização coletiva.

Estas categorizações não correspondem àquilo que entendemos por preariado. Uma sociologia

atenta ao indivíduo e à sua complexidade – como nos retratos que aqui expusemos – mostra, precisamente, como pessoas de origens populares ou rurais partilham valores, práticas ou discursos semelhantes a indivíduos de classe média com capital cultural. Fora deste segmento biográfico, não faltam exemplos de pessoas que pertencem a minorias étnicas ou com reduzidas habilitações literárias, cujas ideias e condutas são progressistas e, do outro lado, jovens altamente qualificados que defendem ideologias populistas e conservadoras. Também nos parece redutor e elitista associar a precariedade apenas ao setor juvenil, urbano e qualificado ou considerar que, no cerne da frustração coletiva, estaria uma incapacidade de atingir os patamares de consumo das classes mais elevadas. Conceções dessas serviriam somente para alimentar uma guerra de gerações (Soeiro, 2013) ou para perpetuar as desigualdades de poder e estatuto entre quem detém o conhecimento académico e quem se resigna a ser um mero operário.

Estaremos, porventura, mais próximos da abordagem de Ruy Braga, para quem o preariado não é uma nova classe social, mas sim parte integrante do proletariado. Um setor precarizado pela degradação das relações de trabalho e pela espoliação dos direitos sociais e, portanto, distinto de uma camada mais estável e segura do proletariado. No seu entender, a intensificação da mercantilização e individualização do trabalho fez com que a precariedade se tornasse a regra no contexto neoliberal, estando em marcha uma recomposição da classe trabalhadora. (Braga, 2012). Ainda que a juventude represente uma fatia grande dos trabalhadores precários/as, não é limitada a ela.

Apesar de nos termos proposto a analisar a precariedade a partir da experiência de um determinado segmento etário – que podemos chamar de “jovem” – consideramos que a experiência da precariedade é “fragmentada e diversa” (Soeiro, 2015): é tão precário um trabalhador informal de meia-idade como uma jovem num part-time involuntário. Terá, contudo, diferentes expressões, intensidades e repercussões. Diríamos, talvez, em jeito de síntese que precariedade será uma condição insatisfatória para com o emprego,

decorrente do incumprimento da legislação laboral, da descoincidência entre a formação e o cargo ocupado ou da insuficiência dos rendimentos para fazer face aos gastos do dia-a-dia (habitação, saúde, alimentação). Definir-se-á também por uma sensação subjetiva de incerteza e instabilidade e pela incapacidade de traçar objetivos ou planos de futuro, numa relação particular com o tempo que surge sempre fragmentado e imediato. (Soeiro, 2015; Carmo & Matias, 2019). Expressa-se ainda numa condição de “semi-autonomia” que se perpetua ao longo de anos (*idem, ibidem*). Separar os conceitos de juventude e de precariedade, frequentemente imiscuídos, é, pois importante para que estes não sejam usados como forma de legitimação: enquanto se é jovem, é admissível trabalhar horas extra não remuneradas e não ter segurança no trabalho, é suposto ser-se flexível e adaptável, é aceitável não ter direito ao subsídio de desemprego ou de doença. Porque é que a idade pressupõe um enquadramento legal diferente? E quando se tem perto de 40 anos e se tem filhos/as e uma renda para pagar? E se, daqui a dez anos, voltarmos a estes depoimentos biográficos e percebermos que a precariedade se mantém, tratar-se-ão de “eternos jovens”, como dizia um deles?

Nesse sentido vale a pena lembrar que “juventude” é uma construção social, “formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo”. (Pais, 1990: 146) O facto de se falar dos jovens como de uma “unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação” (Bourdieu, 1984, 153). Que semelhanças existem, por exemplo, entre um jovem de 30 anos que trabalha numa fábrica desde a adolescência e tem já dois filhos a cargo e um outro da mesma idade que ainda se encontra a estudar na faculdade? A “decifração do conceito de juventude” passará pelo “desvendar das representações que, através de sucessivas adjectivações, fazem da juventude uma realidade mascarada”, ora apáticos ora turbulentos; ora hedonistas, ora conformistas, um “processo de

etiquetagem” que “origina realidades estereotipadas ou mitificadas”. (Pais, 2008, 8) Para além de anular a pluralidade da condição juvenil, este prolongamento da “juventude” a que temos vindo a assistir nos discursos políticos, mediáticos e de senso comum, servirá para justificar a ausência de direitos sociais, para que os jovens/as aceitem o desconforto e a insegurança como uma “fase” natural das suas vidas. Por isso, nestes relatos, algum afirmam: “não sou jovem, sou adulto” ou “sou jovem”, mas há medida que os anos passam, “a tolerância em relação à exploração laboral e injustiça” começa a diminuir.

Apesar da desestruturação causada pela precariedade, vimos como os oito têm procurado formas de contornar as dificuldades e os constrangimentos. Distinguimos duas: *estratégias de subsistência*, referentes a formas de sobrevivência básica (freeganismo, coabitação, restrições no consumo, pluriatividade, apoio familiar) e *estratégias de resistência*, implicando uma postura mais ativa na resolução dos problemas (negociações e disputas com o patronato, boicote, mobilização e organização dos colegas, emigração). A opção por cada uma delas depende em grande medida do contexto familiar e social, das circunstâncias de vida, da personalidade ou do tipo de vínculo laboral. Por exemplo, a emigração ou a pluriatividade (acumulação de empregos) é mais facilmente concretizada por quem já tem filhos/as, mais ainda se for monoparental. A coabitação é quase inevitável numa cidade gentrificada como o Porto onde o valor das rendas chega a equivaler ao salário mínimo. A reivindicação ativa de direitos dependerá em grande parte de uma disposição militante, sendo uma tarefa custosa para pessoas mais tímidas ou receosas. Também dificilmente acontecerá num ambiente hostil ou de permanente ameaça de despedimento. Já o pedido de auxílio aos pais está vedado ou pelo menos limitado para aqueles/as que provêm de famílias com poucos recursos, já para não dizer quem já não os tem. Nesse sentido, as desigualdades de partida (sociais ou de género) mantêm-se de uma forma evidente. Em períodos de sufoco financeiro, nem todos poderão contar com a “família providência” (Castel, 1998): uma espécie de substituição

do apoio estatal quando este é insuficiente. Para além de que essas dinâmicas contribuem para o fenómeno que já se popularizou como “Geração Sanduíche”: a geração de meia-idade que presta apoio, simultaneamente, aos ascendentes e aos descendentes, experienciando uma sobrecarga permanente.

Para além das estratégias de subsistência e resistência, pudemos perceber nalguns relatos *estratégias de evasão*: atitudes de presentismo (viver dia-a-dia, não fazer planos, gerir o dinheiro mensalmente); evitamento de compromissos (adquirir créditos, aderir a um sindicato, ter filhos/as); e valorização de atividades não produtivas (estar com os amigos/as, dedicar-se a hobbies ou atividades não remuneradas, optar por eventos culturais gratuitos). Estes mecanismos servirão como estratégias de distração ou formas de compensação e recompensa relativamente à insatisfação que sentem na esfera laboral. “Face à ausência de respostas, face à inexistência de um projeto consistente, os jovens tendem a tudo relativizar, investem no presente, porque o futuro é desfuturizado” (Pais, 2006: 12) De facto, a fluidez e imprevisibilidade que caracteriza os trajetos da juventude precária tem repercussões no modo como, nos dias de hoje, se estabelecem compromissos, sejam eles românticos ou profissionais, comprar uma casa ou envolvermo-nos num projeto político. Se a vivência juvenil é um exercício de “pássaros migratórios”, como se estabelece um vínculo duradouro capaz de garantir a continuidade das lutas e movimentos sociais? Como é que um jovem se debate contra a exploração num call-center se meses depois muda de emprego? Como é que outro se debruça na denúncia dos falsos recibos verdes se, de uma hora para a outra, poderá estar numa outra situação laboral ainda que igualmente precária? Como é que alguém reivindica melhores condições em Portugal, se provavelmente o destino será emigrar?

Há cerca de vinte anos, Pierre Bourdieu descrevia a precariedade como um “modo de dominação do tipo novo”, uma “mentalidade coletiva” que “nunca se deixa esquecer”, que “está presente em todos os cérebros”, atormentando “as consciências e os inconscientes”. A estratégia passa por

dar “a cada trabalhador a impressão que ele não é insubstituível”, que o seu emprego é um privilégio “frágil e ameaçado” e que qualquer deslize pode significar uma rutura na relação laboral. Instala-se assim uma “situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão” e à “aceitação da exploração” (Bourdieu, 1998: 73-75) Muitos fatores concorrem para a desmobilização coletiva: a ausência de relações duradouras e estáveis entre colegas de trabalho, causada pela intermitência ou pelos horários desfasados; a contratação individual e a diferenciação nos vínculos laborais (num mesmo contexto, a ocupar uma mesma função, podemos ter trabalhadores a recibos verdes, a contrato ou a receber de forma informal); ou ainda o “fantasma” permanente do despedimento e a possibilidade de ter outro tipo de represálias, como o assédio moral.

O capitalismo neoliberal investe assim num “programa de destruição metódica de coletivos” (Bourdieu, 1998: 82) para que possa lidar apenas com indivíduos – “atomizados, isolados, amedrontados”. Fabrica-se uma sociedade mais competitiva e individualista, compete-se pelo trabalho e dentro do trabalho, produzindo uma “elite de vencedores e uma imensa massa de derrotados”. (Fernandes, 2013: 120) Para Zizek (2012: 19) “explorados não são só aqueles que produzem ou ‘criam’ mas também (e principalmente) os condenados a não ‘criar’”. “Hoje há milhões de potenciais trabalhadores que “gritam para as empresas, ‘Por favor, explorem-nos!’ Rejeitados pelo capitalismo, constituem um “novo exército de reserva do capital que foi despromovido para o posto de indigno, até de exploração” (Mc Laren, 2007: 33). Entre a impossibilidade de ter emprego e a possibilidade de o ter, submetendo-se às mais condenáveis regras, a maioria das pessoas parece optar pela segunda hipótese. A precariedade torna assim possíveis “novas estratégias de dominação e exploração” fundadas na chantagem da dispensa” impondo sobre o “conjunto do mundo do trabalho” uma “censura esmagadora, impedindo a mobilização e a reivindicação” (Bourdieu, 1998: 78).

Acresce a estes fatores uma reduzida representação sindical. Em quatro décadas, a taxa de

sindicalização em Portugal caiu 45,5%, a segunda quebra mais acentuada entre os países da OCDE (2019b). Somente 15,3% dos trabalhadores/as eram sindicalizados em 2016. Entre as principais causas está o desenvolvimento de formas atípicas de trabalho e a individualização das relações laborais. A filiação sindical é particularmente baixa entre a camada mais jovem, aspeto que é transversal à totalidade dos países e que é em grande parte explicado pelo facto de ser um dos grupos etários mais precarizados. Os resultados deste estudo revelam, porém, que a maioria dos jovens entre os 20 e os 34 anos mostra-se mais confiante na intervenção dos sindicatos e mais disponíveis para apoiar ou participar em ações coletivas que os inquiridos mais velhos, contrariando os discursos de senso comum que os rotulam de individualistas e descrentes. Um dado interessante é o facto de este grupo etário se identificar, simultaneamente, com os valores de liberdade individual e da solidariedade, dois valores que estariam menos presentes nos adultos.

Os depoimentos biográficos salientaram também esse aspeto, em particular, nos relatos daqueles/as que não fazem parte de sindicatos ou partidos. Longe de se mostrarem desinteressados ou apáticos, os seis evidenciaram vontade de transformar a ordem das coisas, criticando o modelo neoliberal, dando conta das desigualdades de classe e de género, das relações de poder e das hierarquias no mundo do trabalho, relatando confrontos com os patrões e tentativas de mobilização dos colegas, aspirando a uma sociedade mais solidária e mais justa. Mostraram também, de um modo geral, uma relação com o emprego mais baseada em aspetos como a satisfação pessoal, a necessidade de estímulo ou a curiosidade, do que propriamente fatores como o dinheiro, o prestígio social ou a hipótese de prosseguir uma carreira. Isso coloca-nos perante a necessidade de repensar o lugar do trabalho na vida das pessoas, bem como os espaços de ação coletiva, procurando outras formas, eventualmente, mais descentralizadas e fluídas, menos burocráticas e previsíveis, menos agarradas a fórmulas antigas e que possam responder a esta aparente contradição entre liberdade individual e solidariedade coletiva.

Para Ruy Braga, o enfraquecimento do sindicalismo surge como um dos produtos da globalização capitalista. Por um lado, as “velhas estruturas organizativas” já não são eficazes na sua função de representação, por outro as “novas experiências organizativas” estão ainda num estágio embrionário. (Braga, 2016: 26) Nesta tensão entre as velhas e as novas formas não significa que exista uma incompatibilidade de fundo entre os interesses de uns e de outros ou que estes não possam dialogar e estabelecer alianças. Exemplos disso foram alguns dos acontecimentos que decorreram em Portugal, durante o período de crise e austeridade: o caso dos enfermeiros/as da Linha Saúde 24 em situação de falso recibo verde que criaram comissões informais de trabalhadores e apresentaram uma queixa coletiva à ACT, em articulação com associações e partidos políticos; o dos trabalhadores da Ibersol que conseguiram forçar a empresa a recuar na decisão de cortar parte do seu rendimento, através de uma adesão generalizada à greve e do apoio do Sindicato de Hotelaria do Norte; ou dos funcionários/as da EFACEC – uma empresa de componentes elétricos – que, depois de vários dias de greve durante três meses com o apoio dos sindicatos do sector, conseguiram ver aumentados os seus salários. (Costa et al, 2014; Soeiro, 2015) Essas vitórias mostraram como é possível uma reinvenção democrática dos sindicatos e uma luta articulada entre as diferentes forças sociais. Ao mesmo tempo – depois desse período intenso de mobilização coletiva, em que surgiram novos atores sociais e novas formas de contestação e em que os jovens/as tiveram um papel predominante (Baumgarten, 2012; Barbosa, 2016) – o adormecimento dos protestos e da intervenção pública levantou dúvidas sobre a continuidade e a capacidade que os movimentos espontâneos têm de influenciar e determinar a agenda política. Apesar de ter havido um ligeiro avanço em alguns setores da sociedade – para o qual contribuiu um governo mais progressista, apoiado por partidos de esquerda – o nível de vida manteve-se baixo, a precariedade laboral não diminuiu e a desigualdades estruturais permanecem (Carmo & Simões, 2020). Porque se desfizeram então os coletivos que lutaram contra a precariedade? Porque se

mantiveram em silêncio durante todo este tempo? Porque renasceram alguns agora que estamos numa “nova” crise?

Ao longo destas páginas pudemos testemunhar como as sucessivas crises foram ditando os caminhos de cada um/a: condicionando decisões, obrigando a reestruturações familiares e profissionais, gerando conflitos e até estados mentais de angústia, raiva ou desalento. Consideramos aqui “crise” como um acontecimento inesperado, causador de incerteza e de mudanças rápidas e que testa as estruturas individuais, sociais e/ou políticas. Pode tratar-se de situações pessoais, como ser despedido, terminar um relacionamento duradouro ou perder um progenitor ou de eventos nacionais e até globais: como a crise financeira de 2008 ou a atual crise pandémica. Nas palestras de empreendedorismo e de coaching ou nos livros de autoajuda é comum fazer-se referência ao suposto duplo sentido da palavra “crise” em chinês¹¹ que significaria, simultaneamente, perigo e oportunidade. Ou seja, mesmo as piores conjunturas podem contribuir para as melhores soluções, sendo as crises momentos-chave para transformações radicais. Ora, o que a História nos tem demonstrado é que as crises são uma oportunidade para fazer valer valores, ideologias ou práticas do poder dominante. O período de intervenção da Troika (2011-2014), permitiu, por exemplo, transformar um regime de exceção numa nova normalidade laboral (Carmo & Barata, 2017) ou criar legislação no campo da habitação marcada por tendências neoliberais (Mendes, 2017; Antunes, 2019). Mas é certo também que essa crise abriu caminho a uma contestação coletiva sem precedentes no nosso país desde a revolução de abril.

A crise do covid 19 tem contornos muito diferentes, mas a desigualdade mantém-se estrutural na Europa e no mundo. Países mais ricos e desenvolvidos serão capazes de sustentar as quebras financeiras e apoiar devidamente os seus cidadãos. Países com uma economia débil, como Portugal, terão dificuldades em impedir que uma crise sanitária não se transforme rapidamente numa crise

económica e social. Como lamentava um dos participantes deste livro, a “crise cairá novamente em cima dos mesmos”, entre os quais, a juventude precária. Mas será esse o pretexto para uma nova vaga de ação coletiva contra a precariedade depois de um período relativamente longo de adormecimento? Será a altura de aliar a luta pelo trabalho digno ao movimento pelo direito à habitação e à cidade?

Entre o pessimismo daqueles que consideram que a precariedade impossibilita esse “mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar”, “sobretudo coletivamente” (Bourdieu, 1998: 72) e o otimismo daqueles que veem na “juventude inempregável” um “papel organizador dos futuros movimentos emancipatórios” (Zizek, 2012: 18), acreditamos que a precariedade pode ser, simultaneamente, condicionadora e mobilizadora (Barbosa et al, 2015) e que, em momentos de crise, é preciso criar oportunidades para que a reflexão crítica e a ação coletiva possa desabrochar.

11 Alguns linguistas refutam essa ideia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, M. & Ainley, P. (2010) *Lost Generation?: New strategies for youth and education*. Londres: Continuum.
- Alves, G. (2013) *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia de trabalho*. São Paulo: Editorial Praxis.
- Alves, N. et al (2011) *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Antentas, J.M. & Vivas, E. (2012) *Planeta indignado: ocupando el futuro*. Madrid: Sequitur.
- Antunes, Gonçalo (2019) O memorando da Troika e o mercado de habitação em Portugal. Working paper de acesso reservado, 1-22.
- Barbosa, I., Rodrigues, A., Mendes, T. (2013) Cidadania em tempos de crise: experiências de aprendizagem na ação coletiva e em contexto associativo. *Journal of Studies of Citizenship and Sustainability*, Cive Morum (1): 1-20.
- Barbosa, I. (2016) *Crise, austeridade e ação coletiva: experiências de aprendizagem crítica com Teatro do Oprimido*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.
- Barbosa, I. & Lopes, J.T. (2019) Descodificar as paredes da cidade: crítica à gentrificação e luta pela habitação no Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 38: 6-29.
- Barreto, A. et al (2000) *A situação Social em Portugal: 1960-1999*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baumgarten, B. (2013) Geração à Rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current sociology*, 61 (4): 457-473.
- Bessant, J., Farthing, R. & Watts, R. (2017) *The Precarious Generation. A Political Economy of Young People*. Nova Iorque: Routledge
- Bessant, J. (2018) Young precariat and a new work order? A case for historical sociology. *Journal of Youth Studies*, 21: 780-798.
- Bourdieu, P. (1984) Juventude é só uma palavra. In *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de século.
- Bourdieu, P. (1998) *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Braga, R. (2015) *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda.
- Braga, R. (2017) *A rebelião do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo.
- Cairns, D. et al (2016) *Youth Unemployment and Job Precariousness: Political Participation in the Austerity Era*. London: Palgrave Macmillan UK
- Canário, R. (2008) Da escola: das “promessas” às “incertezas”. *Educação Unisinos*, 12 (2): 73-81.
- Cantante, F. (2018) *O Mercado de Trabalho em Portugal e nos Países Europeus*. Observatório das Desigualdades.
- Carmo, R. & Simões, J. (2020) *Protest, Youth and Precariousness: The Unfinished Fight against Austerity in Portugal*. New York; Berghahn Books.
- Carmo, R. & Matias, A. M. (2019) *Retratos da precariedade: quotidiano e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- Carmo, R. & Barata, A. (2017) Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. *Revista Serviço Público Brasília*, 68 (2): 319-342.
- Castel, R. (1998) As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário. Petropolis: Vozes.
- Costa, H., Dias, H. & Soeiro, J. (2014) As greves e a austeridade em Portugal: olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103: 173: 202.
- Della Porta, D. & Mattoni, A. (2014) *Spreading protest: social movements in times of crisis*. UK: ECPR Press.
- Estanque, E. & Ferreira, A. F. (2002) Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62 | 151-159.
- Estanque, C.; Costa, H. & Soeiro, J. (2013) The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12 (1): 31-40.
- Fernandes, José A. Rio et al. (2018) *O Porto e a Airbnb*. Porto: Book Cover Editora.
- Fernandes, L. (2013) O que faz falta é sermos empreendedores? N. Serra, M. Cardina & J. Soeiro (coord) *Não acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta-da-China, 109-121
- Ferreira, J.C. (2012) *Sociedade de Austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Ferreira, V. et al (2017) *Geração Milénio? Um retrato social e político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fominaya, C. & Cox, L. (2013) *Understanding european movements: new social movements, global justice struggles, anti-austerity protest*. New York: Routledge.
- Fonseca, D. (2012) A mobilização de 12 de março em Portugal: movimento social ou “explosão”? Atores, processos e consequências. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 24, 113-131.
- ILO (2010) Global Employment Trends for youth: Special issue on the impact of the global economic crisis on youth. International Labour Office.
- ILO (2020) Global Employment Trends for youth: technology and the future of jobs. International Labour Office.
- INE (2004) 25 de Abril: 40 anos de Estatísticas. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2019) Jovens no Mercado de Trabalho, Instituto Nacional de Estatística.
- Janoschka, M. (2018) Gentrificaci3n en Espa1a reloaded. *Revista Papers: Gentrificaci3 i dret a la ciutat* (60) 24:30.
- Lahire, B. (2004) *Retratos sociol3gicos: disposi33es e varia333es individuais*. S3o Paulo: Artmed Editora.
- Lahire, B. (2006) *A cultura dos indiv3duos*. Porto Alegre: Artmed.
- Lima, M. & Artilles, A. (2014) Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da a33o coletiva 3 participac3o individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103: 137-172.
- Lopes, J. T. (2012) Subjetividade plural no mundo contempor3neo. *Cronos*, URFN, 13 (1): 81-88.
- Lopes, J. T. (2014) *Gera33o Europa? Um estudo sobre a jovem emigra33o qualificada para Fran3a*. Lisboa: Mundos Sociais.

- Lopes, J. T., Louçã, F. & Ferro, L. (2019) *As classes médias em Portugal: quem são e onde vivem*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Mc Laren, P. (2007) *Pedagogia crítica contra o império*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Mendes, L. (2017) Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *São Paulo: Cadernos Metrópole*, 19 (39): 479-512.
- OCDE (2016) *Society at a Glance 2016: OECD Social Indicators*. Paris: OECD Publications.
- OCDE (2019a) Under pressure: the squeezed middle class. Paris: OECD Publications.
- OCDE (2019b) “Negociação coletiva no mundo do trabalho em mudança”. Paris: OECD Publications.
- ILO (2020) “Covid 19 and the world of work: impacts and responses”. International Labour Organization.
- Pais, J. M. (1990) Lazer e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV: 591-644.
- Pais, J. M. (2003) *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Pais, J. M. (2008) Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. *Revista Brasileira de Educação*, 13 (37), 7-21.
- Pais, J. M. (2014) De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise. In Carrano, P., Fávero, O. (Eds.), *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 71-95.
- Pires et al. (2018) Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2018. Observatório da Emigração.
- Queirós, J. (2017) A disappearing world: the ever-expanding frontier of gentrification through the eyes of Porto’s historic centre long-time residents” em Abel Albet e Núria Benach (Eds.), *Gentrification as a Global Strategy: Neil Smith and Beyond*, New York: Routledge, 197-209.
- Santos, B. S. (2012) *Portugal: ensaio contra a auto-flagelação*. Coimbra: Almedina.
- Seixas, J. et al (2019) Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital. *Cadernos Metrópole*, 21 (44): 221-251.
- Silva et al (2020) “Trabalho e desigualdades no grande confinamento: perdas de rendimento e transição para o tele-trabalho”. Estudos CoLABOR, nº 2.
- Soeiro, J. (2012) Estou aqui por recear o meu futuro: juventude, precariedade e protesto. *Configurações*, 9: 103-119.
- Soeiro, J. (2013) Os direitos dos mais novos estão a bloquear os dos mais novos. N. Serra, M. Cardina & J. Soeiro (coord) *Não acredite em tudo o que pensa: mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta-da-China, 95-107.
- Soeiro, J. (2015) *A formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- Standing, G. (2014) O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103: 9-24.
- Zizek, S. (2012) *O ano em que sonhamos perigosamente*. Lisboa: Relógio D’Água.

